



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 152

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	3097
SECRETARIA GERAL	3104
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3106

TAQUIGRAFIA

ATA DA 29ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR E DEBATER SOBRE A LEI DE PROMOÇÕES, INTERSTÍCIO, TERMO CIRCUNSTANCIADO E DEMAIS NORMAS DA POLÍCIA E BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Em 14 de Agosto de 2015.

**Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

Mestre de Cerimônias Sr. LENILSON GUEDES

(Às 14 horas e 24 minutos é aberta a sessão.)

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 29ª Audiência Pública objetivando debater, analisar a Lei de Promoção e Interstício, Termo Circunstanciado e demais normas da Polícia Militar e Bombeiros do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Convidamos a todos para, de pé, cantarmos o Hino Céus de Rondônia.

(EXECUÇÃO DO HINO CÉUS DE RONDÔNIA)

O SR. LENILSON GUEDES (Chefe de Cerimônias) – Bom, por determinação de sua excelência senhor deputado, Jesuíno Boabaid, registramos e agradecemos as presenças, especialmente de sua excelência o senhor Ademir José de Sá, que permanece conosco, Promotor de Justiça. Também o Doutor Breno Mendes, Coronel PM Bonfim, Coordenador Regional de Policiamento 2, Delegado Celso Souza Santos, Diretor do Departamento de Trânsito da Polícia Metropolitana. Delegado Vítor Menezes, Vice-Presidente do Sindicato dos Delegados. Delegado Eliseu Muller, Diretor de Polícia Civil do Interior. Delegado Vital Ottoni, representando a Corregedoria da Polícia Civil. Tenente-Coronel BM, Elói. Senhora Fabiana Pereira da Silva, Presidente da Associação dos PMs em Rolim de Moura. Senhoras e senhores Bombeiros Militares, PMs de Porto Velho e demais municípios.

Também, senhor Deputado, o excelentíssimo senhor Chefe Substituto da Procuradoria da República no Estado de Rondônia encaminhou ofício ao senhor Presidente da Assembleia, lamentando não poder comparecer a esta Audiência Pública, o Doutor Leonardo Sampaio de Almeida, por estar por afastamento com outros Procuradores da República no Estado do Paraná. Feito o registro, agradecemos a presença mais uma vez de todos. E vamos a Audiência Pública. Registrar também a presença do Delegado Pedro Rates, Corregedor Adjunto da Polícia Civil.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Novamente cumprimentá-los. Quero aqui cumprimentar o Vice- Governador do Estado de Rondônia, Daniel Pereira, Coronel Nilton Gonçalves Kisner, Comandante da Polícia Militar. Coronel Sílvio Luiz da Silva Rodrigues, Comandante do Bombeiro. Coronel Adilson, Subsecretário da SESDEC. Doutor Pedro Mancebo, Diretor Geral da Polícia Civil. Ada Dantas, Presidente da ASSFAPOM, e o Cabo Amorim, Presidente da Associação de PMs e BMs de Ji-Paraná. Coronel, que se encontra aqui, Bonfim, também, o Botelho. Promotor de Justiça que foi agraciado hoje, o Doutor Breno, todas as autoridades que se encontram presentes,

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

também os Delegados e os Policiais Militares, Praças e Oficiais que se encontram na galeria, hoje presentes.

O intuito desta Audiência Pública é para discutirmos algo, o principal, mas tem que falar o que prejudica, que a gente vê no clamor da Polícia Militar de Rondônia e Bombeiro, não tanto o Bombeiro, porque o Bombeiro hoje tem uma diferença por questões do QO, o quadro é menor e as promoções são de forma ao tempo. Já os policiais militares têm uma problemática muito grande. Então é a questão da Lei de Promoção dos Praças. Hoje eu iria apresentar o vídeo, vou colocar pelo menos o áudio, porque é importante que o Governo tenha ciência disso, que o Governo Confúcio Moura, na época de campanha, fez um compromisso. Vídeo tem, só que houve um problema e eles estão correndo atrás de colocar pelo menos o áudio. A gente vai ver no decorrer, no decurso desta Audiência a gente pode colocar.

E também surgiram outros fatores, Lei de Promoções, interstício, porque tem a questão do interstício, e também o Termo Circunstanciado que é uma discussão que vem. E quem vai poder falar com propriedade, eu fiz uma já uma prévia, uma leitura sobre o Termo Circunstanciado, e quem vai falar com propriedade, com conhecimento também é o Vice-Governador, e também tem outro Oficial, e demais situações inerentes à Polícia Militar. Por que é que nós estamos traçando isso? Até porque para ter o respeito, balizar esta Casa, para não ter uma propositura de uma Lei que poderia ferir, uma alteração, algo que poderia prejudicar a própria Corporação, e respeito as Corporações, que a gente tem que ter essa harmonia, esse respeito, a gente tem que discutir. E como bem disse, em uma reunião, o Coronel Kisner, aqui é o momento de a gente ouvir, debater e ao final traçarmos qual o caminho, junto com o Governo, que nós iremos tomar quanto a essa discussão de promoção, de interstício e demais situações. Então é importante, sim. Assim como a Polícia Civil já teve mudanças, alterações neste ano de 2015, já nessa Legislatura, onde, hoje, para você ascender a formação, ou seja, participar do certame para ser Policial Civil deve ser 3º grau, e também conquistar nesta Casa a questão da carreira jurídica. Então, nós também temos que seguir o diferencial, fazer também por onde tentar alterar essas normas que estão bem ultrapassadas, que para mim estão mais do que ultrapassadas.

Então eu vou passar a palavra ao Presidente da CRAPOMJI, o Cabo Amorim. Lembrando quem quiser se manifestar, aqui é o momento, lógico, de forma democrática, de forma respeitosa, aqui é o momento para a gente poder ouvir e falar. Então não fique acanhado, não fique receoso de falar para a gente até ouvir o clamor, realmente de cada um. Passo a palavra para o Cabo Amorim.

O SR. AMORIM – Queria cumprimentar a Mesa, o excelentíssimo senhor deputado Jesuíno Boabaid, queria cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Vice-Governador, cumprimentar o Doutor Pedro Mancebo, Diretor da Polícia Civil, cumprimentar o nosso Coronel, Comandante da Polícia Militar o Coronel Kisner, cumprimentar o Coronel Comandante do Bombeiro Sílvio Luiz Rodrigues da Silva, cumprimentar o Coronel Adilson, cumprimentar a senhora Ada Dantas, Presidente da ASSFAPOM. Cumprimentamos também as demais autoridades presentes e os nossos amigos que se encontram presentes hoje aqui nessa Audiência Pública.

Só queria dizer ao Deputado Jesuíno que é de muita importância para nós policiais militares esse projeto, porque tanto se espera por uma melhoria de graduações entre toda a nossa Corporação, entre Praças e Oficiais. A Lei de Interstício, é muito longo o tempo de uma graduação para outra, independente de ser Praça ou Oficial, o nosso quadro, o QO nosso já está defasado, deveria melhorar.

E queria aqui, então, em nome de todos os Oficiais de Ji-Paraná, principalmente porque eu sou de lá, sou da CRAPOMJI, de Ji-Paraná, e os demais policiais do Estado, pedir para que continuem pensando sempre, sempre na nossa Corporação, porque a esperança no Deputado é muito grande, e eu tenho certeza que nós vamos ter o retorno. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar a palavra à Presidente da ASSFAPOM, Ada Dantas. Para quem não sabe também é a minha esposa e tenho a honra aqui de passar a palavra para ela, militante.

A SRA. ADA DANTAS – Boa tarde a todos, aos meus irmãos também de farda e de luta. Não uso farda, mas eu tenho no peito toda honra e toda dignidade de um policial e bombeiro militar, carrego no sangue essa luta. E eu me sinto honrada por estar aqui representando os senhores neste momento.

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Jesuíno; cumprimentar o Coronel Kisner; o Coronel Rodrigues; o Coronel Adilson, o Vice-Governador e todos os outros. E dizer que nós estamos aqui hoje em um momento único. É o momento em que nós temos o dever de chegar a um consenso e tentar resolver a problemática hoje da Polícia e Bombeiro Militar. Bombeiro Militar, como deixou claro o Deputado Jesuíno, hoje tem o respeito na sua promoção, consegue, dentro do QO, promover no tempo certo os bombeiros. Diferente da Polícia Militar que a problemática fere de morte no que diz respeito a valorização profissional.

Em segundo lugar eu quero dizer que quando nós falamos da Polícia Militar, do Bombeiro Militar, nós temos que lembrar da palavra respeito. Respeito à profissão, respeito pelo que fazem, pelo seu exercício, respeito. Porque são eles que estão hoje aí nos protegendo nas ruas, são eles que estão doando as suas vidas em favor da sociedade. Infelizmente eu vim com esse, parafraseando no carro essa metáfora, que hoje a sociedade, infelizmente, nós estamos vivendo no momento em que o 'poste está mijando no cachorro', não é verdade? E que o policial e o bombeiro militar, o policial principalmente, não tem voz e vez. E que a palavra do marginal vale muito mais do que a palavra de um profissional da segurança pública. Infelizmente, nós estamos vivendo esse momento, Direitos Humanos para defender bandido.

Estou aqui hoje, fiquei até emocionada no momento da canção. E quero dizer para os senhores, se nós não chegarmos a um consenso neste momento, que já vem aí há seis anos, essa luta por antiguidade, pelos 100% por antiguidade, precisamos eleger um Deputado para poder estar hoje tendo esse debate, e ver os senhores aqui, depois de muita consciência, trazer muita consciência para os senhores e ver todos aqui reunidos. Se nós não conseguirmos resolver, hoje é o primeiro passo, mas que nós possamos resolver, Coronel Kisner, essa problemática da Lei de Promoções hoje na Polícia

Militar. Nós temos hoje Cabo de 2002, o Cabo Botelho é um exemplo disso, já com a pretensão de sair Sargento. Porém, ele pode enfrentar aí, no seu caminho, um processo seletivo interno. O que é esse processo seletivo interno? Ele tira o direito do policial mais antigo a ser promovido. Nós sabemos que muitos policiais estão aí estudando, estudando porque não têm outra saída para poder ser promovido. É um concurso dentro da Polícia Militar, que é diferente na carreira dos Oficiais, que vai chegando o seu aniversário ele vai sendo promovido; seu aniversário de tempo da antiguidade, ele vai sendo promovido; vai fazendo um curso de forma gradativa e vai sendo promovido, vai fazendo curso de aperfeiçoamento e assim vai subindo. Tem Oficial hoje, salvo engano, que com treze anos já chegou a Tenente-Coronel. Então, assim, o Cabo Botelho com doze anos, treze anos é Cabo, Cabo Botelho; com cinco anos era para ele ter sido promovido a Cabo; mais cinco anos, Sargento, e assim sucessivamente.

A expectativa do policial, quando ele entra na caserna é chegar a Subtenente. Alguém aqui tem a expectativa de chegar a Subtenente algum dia? Com essa Lei de Promoção que existe hoje, com certeza não, com certeza não. Então, nós da ASSFAPOM estamos aqui, senhor Deputado, senhores da Mesa, pedindo que tenham consciência em relação a isso. Nós queremos uma Lei que tenha eficácia, nós queremos que esse QO - Quadro Organizacional hoje da Polícia Militar seja aberto para que o policial militar que complete o seu tempo de antiguidade seja promovido. Está bom? Esse é o nosso pedido. E esse, eu tenho certeza absoluta, é o anseio de todos que estão aqui neste plenário Hoje. Muito obrigada a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Quero agora, o Coronel Nunes da Reserva Remunerada, eu não tinha visto, pensei que fosse o Coronel do Bombeiro, fiquei até surpreso, estava procurando um dos dois e não tinha visto até agora, agora se faz presente.

Eu vou passar a palavra para o Doutor Pedro Mancebo, Diretor Geral da Polícia Civil.

O SR. PEDRO MANCEBO – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar aqui o Presidente da Mesa, o nosso Deputado Excelentíssimo Senhor Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública; nosso Vice-Governador do Estado de Rondônia, Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira; o Coronel Kisner, Comandante da Polícia Militar, o Coronel BM Sílvio Luiz Rodrigues, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, o Coronel Adilson, nosso Secretário da SESDEC, Secretário Adjunto da SESDEC, a senhora Ada, Presidente da ASSFAPOM e o Cabo Amorim, Presidente da Associação Recreativa dos Policiais Militares e Bombeiros Militares de Ji-Paraná. Gostaria de cumprimentar também os Oficiais e Praças aqui presentes, os nossos Delegados, aqui presentes também, o Doutor Eliseu, Diretor da Polícia do Interior. Doutor Celso, Diretor da Polícia Metropolitana. Doutor Pedro Rates, nosso Corregedor Geral Adjunto. Doutor Vítor Santana, nosso Vice-Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia, Doutor Vital, Delegado da Corregedoria de Polícia, demais presentes, senhores do Corpo de Bombeiros.

Bom, é uma satisfação estar presente em uma Audiência Pública que trata de assuntos de relevância para as categorias

tanto da Polícia Militar, como da Polícia Civil no que se refere ao TC, e a causa justa em que se está se levantando aqui da promoção dos policiais que galgam, durante a carreira, chegar a um determinado posto é não havendo uma promoção justa, e em tempo hábil, pessoas acabam se aposentando em posições, às vezes, bem diferente daquela que pretendia no curso da carreira.

Nós tivemos uma conquista, recentemente, no que se refere a promoções, tivemos aumento do quadro de efetivo da Polícia Civil, justamente para poder alcançar promoções, tendo em vista que, assim como eu percebi aqui pessoas com 12, 13 anos, nós tínhamos pessoas com 17, 18 anos sem promoção. E nesse Governo nós conseguimos essa mudança que ajudou muito. Porque eu acho que nós policiais, seja Militar, Civil, Corpo de Bombeiros Militar, um dos fatores de motivação é exatamente o financeiro, não é? Você estando bem remunerado, você estará sempre motivado para poder exercer a sua função.

Então, eu parablenzo aqui o Deputado Jesuíno Boabaid pela iniciativa, pela indicação da Audiência, e nos colocamos à disposição aqui, quando for tratar do assunto, que acredito que seria um evento bem diferente desse, até por que o próprio Vice-Governador já deu a opinião, com relação ao TC de a gente reunir Polícia Civil, Polícia Militar, se for o caso aqui, o Ministério Público estava presente aqui, mas o Ministério Público presente, Judiciário, porque só todos juntos, todas as pessoas envolvidas juntas é que poderá se discutir de forma racional o Termo Circunstanciado. Então eu parablenzo a iniciativa da Audiência, e desejo aqui que seja de excelente proveito para todos. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Fazendo uma alternância, passar a palavra para o Cabo PM Botelho, Companhia de Guarda.

O SR. BOTELHO – Boa tarde. Primeiramente eu quero dizer que é importante a participação dos policiais militares e dos bombeiros militares nesta Audiência Pública. Para quem não se recorda da nossa participação, nós estivemos à frente, juntamente com o Jesuíno, agora Deputado Jesuíno, na época, em 2011, em várias greves da Polícia Militar, que eram necessárias. Nós acreditávamos que aquilo era necessário, estávamos à frente de todas aquelas greves, fomos presos, passamos 30 dias presos, e posteriormente veio a eleição.

Eu andei 18 municípios e nos 18 quartéis que eu passei e no GP, onde eu parava, eu pedia voto para o Deputado Jesuíno, mesmo não sendo da mesma legenda, mas eu me via obrigado e pensava e ainda penso, que a Polícia precisa muito mais de pessoas que possam representá-la. E graças a Deus que o Deputado Jesuíno foi eleito, e hoje nós estamos tendo a resposta. Então, Deputado Jesuíno, queria te parabenizar porque era isso que a gente precisava. Precisamos muito mais de mudança, mas esse é o começo. E hoje é importante todos estarem aqui, gostaria de ver esta Casa mais cheia, mas é o primeiro passo.

Dizer aqui ao Comandante Geral, que a nossa participação veio aqui de forma pacífica e buscar melhoria para a tropa, independente de qualquer situação que já tenha ocorrida no passado, acho que nós vivemos agora outro

momento, momento em que nós temos um representante e que está representando muito bem. Como a Ada colocou, tenho 13 anos de Polícia Militar e ainda sou Cabo, é uma realidade triste, porque companheiros e amigos que entraram na mesma época para o Corpo de Bombeiros já são 2º Sargento por tempo, não foi PSI, por tempo.

Na Companhia de Guarda onde eu trabalho me dá tristeza e parte o coração quando eu vejo um Sargento, um Terceiro Sargento se aposentando, 28 anos, 25 anos, quase 30 anos fechado como 3º Sargento. E muitos, até um tempo atrás, se aposentavam como Cabo. A turma de 1991, a turma de 1990 tem policiais que se aposentaram como Cabo. Então, é importante a nossa participação em todos os momentos e deixar, de pronto, Deputado Jesuíno, que eu sou a favor dessa mudança do Interstício da abertura do QO, e que seja respeitado dessa forma, da mesma forma que o Bombeiro tem feito de tudo para melhorar a categoria, e a elevação, a ascensão do Praça e do Oficial, mas em especial do Praça, que eu sou Praça, o Praça tem que, com o tempo, ir melhorando a sua condição de vida, de trabalho. Eu sou da Companhia de Guarda, se perguntar assim: 'ah, Botelho, você tira guarita? Eu ainda não tirei guarita, mas os companheiros tiram. E na Companhia de Guarda, Deputado Jesuíno, quero deixar aqui, que você desse um pouco mais de atenção para os policiais que cuidam dos presídios. Nós tiramos serviço numa condição precária. Já foi feito um laudo de perícia, já foi feita a perícia no local, o laudo de visita técnica em 14 de junho do ano passado, prometeram melhoras para lá. O policial que está na guarita não tem condições, o nosso amigo, o PM Franco, no dia 11.12.2012 caiu da guarita e faleceu, e até agora não foi colocada uma grade de proteção nas guaritas de Companhia de Guarda dos presídios. E isso foi cobrado, não foi uma e nem duas vezes não, foram várias. E quero aproveitar aqui, Deputado, se o senhor pudesse, formasse uma Comissão com outros Deputados e fosse ver a situação dos policiais militares quer trabalhem na Companhia de Guarda, que é precária. As policiais femininas não têm um banheiro para que possam utilizar lá no presídio. Então assim, é difícil, mas apesar de tudo a gente ama a farda que usa, não é à toa que eu estou aqui. Muitos amigos nossos têm buscado estudar para sair da Polícia Militar porque não veem outra alternativa porque o salário é pouco, mas a gente continua aqui. Esse ano, graças a Deus, com muito esforço, eu estou me formando em Engenharia Florestal, mas eu não penso em sair da Polícia tão cedo porque eu gosto dessa farda. O que nos levou a brigar sempre pela Polícia é o amor pela farda e pelos companheiros. E nós temos que ser corporativistas até o fim, do lado bom, do lado negativo não, mas do lado bom. Está certo, Deputado Jesuíno? Eu quero agradecer aqui este momento e dizer que estamos sempre aqui para somar forças. Precisou, a gente está por aqui. E só para lembrar aos senhores, nós estamos abraçando uma campanha chamada '10 Medidas Contra a Corrupção'. É uma campanha que é promovida pelo Ministério Público Federal da qual nós estamos abraçando. É um projeto de iniciativa para, Projeto de Lei de iniciativa popular, é um abaixo-assinado, então, que prega ou que traz 10 Projetos de Lei para tornar crime o enriquecimento ilícito, o caixa dois dos partidos políticos, tornar crime hediondo o desvio de altos valores do dinheiro público, entre outros. Então, posteriormente, eu vou deixar

com os senhores um formulário para que os senhores levem para as suas famílias e assinem, busquem essa assinatura para a gente, que depois a gente vai recolher. E, de pronto, Coronel Kisner, eu já queria pedir o seu apoio nessa campanha, na divulgação, para que os Quartéis, Pelotões, GPs fossem um ponto de coleta dessas assinaturas, desse abaixo-assinado, porque no Projeto de iniciativa popular nós precisamos de pelo menos um milhão e meio de assinaturas, que é 1% do eleitorado brasileiro.

Então, aqui agradecer este momento, obrigado a todos e estamos aqui até final.

O SR. JESUÍNO BOABAI D (Presidente) – Só para esclarecer, Cabo Botelho, desde o início da assim, para dar publicidade, porque aqui nós temos uma internet que ela dá acesso ao YouTube, questão dos sites, mas a questão da imprensa televisiva é um pouco, você tem que pagar, realmente, fica um pouco 'custeosa'. Mas assim, só para conhecimento, já nessa legislatura, quando meu mandato, sou Presidente da Comissão de Segurança Pública, já fiz isso diversas visitas junto com a própria Diretoria da ASSFAPOM. E aqui eu quero também parabenizar que também está presente que é o PM S. Júnior, Andrade, Guimarães, o Cabo Geraldo, então estão aqui presentes conosco. Nós fizemos várias visitas, inclusive na Companhia de Guarda. E já fiz indicações para o Estado quanto às condições precárias dos presídios, tanto da capital, quanto do interior. E quando era Presidente da ASSFAPOM ingressamos com mais de 21 ações civis públicas. Inclusive em resposta às indicações, foram informadas que ainda existe tramitação dessas ações civis públicas quanto às condições insalubres dos presídios. A gente sabe que a vivência ali dentro dos presídios é totalmente precária. Temos aqui também o Sargento Coelho também, que sempre fez diversas denúncias quanto àquela localidade, como você. E também nessa Legislatura, para todos os policiais militares terem conhecimento, nós conseguimos a lei que garante horário especial para os militares, que foi uma discussão, conseguimos a derrubada do veto com 21 votos. Através de uma Emenda no projeto de Lei dos Delegados, garantimos também que os policiais militares com formação superior em Direito, com três anos, no mínimo, também irão poder fazer o concurso para Delegado. Conseguimos o arquivamento de um Projeto de Lei que alterava o artigo 42, parágrafo 2º do Estatuto da Polícia Militar, que dizia que: "quando houver concurso simultâneo de crime e transgressão da disciplina aplica-se somente a pena do crime", também isso conseguimos. E sou um Deputado atuante, quando digo assim, defendendo essa classe militar, de segurança pública, de forma aguerrida, e também, todos os dias, junto com os meus pares aqui que são 23 Deputados, levo ao conhecimento a problemática para eles. Então, a Segurança Pública aqui, eu defendendo de uma forma, assim, porque eu sei de onde vim, como bem disse a Ada, eu me lembro que quando ela começou a falar aqui, passou assim, como fosse um relâmpago assim na minha cabeça, aonde eu tive que chegar, o que eu passei, a minha família passou, e hoje eu estou aqui, à frente, uma autoridade do Estado, representando os senhores e com muito orgulho e satisfação. Então, a oportunidade que eu tenho hoje, como bem disse a Ada, é ímpar, porque é o momento de a gente discutir de uma forma democrática, tudo aquilo que é de

grande relevância para esta categoria, tanto policial, quanto bombeiro. Então, é isso Botelho, que eu queria te falar e para o povo que aqui se encontra.

Vou passar a palavra, até para ter uma, agora, como o vídeo está pronto, eu queria passar esse vídeo. **(execução do vídeo)**

Eu estava bem atento, o Governador na época de campanha ele deixou bem frisado que nós iríamos fazer um acordo que seria extinto o serviço voluntário e que, para compensar a extinção do serviço voluntário, não sou eu quem falo, é o Chefe de Estado, é o Governador, ele iria promover ao tempo. Então está aí, era isso que eu queria trazer para os senhores, essa informação.

Então esta Audiência Pública aqui, nada mais do que a gente discutir com o Comando da Polícia, com o Comando dos Bombeiros, é algo que já tem uma proposta do próprio Governo do Estado de Rondônia, ou seja, em promover ao tempo.

Então eu vou passar a palavra agora para o PM, Diretor da ASSFAPOM também, o Soldado S. Júnior para falar.

O SR. S. JÚNIOR – Boa tarde a todos. Estender os cumprimentos a toda a Mesa. E dizer que primeiro, como Diretor da ASSFAPOM e um dos militantes aí desde o início com o nosso Deputado hoje, é satisfação minha, presenciar aqui o Comandante Geral do Bombeiro, da PM e demais autoridades representando o Estado, Secretário de Segurança Pública sentado ao lado de nosso representante Deputado Jesuíno Boabaid.

Venho dizer a vocês, pessoal, que isso aqui é com o intuito de nós trazermos melhorias. Sabemos das dificuldades que existem, tentamos buscar da melhor forma, e hoje nós temos uma força para conseguir trazer melhorias para nós. Como o Botelho, foi dito aqui a questão da Companhia de Guarda, estender ao senhor Secretário de Segurança fazer contato com outro Secretário da SEJUS, retiraram o alojamento dos policiais do Presídio Pandinha, e virou até uma brincadeira: 'quer ir ao banheiro, leva uma sacola', está entendendo? Porque é complicada a situação que os policiais hoje vivem dentro das Unidades. Hoje eu não estou lá, estou aqui acompanhando o Deputado, mas o meu tempo de Polícia foi, e nos Batalhões e sabemos o que os nossos companheiros sofrem, principalmente o pessoal da Rádio Patrulha que é a atividade fim da Polícia Militar. E dizer para vocês que iremos, se tudo der certo, dia 20, 21 a São Paulo no Encontro da ANASPRa que é o Encontro da Associação Nacional dos Praças, discutir PEC em nível nacional para a Polícia Militar, com a presença da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que é a primeira vez que ela vai participar efetivamente como associada da ANASPRa. Isso aí é um fato histórico a Polícia Militar de São Paulo participar disso, e creio que vai crescer bastante melhorias para a Polícia Militar de todos os Estados. Dias 20 e 21 agora nós estaremos em São Paulo, se tudo der certo, se Deus quiser, estaremos trazendo grandes novidades com representantes que temos de outras Polícias, Deputado Federal Gonzaga, que é um dos militantes que puxa várias melhorias para a Polícia Militar.

E de antemão, dizer que estamos à disposição, a Associação, tanto ao Deputado Jesuíno Boabaid, e parabenizar o Comando pela atitude que teve de receber todas as situações que são levadas da Associação até o mesmo, sem fechamento de portas e sempre de portas abertas e ouvidos a receber

todas as nossas propostas. Obrigado aí, Comandante. E pela oportunidade, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar a palavra agora ao Coronel Sílvio Luiz Rodrigues da Silva, Comandante do Corpo de Bombeiros.

O SR. SÍLVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Jesuíno, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Cumprimentar o senhor Vice-Governador Daniel Pereira e em seu nome cumprimentar a todos os demais que me acompanham aqui nessa Mesa; quero fazer uma distinção ao Tenente-Coronel Elói, e em seu nome cumprimentar aos Delegados, Coronéis, representantes de outras associações que se encontram aqui conosco, e ao plenário que eu vejo cheio. E isso aqui é fruto, eu imagino, Deputado, que o senhor, na sua concepção de vida, a gente sempre sonha, planeja as coisas, mas, talvez, nos seus melhores sonhos não chegaria a um dia como esse. E eu vou até mais longe, eu vejo uma mudança no seu discurso muito grande, porque eu via, o Elói também sabe disso, e a gente sempre sentia, que quando o senhor falava Polícia, eu sabia que instintivamente o senhor falava da gente. Mas hoje o senhor e a Ada já falam já 'o policial e o bombeiro', e isso para a gente é motivo de alegria. É motivo de alegria porque a gente, quando vem a esta Casa de Leis, quando a gente vem discutir de forma democrática tudo o que está sendo tratado... Eu quero fazer uma ressalva inicial, hoje as pessoas nos comparam à Polícia Militar e a gente com algumas coisas. Eu conversava aqui com o Coronel Kisner, eu tinha para mim que era 38, 39, ele falou que a Polícia faz 40 anos agora. O Corpo de Bombeiros, desde que separou da Polícia, ele tem 17. Então uma comparação, para ela ser justa, ela deveria ser, a Polícia quando tinha 17 para o Bombeiro com 17 hoje. Eu sempre faço uma comparação, que todo mundo lembra, todo mundo conhece o Coronel Ferro. O Coronel Ferro foi uma pessoa extraordinária, tem um filho que trabalha na Corporação, na Polícia Militar. Ninguém se lembra, quase, do Tenente Ferro. Alguém se lembra do Tenente Ferro aí? Ninguém lembra. Por quê? Porque na época do Coronel Ferro, ele chegou aspirante hoje, amanhã ele saiu 2º Tenente, no outro dia ele saiu 1º, e foi comissionado a Capitão. É ou não é, Kisner?

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Não foi bem assim.

O SR. SÍLVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA - É por, é por. Então assim, os 17 anos que nós temos hoje, nós fomos, ainda estamos ou deveríamos estar comparados naquela época e hoje nós não somos assim. O Elói e eu, todos os outros, nós tivemos o tempo de aspirante, de 2º Tenente, de 1º Tenente e assim por diante. Mas da mesma forma, obviamente que com 40 anos você também, a sua saúde, enquanto Corporação, debilita. E lamentavelmente a Polícia, a gente observa e sabe disso e todos que estão aqui sabem disso, durante, principalmente, o Comando anterior, de 8 anos quase, não ocorreu essa oxigenação necessária da Polícia Militar, principalmente. A gente, no Bombeiro, fez isso. Dava tempo, nós tínhamos gente, pedíamos o curso, a Secretaria autorizava e nós fazíamos o curso, e lamentavelmente vocês perderam isso.

Então durante aqueles 8 anos, se vocês já viviam em uma situação de dificuldade, com 08 anos parados, obviamente que você vai levar quase uma geração para atualizar isso de novo. E é isso que está ocorrendo hoje. O trabalho cresceu, muita gente entrou nesse período de 08 anos, isso é verdade, muita gente entrou, mas como não oxigenou, não teve uma ascensão funcional, que deveria ser garantida por Lei e é garantida por lei, na verdade, ela é garantida por Lei, mas por conta disso não ocorreu, então obviamente que os senhores estão prejudicados. E a gente gosta muito de buscar esses comparativos. Então eu, quando me comparo com vocês, eu também me coloco no lugar de vocês e eu fiquei muito contente de ver a fala do Botelho, porque se o Botelho, Cabo, está se formando Engenheiro, ele Cabo, ele usa o tempo desta tribuna aqui para falar sobre corrupção, então eu imagino que Sargento que a Polícia está perdendo já de há muito tempo, que pessoa tão boa.

Eu digo isso porque eu tive um exemplo no Quartel de Pimenta Bueno, o que dois Sargentos meus fizeram no Quartel de Pimenta Bueno, há pouco tempo atrás, eu não tinha os caras, nunca tive, eles eram Cabos quando saíram Sargentos, se forem lá visitar o Quartel vocês vão ver o que dois Cabos, que dois Sargentos, ex-Cabos, Sargento Paulo, mais um outro, mas principalmente o Paulo fez, entendeu? Então assim, para mim é motivo de orgulho estar à frente de pessoas assim. Eu reconheço isso como um direito dos senhores.

Eu agradeço muito o fato de nós estarmos aqui conversando abertamente, poder olhar um no olho, eu tenho certeza da pessoa do Cel. Adilson, da pessoa do Kisner, de receber todo mundo, de trabalhar de porta aberta, de ouvir o que tem que ser ouvido e para se fazer ouvir, obviamente que você tem que ter bons argumentos, e o principal argumento, às vezes de se fazer ouvido, é você ser educado, é você falar no mesmo tom de voz sem ser subserviente, ninguém tem que ser subserviente, nós já superamos isso há muito tempo. Hoje, nós temos educação, temos trato e tato, como teve o Botelho para chegar aqui, como tem o S. Júnior para falar com propriedade, e são Soldados, são Cabos. Então assim, nós temos uma mão de obra interna muito boa. Nós temos um pessoal, e a própria Ada disse isso que ama o que faz e que faz isso com bom gosto, faz isso com vontade, faz isso com inspiração. Nós, graças a Deus, por mais que a Polícia sofra, e eu enquanto bombeiro falo da Polícia, porque também eu sou filho dela e, na verdade, consegui ficar no Bombeiro porque fui bem colocado, fui o primeiro colocado da minha turma, por isso que eu acabei indo para o Bombeiro naquela ocasião, mas trabalhei quatro anos na rua ainda, nós temos condições sim de ter um pulo muito grande, porque a gente não vê falar de corrupção dos senhores, por mais que o salário seja ruim, por mais que as dificuldades sejam aquelas que foram, por mais que falte uma série de materiais para vocês trabalharem, eu não vejo pessoas nas ruas dizendo assim: “não, essa Polícia daqui é corrupta, o fulano foi comprado com não sei quanto”. A gente, graças a Deus, não ouve isso. E eu digo ‘das Polícias’, eu não excluo a Polícia Civil em nada disso, entendeu. Então a gente tem, no nosso gostar da farda, no nosso sentir o dia a dia de trabalho, isso é um fator motivador. Isso é algo que você pode dizer, pode estufar o seu peito, o seu filho sente e tem que ter orgulho disso.

Então, em meu nome, em nome da Corporação que represento hoje, e da continuidade minha e dos oficiais, do Cel. Chianca, ao Soldado mais moderno meu, que serve no interior do Estado, obviamente que a gente tem dificuldade, tem problemas, eu tenho uma escala hoje que não é igual a dos senhores ainda, e mesmo assim eu estou sofrendo com isso, mas também não quero me comparar porque eu sei que as realidades são outras. Eu vou buscar e tenho ganhado melhorias para isso e as coisas têm melhorado também nesse sentido, vão melhorar. Então, eu quero que a gente continue assim, continue conversando, que use o Deputado Jesuíno para ficar conosco, para ser o aliado nosso, para ouvir os dois lados, Deputado, porque nós, enquanto Comandante, a gente senta numa cadeira que a qualquer momento ela pode ejetar, o senhor sabe disso. Então, fica ali tentando conciliar, às vezes, o inconciliável, tentando fazer da melhor maneira, porque a gente sabe das dificuldades que é, de repente, ficar no Pandinha e você não ter um banheiro. Imagina uma mulher, com as suas especificidades, com as suas particularidades ter que trabalhar num local assim, se torna inviável, se torna inviável.

Então, obviamente que existem questões pontuais que podem sim e devem ser resolvidos, mas vamos buscar esta Casa, esta Casa sempre nos atendeu tão bem, agora o senhor como digno o representante que é nosso, então o senhor leve a nossa bandeira, use a camisa azul e a vermelha por baixo, ou use uma camisa azul e vermelha para dizer... E o senhor esteve comigo essa semana e fomos muito bem tratados, tivemos uma relação muito boa e eu vejo também que o senhor vem crescendo com isso. O senhor tem buscado não só, eu vi aqui preocupado com o asfaltamento, preocupado com luz, preocupado com outras coisas e tem mais gente, tem mais gente, mesmo que não usam fardas, mas que precisam de pessoas atuantes, que pegam a sexta-feira à tarde para dizer: “não, vamos reunir”. E neste Plenário, são poucas as vezes que eu vejo... Eu estive aqui ontem, sai daqui ontem eram 20h15, mais ou menos, 20h15 nós saímos daqui ontem numa outra ocasião e não tinha, sei lá, um quinto deste Plenário.

Então, uma sexta-feira à tarde, o senhor vê que o senhor tem buscado resultado, o seu trabalho tem dado resultado e eu falo por mim, falo pela minha Corporação que eu acho que nós estamos no caminho certo.

O Senhor Vice-Governador está junto, faz parte da Mesa, então, o fato de nós estarmos aqui, nós estarmos representados, o Pedro também tem problemas cruciais, importantes, então, todos estamos juntos aqui para conversar e para ouvir. Meu muito obrigado e boa-tarde a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vou passar a palavra aqui para o Comandante da Polícia Militar Nilton Gonçalves Kisner.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Só para não perder a oportunidade, demoro para vir a Assembleia, oportunizado pelo convite do Deputado e não vir ao Plenário aqui sentar, falar sentado eu não ia perder essa oportunidade.

Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, Membro da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, neste momento presidindo esta Sessão;

Excelentíssimo Senhor Vice-Governador Daniel Pereira, parceiro da Polícia Militar; Sr. Secretário Adjunto, Cel. Adilson; Comandante do Corpo de Bombeiros, Cel. Rodrigues; Diretor Geral da Polícia Civil, Dr. Pedro Mancebo; Ada Dantas, mulher que ela tem, tal qual os policiais militares, a farda está impregnada, pode estar sem camisa, sem qualquer logotipo da ASSFAPOM, ela personifica a Associação. Assim como o nosso guerreiro Cabo Amorim da CRAPOMJI lá em Ji-Paraná, que é um elo de ligação, é um pouco mais de um mês frente à Corporação, mas lá são longos seis anos junto a diretoria de pessoal e eram, são as Associações que trazem as demandas e aquilo que pode nortear as decisões do Comando e a melhor forma é tratando as Associações. Os policiais militares por si só, recorrem muito mais fácil ao Presidente da Associação do que ao seu Comandante imediato. É algo natural e isso tem que ser valorizado e tem que ser agradecido, personificado nas duas Associações, na CRAPOMJI e na ASSFAPOM, de que o Comando precisa sim valorizar esse relacionamento.

Nessa relação de relacionamento, vejo como hoje, um dia, um ícone de uma nova vivência da Segurança Pública. Estamos aqui em uma Audiência Pública, na qual estão a Secretaria de Segurança Pública, que esse é o modelo de governabilidade, que é o responsável pela política de segurança, ladeado dos três Comandantes que fazem parte desta unidade, faltando só, neste momento, a POLITEC que é a mais nova integrante desta família, que é a Polícia Técnica antiga perícia, que fazia parte na Polícia Civil. E esse conagração é uma palavra única de que há harmonia, porque se nós não estivermos em harmonia, discutirmos ideias em benefício da nossa categoria, daqueles que prestam o serviço, nós não deveríamos estar aqui, pois o nosso maior mister, independente do posto ou da graduação, é a prestação de serviço a comunidade.

Então, quero agradecer, neste momento, ao Deputado, por ter aberto esta reunião. A pauta ficou um pouco extensa, a gente pode dizer aqui que dá uma semana de pauta, mas para o primeiro encontro, digo o primeiro, porque Deputado, nós precisamos que isso aconteça mais para dar uma justificativa, pois é difícil de conversar com os policiais militares, olhando assim tão próximo desse extenso rincão de Rondônia.

Mas dois pontos aqui devem nortear. O primeiro é a questão da harmonia. Estamos de portas abertas, eu marquei aqui o que cada um falou, mas o principal é harmonia, estamos de portas abertas, nossa presença hoje aqui é de ouvintes, para que possamos sim nortear e fazer um plano de como vai levar o timão desta Corporação. Nesse caso, um dos pontos principais e mais elencados, é a questão do nosso Quadro Organizacional. A Polícia foi pensada em 1993. Então, em 1993, tínhamos 25 cidades; em 1993 não tinha internet; 1993 se usava máquina de datilografia, a elétrica já estava começando a aparecer e aquilo que foi planejado de Polícia é o que ainda existe, que é o nosso Quadro Organizacional. Precisamos sentar e ver esse Quadro Organizacional para daqui 30 anos, contando com toda essa ferramenta de tecnologia de informação e o principal, que hoje é a dinâmica que rompe toda e qualquer conversa durante esse século 21, é a qualidade de vida dos nossos clientes, a qualidade de vida de cada um dos policiais militares que estão lá para prestar serviço à comunidade. Se eles não estiverem seguros de seus direitos, sabendo que existe um elo

de proteção por parte do Comando e que ele possa enfrentar ao seu mister, que já é difícil, ele deve saber que tem algo, um anteparo que esteja cuidando dos seus direitos e as suas garantias.

Foram sim, e o Rodrigues, concordo, anos em que esses direitos foram tolhidos e como hoje a própria Polícia Civil conseguiu já a dar abertura e começar a reorganizar esses quadros, nós também queremos comprar essa luta, porque precisamos valorizar sim os nossos policiais militares que tanto defendem o Estado. Hoje, por todo o rincão, nós temos aí, às vezes, um policial militar que representa o Estado. Lá não tem saúde, lá não chega a educação, mas tem sim um policial militar e ele representa a essência do Estado naquela localidade. E isso deve, muito e muito, ser respeitado.

Ainda sobre a questão de condição de trabalho, as palavras do Botelho e do S. Júnior, uma pergunta em pleno século 21, alguém vê policial militar nos Presídios de Segurança Máxima da Federal? Não. Então, quantos policiais militares estão hoje na parte de guarda de presos e nós não podemos, Deputado Jesuíno, comprar essa bandeira de que a Secretaria de Justiça se organize e esse pessoal que está prestando esse serviço venha atender a comunidade que é o seu mister principal. É uma bandeira a ser levada.

E por último a questão do TCO, que é uma forma, tal qual hoje já discutimos sobre a Audiência de Custódia, que é uma prestação melhor àqueles que venham cometer um delito e ele não precise parar no sistema prisional para poder responder, ele seja atendido rapidamente, nós começamos a falar sobre o Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Hoje, nós temos policiais que atendem uma ocorrência de pequeno vulto, precisa reunir dentro da viatura o agente, a testemunha, o meio pelo qual viajar 300 quilômetros, voltar com todo mundo nas costas, ficar 12 horas, quase, longe do ambiente, levando, conduzindo, apenas para pegar uma assinatura. Será que nós não estamos deixando de atender à comunidade?

Então, é uma discussão, é uma defesa, mas que tudo deve ser dentro do diálogo e da harmonia. Portanto, Deputado, novamente obrigado pela oportunidade e estamos prontos a novamente estarmos aqui discutindo tudo que seja em benefício dos nossos policiais militares. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Bem, eu vou passar, mas antes de passar a palavra ao Vice-Governador Daniel Pereira... Coronel, eu vim, eu bem disse, o intuito desta Audiência é discutir, falar sobre a Lei de Promoções que eu acho que todos vieram para cá para ouvir.

Então, o que for para a gente, com todo respeito ao senhor e aos demais que se fazem presentes, a gente vai falar sobre o Termo Circunstanciado e as duas pessoas habilitadas vão falar de forma bem esclarecida, mas não a fundo, mas vai dar uma explanação.

Mas eu preciso dizer algumas coisas aqui antes que eu acho que é necessário. Primeiro, inclusive eu tive propostas de Emenda Constitucional para vocês também, no caso, para a gente discutir que eu acho que é o correto. O engodo dessa questão nossa, a Lei 2.449, de 28 de abril de 2011, no seu artigo 4º que diz: “as vagas abertas para o Curso de Formação de Cabos PM/BM e Curso de Formação de Sargentos PM/

BM, obedecerão às seguintes proporções: I - 50% para antiguidade; e II - 50% processo seletivo interno”.

Senhores, isso aqui é, aí vamos agora para o Decreto 4.923 de 20 de dezembro de 1990: “aprova Regulamento de Promoções da Polícia Militar do Estado de Rondônia”, no seu artigo 11, Inciso II, alínea ‘a’, o interstício: 3º Sargento, 4 anos; 2º Sargento, 3 anos; aí tem um erro, eu não sei se é um erro, que é 3 anos e 10 anos, dois anos era para estar.

Lembrando que nós temos a ascensão de Soldado para Cabo, 5 anos; Cabo para Sargento mais 5. Eu fiz um total aqui, 20 anos para você ser 1º Sargento, correto?

Então vamos agora para o Decreto Lei 11, de 09 de março de 1992: “Dispõe sobre as promoções dos Oficiais da Ativa da Polícia Militar”. Esse é no Decreto 11 e ele diz, vamos ao art. 14: “para o ingresso no Quadro de Acesso é necessário que o Oficial PM satisfaça os requisitos essenciais estabelecidos para cada posto: aspirante a oficial 06 meses; 2º Tenente PM, 24 meses; 1º Tenente PM, 30 meses; Capitão PM, 42 meses; Major PM, 30 meses e Tenente-Coronel, 24 meses”.

Eu fiz um total, dá em torno de 17, aí tem um Decreto 54 que regulamenta o Decreto 11. Aí eu fiz o cálculo certinho, dá em torno de 12 anos aproximadamente para você ter condições e habilitação a ser Tenente-Coronel, Coronel. Lembrando, senhores, que um Capitão de 2005, ou seja, um Oficial de 2005 hoje é Capitão, Vice-Governador.

Aqui, como bem disse, são pessoas esclarecidas com formações acadêmicas na sua maioria, estão buscando qualificação profissional. Eu esperava, nesta reunião, e eu vou até perguntar ao Sr. Major Gualberto, encaminhasse uma pessoa, que era o Giffoni, ele tinha uma propositura de um Projeto de Lei e eu tenho duas aqui sobre a Lei, onde dava o tecnólogo para o Soldado, então eu esperava ele falar para a gente discutir isso também. Porque, como eu digo, as Audiências Públicas que aqui o Deputado na época foi o percussor, que foi quem iniciou a questão das Audiências Públicas nesta Casa, tem uma conotação também de, ao final, a gente traçar soluções. Até porque eu digo, eu não quero nascer com Projeto de Lei, uma Emenda Constitucional sem ter o diálogo de todos aqui, sem ter, a gente tem que ter uma solução agora plausível, tanto o Estado quanto o Governo, eu sei que vocês têm uma situação aqui, mas o Estado deve cumprir com aquilo que foi falado. Eu não estou cobrando nada mais do que o Governo falou, pelo menos as questões das promoções é algo que o Governo do Estado de Rondônia, o Excelentíssimo Sr. Confúcio Aires Moura, deixou claro: “vou promovê-los ao tempo”.

Então, é isso que a gente está buscando aqui. Pode-se discutir aumento de QO? Pode. Pode discutir aumento de QO, mas será que vai propor, vai dar condições, porque o Estado não fazia concurso ao tempo, fez 2.000, aí mais 1.000, como é que você vai promover tudo isso? Vai ficar sempre tendo uma barreira. Para mim deveria ser feito como, salvo engano, em Santa Catarina, promoveu 2.000 homens porque a diferença salarial é quatrocentos reais, está? Quatrocentos reais a diferença aonde o Soldado com 15 anos, 12 anos, vai a Cabo com quatrocentos reais, hoje é mais ou menos isso. Aumentou um pouco a questão do realinhamento, é mais ou menos isso, passaram-se mais 5, 10, 15 anos, mais quinhentos reais, gente. Isso é uma pouca vergonha, infelizmente isso eu posso falar, é uma vergonha, você um pai de família, e às vezes o que o policial quer é promoção, é a justiça. Eu não estou aqui...

Aí me perguntaram um dia, eu vou me recordar algum tempo, lá no início da ASSFAPOM, o Cel. Tomazzoni, eu não me esqueço das palavras dele, ele falou, eu defendi a questão dos 100% e ele foi, “Jesuíno, mas como que vai ser 100%, me explica como é que vai ficar a pirâmide?” Eu falei, ‘igual à de vocês a pirâmide vai ser a mesma’. E a gente ia fazendo, traçando, aí ele falou: “outra coisa, tem que ter o PSI”. ‘Mas por que, Coronel? Porque é uma qualificação, vai dar oportunidade para o policial militar’. “Ah, é; o Praça. Mas justifica para mim, dá uma justificativa.” ‘Então, vamos fazer o seguinte, Coronel, eu fiz esse Projeto de Lei e se não for afrontado a gente vai fazer também essa proposta, de tenente fazer o concurso passando a major. E aí, “não pode”. E eu pasmo, pasmo, e realmente existe uma Lei no Exército aonde o Oficial faz concurso e eu não sabia, faz concurso para Oficial ascender. Eu até falei, ‘rapaz, olha que coisa maravilhosa isso aqui’.

Mas não é isso que a gente quer, não, Cel. Kisner. O senhor está sentando agora, com todo o respeito ao senhor, Coronel, ao Cel. Rodrigues que lá não tem esse problema, mas aqui nós temos. É uma questão de honra minha, para que eu fui eleito também, além de defender, mas eu não consegui junto com os meus companheiros, meus irmãos de farda, não fazer o mínimo que é a promoção, então é melhor nem voltar mais para esta Casa. Eu falo mesmo, o Governador, eu tenho respeito pelo Governador do Estado de Rondônia, eu faço uma oposição aqui, eu faço uma oposição que não é oposição, ele sabe disso, o Governador de Rondônia. Eu voto em projetos deles aqui, mas no dia em que ele ver uma oposição mesmo ferrenha, que eu já sei porque eu fui um Deputado que eu apanhei no primeiro momento, apanhei. Dois Vetos foram derubados aqui, eu não consegui manter, infelizmente. E aqui eu quero registrar a presença do Deputado Jean Oliveira, tem mais uma bagagem, o segundo mandato dele, mas eu me debrucei nas normas inerentes desta Casa, ao Regimento Interno, a Constituição Federal, Estadual e demais situações.

Então, é isso que eu busco, se for realmente para fazer oposição, oposição, a coisa fica difícil para o Governo, fica. Fica e muito, mas a gente não vai entrar em questões políticas. Eu só peço ao Governador, que como ele disse que ele vai honrar a palavra dele, não é ele colocar o Cel. Kisner, nem o Cel. Rodrigues em condições difíceis, porque quem deve trazer essa resposta de lá, ele já deu, é o Governador e eu vou cobrar agora, eu vou cobrar. Eu tenho a ASSFAPOM, eu tenho todas as Associações e eu tenho eles aí.

É porque a gente não vai passar uma tarde de sexta-feira abrindo diálogos aqui, conversando, as pessoas vieram para ouvir alguma coisa plausível. Eu tenho um Projeto de Lei aguardar, um Projeto de Lei que vai resolver isso aqui tranquilamente, e podia nascer. A um indicativo do Estado em sanar isso aqui. Gente, é fácil, para mim é fácil. É só 100% por atividade, promove, acabou, acabou, acabou isso aqui.

Mas eu tenho leis também para a valorização, para discutir de forma mais profunda. Vou esperar isso. Mas que eu digo aqui, eu quero deixar o meu posicionamento, o Deputado Jesuíno Boabaid, não abrirei mão dessa promessa de campanha de Governo, em valorizar em 100% o profissional, os Policiais e Bombeiros Militares de Rondônia. Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Vice-Governador. Opa, quero passar a palavra ao Deputado Jean, que está aqui sem almoçar, ele quer fazer uso da palavra.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Queria rapidamente cumprimentar a Mesa em nome do Vice-Governador do Estado Daniel Pereira; cumprimentar os dois Comandantes do Bombeiro e da Polícia Militar. Ontem tive a oportunidade, fui convidado para participar de um café da manhã na ASTIR e lá eu pude me encontrar com o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros. Pela parte da tarde fui ao Comando Geral da Polícia Militar e parabeneizei pela posse dada, fato que ainda não havíamos nos visto, Cel. Kisner, lhe parabeneizei e desejei sorte para que o senhor possa fazer uma gestão boa à frente da Polícia Militar. Cumprimentar a todos aqui; cumprimentar especialmente o meu colega de Parlamento, o Deputado Jesuíno, é um defensor aguerrido dos militares, não somente dos policiais, mas também dos bombeiros. Veio a esta Casa com o voto maciço da Polícia Militar, tem sua representatividade pela categoria Militar e hoje faz aqui uma Audiência Pública. E eu sempre digo, Deputado, que as Audiências Públicas são a essência da democracia. É de fato uma oportunidade de todos, independente de cargo, independente de hierarquia poder discutir. E o plenário desta Casa, chamado, assim, de Plenário das Deliberações, o senhor Vice-Governador que conhece tão bem este plenário, conhece ele antes da reforma e depois da reforma, este plenário, na contemporaneidade dele e também no passado, sabe muito bem as defesas e os debates que este Plenário já sediou.

E hoje aqui, é importante buscar uma discussão quando se trata de servidor público, principalmente o servidor público militar, mas, sobretudo buscar o direito que está previsto em Lei buscar uma alternativa, Deputado Jesuíno, para fazer justiça, e eu apoio Vossa Excelência. Acho que a Polícia Militar, Cel. Kisner, precisa de uma atenção maior para com vocês todos militares, vocês todos militares. Nós políticos somos, na grande maioria, civis, precisamos dar apoio aos militares. Hoje a gente tem um militar aqui que é o Deputado Jesuíno, mas a grande maioria dos políticos Deputados, Governadores, são pessoas civis que pouco conhece sobre como funciona a questão, a hierarquia, a disciplina militar, poucos sabem das suas graduações, poucos sabem das suas promoções. Mas eu vim aqui para dizer, Deputado Jesuíno, uma andorinha não faz verão, mas você tem o meu apoio e tem o apoio desta Casa. Continue militando, continue militando. A gente é parceiro aqui dentro, eu sou um Deputado que trabalho pela ordem, Vossa Excelência sabe muito bem disso, e naquilo que for necessário a gente fazer um trabalho junto, eu tive a oportunidade de estar hoje no meu segundo mandato, tive um mandato muito bom em relação a essa questão de Assembleia e Governo do Estado e o que a gente puder fazer para intermediar e buscar a justiça aos Praças, eu estou aqui para lhe ajudar também. Sou Deputado parceiro seu e vim aqui marcar presença, dizendo que a Assembleia estará com o servidor militar, estará com o Praça, aquele que muitas vezes não tem oportunidade de dar sua palavra, de poder transmitir o que vem sentindo nas ruas. E eu queria dizer também um assunto que eu fui procurado, eu tenho amigos militares, policiais militares, amigos bombeiros militares, infelizmente, eu não tenho a representatividade que Vossa Excelência tem Deputado, ou felizmente, porque eu acho que é justa a sua liderança em meio à Polícia e os Bombeiros. Mas eu queria aqui também pedir atenção aos Oficiais Administrativos que hoje, infelizmente esses Oficiais que me procu-

raram não têm uma norma, Vice-Governador, não tem uma norma específica para os Oficiais Administrativos, não têm. Eles ficam sem ter uma lei que ampare a carreira deles.

Então que também, Deputado Jesuíno, a gente possa estar discutindo isso aqui na Assembleia, a gente possa fazer, ou uma Audiência Pública ou encontro com esses Oficiais, já que o número é menor, para que a gente possa legislar em cima dessa categoria, Oficiais Administrativos que estão sem uma lei para amparar a carreira deles.

Então, eu vim aqui primeiro, me colocar à disposição de Vossa Excelência Deputado Jesuíno, e me colocar especialmente a vocês policiais militares e bombeiros do nosso Estado. Não tenha dúvida que a Segurança Pública se deve a vocês. Parabéns. Conte com o meu apoio, Deputado Jesuíno e Governo, para que a gente possa fazer justiça com essas pessoas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Quero agradecer o Deputado Jean Oliveira, sempre parceiro, quando eu pedi o apoio dele ele sempre votou nas matérias de interesse da classe e sempre apoiando nossa luta.

Vou passar a palavra ao Cel. Adilson, para fazer uso da palavra.

O SR. ADILSON - Boa tarde a todos. Cumprimentar à Mesa na pessoa do Deputado Jesuíno, na pessoa do Vice-Governador, Dr. Daniel Pereira, cumprimentar os integrantes da Segurança Pública, Comandante da Polícia Militar, Cel. Kisner, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, Cel. Rodrigues, nosso Delegado Geral, Dr. Pedro Mancebo, cumprimentar a Ada, cumprimentar o Amorim de Ji-Paraná, cumprimentar os policiais civis na pessoa do Dr. Eliseu, Eliseu Muller, cumprimentar os policiais militares, na pessoa do Major Padilha que nos acompanha; cumprimentar os bombeiros militares, na pessoa do Tenente Cel. Elói, e cumprimentar a todos os presentes, familiares, funcionários, imprensa.

Primeiro, justificar a ausência do nosso Secretário Dr. Reis, ele está em atividade. Nós estamos hoje, na nossa Capital, recebendo um Ministro de Estado e ele está acompanhando essas atividades. E de antemão, Deputado Jesuíno, a Secretaria de Segurança Pública desde o início do seu mandato, o senhor teve oportunidade, portas abertas, conversas referentes a vários assuntos, não só ligados à Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros como outras instituições, além dos anseios relacionados à Segurança Pública de uma maneira geral.

Tendo como um dos eixos da Segurança Pública a valorização profissional, falando em nome da Secretaria, não só o Legislativo, mas também as demais Instituições, as demais Associações, nós estaremos irmanados. Irmanados no sentido de uma melhor qualidade de vida para os profissionais da Segurança Pública.

O Cel. Kisner falou em harmonia. Nós tivemos uma conversa, gostaria de lembrar, Deputado, uma conversa lá no Gabinete do Dr. Reis, e muita gente, traz em si o rancor, traz em si o passado, traz em si os acontecimentos e consegue carregar isso, e isso aí faz com que muita coisa não aconteça, faz com que não crescamos, com que as coisas não evoluam. E dei um exemplo, Deputado, das guerras, 1ª Guerra, 2ª Guer-

ra, Japão, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Inglaterra. Nós tivemos e hoje o que é que nós temos em nossa humanidade? Uma harmonia, uma integração.

Então, eu parabenizo sua iniciativa, parabenizo o trabalho que vem sendo realizado pela Assembleia, o apoio que os demais Deputados têm dado a Segurança Pública, porque eu tenho certeza que sozinho é difícil e esse apoio eu tenho acompanhado, tem sido dado também por outros Deputados. Contamos nós, da Segurança Pública, com o seu apoio e estamos à disposição nesse trabalho e principalmente nesse eixo, valorização profissional. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vou passar a palavra ao Cabo PM Venâncio para fazer uso da palavra.

O SR. VENÂNCIO – Boa tarde senhores presentes, autoridades, Secretários, Presidentes de Associações. Boa tarde aos meus companheiros e familiares da Polícia Militar. Boa tarde ao público que nos acompanha na internet, em casa, seja nas mídias televisivas, nas mídias audiovisuais e estão nos acompanhando. Boa tarde ao povo de Deus aqui presente também, que a paz esteja com todos.

Bem, aproveitando a oportunidade, agora está sendo aberto o espaço para que nós possamos, Vice-Governador, dialogar frente a frente, igual diz na gíria militar 'tête-à-tête'. Há muito tempo nós não tínhamos essa oportunidade de dialogar, de vir debater depois de muito tempo a questão de promoção. Uma coisa tão pequena relevância dentro de tantos assuntos, que isso aqui poderia ser tratado internamente. Como a gente não teve essa oportunidade, foram necessárias várias brigas, várias lutas, suor, lágrima, sangue e conseguir colocar um colega para nos representar para que a gente possa sim, ter voz e ter vez.

Quando é falado, eu enalteço aqui o colega Deputado Jesuíno Boabaid, é em relação ao tempo de promoção. Ele leu aqui 'na calada da noite, foi aprovado um Projeto', onde o critério de promoção de Oficial foi diminuído e muito. Temos o exemplo, foi citado aí de Oficiais de 2005/2006 entraram e hoje já é Capitão. Aí quando alguém nos questiona lá na rua: "Venâncio, tu já é Cabo?" Já é Cabo, depois de 13 anos? Tem certeza que já é Cabo mesmo? Meu Deus do Céu!

Então, esse tempo de promoção realmente tem que ser diminuído. Nós temos uma Polícia, eu penso assim, não tem a Polícia do Oficial e a Polícia do Praça. Então, se aqui em cima a promoção é obedecida no tempo certinho, todas as datas, que nem o Deputado Jesuíno falou, e tantos outros, o Botelho, todo dia 21 de abril tem promoção, a gente vai ver lá, a maioria Oficial. Aniversário da PM, vai fazer 40 anos. Igual eu tenho, outros tantos promovidos. Ou seja, o critério é obedecido certinho, mas para nós aqui embaixo não, gente. E por incrível que pareça, não é.

Então, se tem que haver um racionamento no critério de promoção, ele tem que ser sim 100% de antiguidade, mas o interstício tem que ser diminuído de imediato. Não dá, um policial que entra aqui hoje na Polícia, daqui a 10 anos ele vai ser Cabo; com 15, talvez, quiçá, 3º Sargento. Então, o colega, com 13, 12 nos, no mínimo Tenente-Coronel, Aspirante a tenente Coronel. Tem alguma coisa errada aí, gente.

Então, eu quero alertar, outro quesito é a questão de efetivo e equipamento. Foi falado bem da Companhia de Guarda, mas eu como policial de rua que sou, estou de serviço daqui a pouquinho, quero defender também os policiais da rua, que também são os nossos companheiros, assim como os colegas da CIA de Guarda. Hoje, eu saio para trabalhar, eu, na zona Sul, com quase 150 mil habitantes, três viaturas, sendo que uma para cuidar de duas bases de policiamento, que estão fechadas. Temos que fazer um PB lá, esporádico, de 20 minutos e rodar em torno dessas bases para que a população, revoltada com a falta de efetivo, não queime as bases. Então é complicado. E duas para atender diversas ocorrências. Eu posso citar aqui, enquanto eu estou atendendo duas, três ocorrências, o meu colega está atendendo duas, três também. Como é que eu vou dar um serviço de qualidade para a sociedade de Porto Velho, de Rondônia, se eu não estou tendo nem condições de eu ter uma qualidade para trabalhar?

Questão de equipamentos, o Comandante aqui falou bem, a era da informática chegou, modernizou, o tempo avançou, mas nós estamos voltando a fazer o BOP manual por falta de computador. Meu Deus! Um computador que devia ter em todo e qualquer lugar, um sistema integrado de verdade. Ou seja, o Venâncio, em vez de eu ir lá no DP registrar uma ocorrência de furto, eu poderia muito bem, aqui na viatura, no computador de bordo, acessar e registrar, lançar e automaticamente, igual é em alguns Estados, todo o efetivo da rua, todo cidadão que está acompanhando, sabe que teve um roubo naquela localidade. Eu não perdi tempo em sair do meu setor de atuação, que eu poderia evitar algo mais grave, para perder um tempão na Delegacia, e muitas vezes chegar lá e não tem sistema. Vai lá à Base do COHAB que a PM tem, não tem também. É difícil, é difícil! Viaturas, eu perco um tempão danado, Comandante. Eu fiz uma pergunta aqui, o Comandante estava todo cheio de pose lá, falando, eu entendo que ele é pressionado, ele cumpre ordens; eu também sou pressionado, eu cumpro ordem. Eu falei, 'Comandante, olha ali para aquela viatura, o que é que está faltando nela?' Um Gol, uma L200 Nissan, carroceria aberta e uma mais no canto lá, fechadinha. 'Me mostra aí a diferença dessas viaturas'. Ele olhou, "Venâncio, não tem nenhuma, Venâncio". 'O senhor tem certeza? Olhe de novo, por favor.' "Não tem nenhuma, não." 'Tem, Comandante.' Viatura policial, no mínimo, era para ter camburão que é para que eu não perca muito tempo em chamar um colega meu lá do local dele para vir me ajudar a levar testemunha para a Central de Polícia. Todas as viaturas policiais têm que ter camburão. Já que a gente tem pouco efetivo, a gente tem que usá-lo bem, em benefício da sociedade. E é isso que a gente quer, essa agilidade, tratar com carinho. É ruim ter que chegar aqui, perante o público, seja o nosso público interno, a família policial militar, e o público externo, que está nos acompanhando ali na mídia. Então, tem que ser repensado com urgência, um globo para que dê condições para que a gente faça um bom serviço. Eu, com viatura com camburão, eu posso sim botar o meliante no camburão, levar testemunha dentro da viatura, que é o local apropriado, porque eu não levo o meliante dentro da minha viatura. Se eu estiver comandando, ele não vai. Vou chamar outro, vai perder um tempão, vou tirar outra viatura do setor, mas não vou levar porque ele pode, ali, num momento de descuido, puxar

algum objeto perfurante e vir a matar o companheiro meu que está ali atrás.

Então, o terceiro quesito que eu elenquei aqui, comandante e autoridades presentes, foi a valorização do profissional, igual o Deputado Jesuíno tem ali, a gente já apresentou há algum tempo, valorização, que eu digo, no quesito de conhecimento. É preciso chegar aqui no plenário, aprovar uma lei para respeitar uma lei federal para que o policial tenha o direito de estudar. Isso, cada um ainda atrás por conta própria, porque era para a gente ter esse apoio do Estado e não temos. Hoje, para o policial cursar uma faculdade, ele tem que se virar nos trinta. O Botelho ali, concluindo a faculdade, e tantos outros, e para quê? Eu tenho objetivo. Eu quero uma melhoria, porque, automaticamente, eu me qualificando, eu vou prestar um melhor serviço para a comunidade. Só que a gente compara o policial militar com os outros órgãos públicos. Todo e qualquer servidor, ao concluir um curso superior, ele ganha um percentual a mais. Concluiu uma pós-graduação, um percentual mais ainda. E nós, nada, *niente!* Então, isso tem que ser repensado. Tem projeto para isso. O Governador foi bem claro aqui no vídeo, “o que vocês trouxeram para mim, e vou aprovar”. E precisava a gente estar aqui se digladiando? Já era para ter sido feito, passou da hora,

Outro quesito que eu vou buscar ali atrás, melhor localidade de moradia para os policiais e seus familiares, porque hoje eu prendo um meliante, amanhã, devido as falhas da lei, as várias brechas que tem, ele está lá do lado da minha casa, de novo. Muitas vezes, não é meu caso e nem de muitos que estão aqui, que dão o sangue e a vida pela PM, não têm medo não. Mas têm alguns que não vêm para a rua trabalhar porque ‘não, o bandido vai me conhecer, ele vai incomodar minha família’. E isso a gente não tem que ter, não, a gente tem que estar lá. Eu trabalho onde eu moro e gosto, porque se for para mim cuidar da casa dos outros, eu vou cuidar também da minha. Se o bandido está me vendo, ele sabe que eu moro ali, eu conheço ele, ele me conhece. Não sou de ferro, mas eu vou procurar respeitá-lo para que ele me respeite também. E assim a gente vai tentando trabalhar, mas já é de se pensar aí em relação a um condomínio para policiais e seus familiares, financiado, parte dele, pelo Estado, para que o policial tenha condição de pagar uma parcela plausível, que ele possa pagar sem comprometer sua dívida familiar, sua renda familiar.

Vamos para o próximo quesito, já para encerrar. A questão do PSI. O PSI é indecente, Comandante. Porque, em pleno século 21, ano 2015, 2013, 2014, eu ter que corrigir para mais de 10 questões para poder dar uma nota. Ajeitou as questões, corrigiu, prejudicou outros, por que não se anula uma questão dessas, para que não aconteçam essas coisas gritantes? Melhor critério de valorização profissional é antiguidade. Deu o tempo, promove, para que evite que aconteçam essas coisas de estar corrigindo questão, ajeitando. Ajeitou aqui, já ajeita para alguns e prejudica outros. Então, para acabar isso, antiguidade.

E agora, para não deixar de enaltecer a nossa Polícia, foi falado em nível nacional e também aqui na região Norte, com essas valorizações que nós temos na nossa Polícia, que o senhor fala lá e eu acredito e creio, graças a Deus nós temos a Polícia entre as quatro mais honestas do Brasil, ganhando o que ganha, com poucos recursos, com a cara e a coragem, somos e estamos entre as quatro mais honestas do Brasil. É um orgulho muito grande para mim, para o senhor e todos

aqui presentes. No mais, pessoal, boa tarde. Obrigado pela oportunidade e que esse debate aconteça sempre. Até lá.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Só para esclarecer, o Cabo PM Venâncio, existe a Lei 2449 disciplina, a cada cinco anos promove. O problema é que têm artigos e dispositivos que vedam, não é? Questão orçamentária, dotação orçamentária, vaga no QO, têm os requisitos, tem antiguidade, mas para você ascender, como bem disse, tem a questão dos cinco anos. O Deputado Jean também falou sobre a lei, que existe lei também que disciplina a questão dos administrativos. Inclusive é, eu acredito que é a 150, a Lei 150. Ela tem que ser ajustada e tem uma proposta do Bombeiro, da Polícia para alterá-la quanto à questão da promoção também. A propositura, então, é ascensão até Major.

Vou passar a palavra, agora, para o Vice-Governador do Estado de Rondônia, Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA – Quero, em primeiro lugar, agradecer a Deus a oportunidade de poder estar aqui nesta tarde e saudar o Deputado Jesuíno Boabaid. E só estou aqui, Deputado, em respeito ao senhor e àqueles que o senhor representa, porque eu era para estar hoje em Colorado, uma vez que no Dia dos Pais eu não pude estar junto com meu pai e no aniversário do meu tio, que fez 92 anos, também não pude ir. Mas, quando o senhor me informou que haveria esta Audiência Pública aqui, fiz questão de estar aqui, até para ter oportunidade de dizer que o pouco tempo que eu estou conhecendo o seu mandato, só posso lhe parabenizar porque a sua postura não é uma postura, se fosse única e exclusivamente em defesa da Polícia Militar já seria mais do que justificada a sua presença aqui. Mas eu tenho acompanhado, ao longo desse período que estou aqui, quase que semanalmente presente à Assembleia, e o seu trabalho vai muito além da Polícia Militar, ajudando vários segmentos da sociedade. Posso citar, por exemplo, o pessoal da Figura A. E aí, quero render minhas homenagens ao seu trabalho. Quero saudar o Coronel Adilson, nosso Secretário Adjunto de Segurança, que aqui está; saudar o Dr. Pedro Mancebo, nosso Diretor Geral de Polícia, pessoa a qual tenho um carinho muito grande, inclusive responsável pela minha formação e pela formação da minha esposa, no que diz respeito ao Curso de Direito. Saudar o nosso Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Nilton Gonçalves Kisner, que hoje tem a responsabilidade, sobre os ombros, juntamente com seu Comando Geral, de dirigir a honrosa Polícia Militar do Estado de Rondônia. Saudar o nosso Coronel Bombeiro Silvio Rodrigues da Silva, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, que faz um belíssimo trabalho, em nome do qual quero saudar e congratular com toda a Corporação dos Bombeiros. Saudar a Senhora Ada Dantas, Presidente da ASSFAPOM, que aqui representa com muita dignidade as esposas dos policiais militares. Saudar o Cabo Amorim, Presidente da Associação Recreativa dos Policiais Militares e Bombeiros Militares de Ji-Paraná. Saudar o nosso Coronel Bonfim, é um prazer revê-lo. Saudar o Dr. Celso, nosso Delegado do DEPOM; Dr. Eliseu Muller, nosso amigo de muitas jornadas. Saudar o Dr. Pedro Rates, atual Corregedor da Polícia Civil e quando ele tinha bigode, ele era meu Diretor lá na ULBRA, diretor da instituição da qual eu me formei. Saudar o Presidente do Sindicato dos Delegados, Dr. Antônio Sobral, que se

faz representar aqui pelo Dr. Vítor. Saudar o Major Padilha; saudar todos os funcionários da Casa, da imprensa e de uma forma muito especial, Deputado Jesuíno, eu quero saudar o Soldado Eli, que aqui se faz presente, o Soldado Jadson e o Tenente Miranda que fazem um trabalho maravilhoso com a sociedade lá na zona Leste. Então, são pessoas que além do trabalho do dia a dia, que já é o suficiente para dignificá-los, ainda fazem um trabalho extra com relação, voltado à sociedade.

E saudar agora também o Botelho, que está com a camiseta da campanha de corrupção. Quero pedir, Botelho, a oportunidade, se você tiver mais desse material para, não só a mim, mas como a entidade que eu presido, que tem doze mil filiados, para a gente ajudar nessa campanha, porque um dos grandes problemas que este país tem, indiscutivelmente, é o problema da corrupção. Se nós eliminássemos a corrupção, com certeza nós teríamos dias melhores. Agora, Botelho, essa questão do combate à corrupção, você a faz, tenho certeza que não é o seu caso, você a faz no dia a dia. Por exemplo, eu sou Presidente de uma entidade que tem treze mil filiados. Se você for lá ao site da minha entidade, eu sou Presidente dela, cada pagamento, Coronel Bonfim, o número do cheque, o beneficiário, o valor do cheque e para o que é que foi pago, está lá no site da minha entidade. Eu acho que quando a gente, para ter moral para bater nessa questão da corrupção, a primeira coisa que a gente tem que fazer, é quando a gente tem oportunidade de fazê-lo é ir lá e mostrar como é que você tem que fazer. Mas é uma campanha maravilhosa, a qual eu quero abraçar.

Nós sabemos que são vários os motivos da convocação desta Audiência Pública e eu vou tentar discorrer a respeito de alguns deles, dentro da minha limitação. Eu não tenho formação na área militar e tenho alguma formação na área de direito, tenho a experiência de ter passado aqui por esta Casa Legislativa. E quando eu estava aqui, que o Deputado Jesuíno ainda não estava presente aqui, muitas vezes foi um civil que fez a defesa dos policiais militares aqui. Eu tive o prazer de fazer isso em mais de uma oportunidade. Mas não fiz só da Polícia Militar, não. Fiz da Polícia Militar, fiz dos Delegados, fiz dos policiais civis, fiz dos servidores da Saúde, fiz dos servidores da Educação, fiz dos servidores públicos de uma maneira geral, porque há 30 anos que eu sou dirigente de uma entidade, de uma forma ou de outra, de entidade de servidor público. Estou, neste momento, na condição de Vice-Governador e divido o meu tempo com a presidência do 3º maior Sindicato do Servidor Público do país, e o 3º maior Sindicato de Servidor Público do Estado, que inclusive está em greve, que o nosso pessoal está nas ruas.

Com relação à Polícia Militar, os servidores militares têm o auxílio saúde. E eu tenho o prazer de dizer que o autor dessa lei fui eu. A gente tinha, na época, o representante militar aqui. Nenhum demérito para ele, mas eu tinha mais iniciativa e era mais rápido que ele. Eu fiz a lei para os servidores civis, não podia se aplicar aos servidores militares, alteramos os estatutos da ASTIR para poder, a ASTIR, receber esse recurso. E isso ficou acumulado, Coronel Bonfim, durante tanto tempo, que quando esse recurso foi repassado para a ASTIR, foi permitido fazer todo o trabalho que garantiu a dignidade aos servidores da Polícia Militar. Eu tenho a satisfação de a parte

legislativa fui eu que fiz juntamente com os outros 23 Deputados que estavam aqui neste plenário. Nós também tínhamos, no passado, a questão da etapa de alimentação, etapa de vestuário dos Soldados, dos policiais que ia para... Acho que ia para a ASTIR, mas não ia para os servidores, para os militares. E era uma cobrança que as mulheres, que as esposas dos militares trouxeram para cá e fui eu, num projeto de lei que o governo mandou para cá, que fizemos a alteração e conseguimos fazer com..., e indiferentemente que seja muito, que seja pouco o valor, mas que vá lá para o contracheque do policial, que vá lá para o contracheque daqueles que estão no dia a dia na Corporação Militar, que ele e a família dele administrem isso da melhor maneira possível.

E lembro também, num dado momento, que nós tivemos aqui uma situação que queriam acabar com a patente de Cabo. Esta Casa nunca teve uma presença tão grande e tão expressiva de militares, embora tantas lutas nós tivéssemos, quanto naquele momento. E um, então, Cabo, chegou para mim e disse o seguinte, ali, eu, como civil não tinha como compreender isso, e ele falou para mim o seguinte: "como é que eu vou chegar em casa e explicar para minha mãe que eu não sou mais Cabo, que eu perdi a minha patente?" Para ele era um desonra isso. Ele não queria aumento salarial, ele não queria nada. Ele queria só manter a patente dele de Cabo. Acredito que a gente que não é da Corporação, não tem condições de avaliar isso. Nesta Casa, Deputado Jesuíno, eu já estive muitas vezes aqui, e quem inaugurou os processos das audiências públicas, não fui eu quem inventou ela, estava no Regimento Interno, eu apenas comecei a dar efetividade. E vejo que hoje, essa legislatura, principalmente, está fazendo muito isso e de forma muito efetiva, inclusive num assunto tão importante quanto esse. Mas o mundo não é uma ilha.

A gente tem que discutir as coisas como um todo. Se a gente for discutir, aqui, estatisticamente, talvez a gente tomasse outro rumo com relação às discussões que a gente tem que fazer. Agora, nós temos que fazer as discussões com o pé no chão e com muita responsabilidade. Por exemplo, o problema da criminalidade. Não dá somente para a Polícia Civil e a Polícia Militar, no âmbito dos Estados, e os governos estaduais, ficarem assumindo o ônus da segurança pública. O governo federal tem que fazer a parte dele. Nós temos quase nove milhões de quilômetros de extensão de fronteira, que é praticamente desguarnecida.

Eu estive, essa semana, com o Ministro da Defesa, Ministro Jaques Wagner, estive com o nosso Comandante, o General da 17ª Brigada aqui e estive, ontem, com o nosso representante maior da Aeronáutica, e colocava para eles a necessidade do Exército, da Marinha e da Aeronáutica fazer o patrulhamento ostensivo das nossas fronteiras. Se não coibir 100%, mas pelo menos dificultar a entrada de drogas e a entrada de armamentos de alto calibre que não tem tipo de equipamento que você compre para policial para proteger o policial, para dar garantias para ele. Então, é uma demanda que a gente tem.

Outro trabalho que é urgente que seja feito, é a questão do uso da tecnologia. Por exemplo, o município de Machadinho acaba de instalar um sistema de vídeo monitoramento. Sete câmeras, para fazer o trabalho daquelas sete câmeras nós precisaríamos lá, segundo dados fornecidos

pelo Coronel Kisner, nós precisaríamos de 42 policiais militares lá. Qual é o problema? O Estado não tem condições de contratar os 42 policiais militares para colocar lá e outro tanto para colocar ao longo de todo o Estado. Mas com o uso dessa tecnologia, com 09 pessoas, você consegue fazer o monitoramento 24 horas daquela cidade e esse monitoramento sequer precisa ser feito com policiais militares. Pode muito bem ser feito por civis. Então, são iniciativas que precisam ser adotadas, para que a gente possa melhorar e efetivar o trabalho de segurança pública, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil.

Nós temos a discussão do Termo Circunstanciado, que o Coronel, eu acho que o Coronel Adilson chegou a dar uma abordagem, o Coronel Kisner, o colega que falou agora, anteriormente a mim, também abordou. Não é um assunto fechado, mas também não é um assunto que tem que estar por encerrado. Nós temos que nos debruçar sobre o tema, juntamente com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, com o Tribunal de Justiça, com a Assembleia Legislativa, com o Tribunal de Contas e fazer uma discussão, que eu não posso continuar com uma viatura que faz uma apreensão de um crime de menor potencial ofensivo lá na Ponta do Abunã, ter que atravessar 300 quilômetros para vir aqui e voltar, carregando a vítima, carregando o infrator, para chegar aqui ser registrado um Termo Circunstancial que o Juiz vai perguntar, de pronto, se as partes querem fazer um acordo, que o Promotor vai promover, propor um sursis processual e se não houver nenhum tipo de acordo, nem na primeira ou na segunda etapa, quando muito o cidadão vai pagar uma cesta básica. E a gente move toda a força pública para simplesmente ficar carregando para cima e para baixo, gastando uma fortuna de combustível, do tempo e, às vezes, quando a viatura sai do local, aí acontece um crime de maior potencial ofensivo, e aí o Estado está ausente de lá. Sei que isso tem discussões de ordem constitucional, sei que isso tem discussões de ordem operacional, sei que isso tem discussões de ordem corporativa, digo isso sem nenhum problema, até porque eu também sou corporativo e defendo corporações, mas nós temos que olhar, acima de tudo, os interesses da sociedade e fazer isso.

O Governador Confúcio Moura, é verdade e isso tem que ser reconhecido, que nós temos uma dívida muito grande com os nossos servidores. Agora, a gente também 'mora num país tropical, abençoado por Deus', como diz a música, que o Rio Grande do Sul, que é um Estado mais tradicional que o nosso, está dividindo o salário dos servidores. Quem ganha de R\$ 1.500,00 por mês, está recebendo uma parte e a outra parte vai receber lá na frente. Teve que optar agora, entre pagar a dívida para a União e fazer o pagamento dos servidores públicos. Pelo fato de ter optado em pagar os servidores públicos, o governo federal simplesmente bloqueou as contas do Rio Grande do Sul. Está um caos, o Estado do Rio Grande do Sul.

O Estado do Paraná, um Estado que já era, há 40 anos, o que nós somos hoje, o governo do Estado do Paraná, por melhor que seja o governo que o Beto Richa faça, ele não vai tirar nunca a mácula de ter espancado os professores lá no Estado do Paraná. Ele pode fazer o melhor governo que ele possa fazer daqui para frente, mas essa é a marca com que ele vai ser reconhecido. O Estado de São Paulo, que é a locomotiva do Brasil, quase três meses de greve dos trabalhadores em educação, no Estado de São Paulo.

E qual é a situação nossa aqui no Estado de Rondônia? Esse semestre, Coronel Bonfim, foi publicado pelos índices do governo federal, que a apenas 10 Estados da Federação estavam em situação equilibrada de economia. Agora, recentemente, publicaram novamente que apenas cinco estão em situação equilibrada. Agora, na semana passada, publicaram novamente que apenas três. E aí eu pergunto, quando for publicado o próximo, quantos vão estar na mesma situação? Nós estávamos entre os 10, estávamos entre os 05 e estamos entre os 03. A pergunta é: vamos estar entre os 02 ou somente o único, na próxima estatística?

Então a gente está vivendo uma situação que é extremamente difícil e que todos nós que somos cidadãos e principalmente quem tem a responsabilidade de dirigente, ele que tem que responder por todos, não é fácil essa situação. Eu tenho a consciência de que as reivindicações que são feitas aqui são mais do que justas. Assim como também é mais do que justo que um professor que tem nível superior, que ganha dois mil e quinhentos reais por mês, que a gente pudesse dobrar o salário desse pessoal. Que o pessoal que está dentro dos hospitais, como é o caso da minha esposa que é enfermeira, que a gente pudesse dobrar o salário desse pessoal. Mas entre aquilo que é o ideal e aquilo que é factível, aquilo que você pode fazer, tem uma diferença muito grande. Eu não quero, de forma alguma, e não é o meu objetivo vir aqui para tentar desanimar e nem tampouco convencer o Deputado Jesuíno, até porque eu não faria isso e se tentasse fazer, pela índole dele seria impossível de fazê-lo mudar com relação à defesa intransigente da sua Corporação e dos seus filiados. Ele tem que fazer isso e o faz com muita dignidade e faz com muito respeito.

Mas eu tenho a responsabilidade também de colocar aqui o cenário que a gente está vivendo. E como é que nós estamos tentando superar isso? Tentando trazer pessoas para cá, que façam investimentos aqui, que gerem empregos aqui, que garantam, se os recursos da União, estão caindo as arrecadações da União, que, pelo menos, as nossas, se não crescerem, pelo menos se mantenham. Porque senão nós corremos o risco de daqui a alguns dias a gente ter o caos. Até agora nós não temos esse risco, não temos. Não vislumbramos isso num futuro próximo, mas é uma situação sombria que ameaça a todos, infelizmente.

Mas o Governo do Governador Confúcio Moura, o ano passado, quando eu assumi a condição de candidato, eu fui procurado por vários membros da Corporação e apresentaram uma proposta para nós. E aquela proposta que foi apresentada para a gente, foi encaminhada para a gente, ela foi encaminhada para a Assembleia e ela foi aprovada. A Polícia Civil e a Polícia Militar, até 2002, elas tinham igualdade salarial. Em 2002, rompeu-se isso. A Polícia Civil e a Polícia Militar, que são duas instituições que eu tenho muito respeito por elas, cada uma tem o seu prestígio nas suas funções, mas por razões políticas, da época, isso foi separado. E o Governador Confúcio Moura assumiu o compromisso com os policiais militares de fazer a equiparação dos policiais civis com os policiais militares, que é algo que nós entendemos que é mais do que justo, porque ambos trabalham na área de segurança, porque ambos prestam serviços na área de segurança e todos eles fazem, contribuem com a mesma causa e com a

mesma mão de obra. Agora, o Governador, com certeza, gostaria de fazer isso de imediato, num primeiro momento. Não foi possível. Isso foi feito um compromisso de ao longo de três anos, pegar e realizar isso daí. Mas como é que isso foi feito? Isso foi feito com os recursos dos servidores que foram para a transposição. O Governador poderia, Coronel Bonfim, naquele momento, falar, 'não, eu não vou fazer equiparação coisa nenhuma, porque quem inventou esse negócio não fui eu, foi lá em 2002 que iniciou, eu vou pegar esse dinheiro aqui dos servidores que se aposentaram e eu vou fazer um concurso e vou contratar outros servidores', mas não foi feito isso. O Governador preferiu pegar esses recursos e fazer a distribuição deles e ficar com aqueles que já estão na Corporação.

É verdade que nós temos necessidade de contratar mais pessoal. Agora, não é momento de a gente fazer isso, mas, quando nós formos discutir a questão do Termo Circunstanciado, nós vamos apresentar um dado estatístico, e nós vamos demonstrar numericamente que o Estado de Rondônia tem proporcionalmente a sua população, a 5ª melhor distribuição do país, em termo de população e número de policiais e de agentes na área de segurança pública, somando Polícia Civil e Polícia Militar. Que Estados que têm o dobro de relação, têm resultados melhores que o nosso. Agora, de forma alguma eu estou dizendo que a nossa Polícia Militar e a nossa Polícia Civil são ineficientes. Eu estou dizendo que a gente precisa se debruçar, a gente conversava isso com o Coronel Kisner, já conversamos isso com o Coronel Rodrigues, já conversamos isso com o Deputado Jesuíno, já conversamos isso com o Dr. Pedro Mancebo, com o nosso, com o Dr. Antonio Carlos Reis, com o Coronel Adilson, a gente precisa se debruçar sobre as questões de segurança pública aqui no Estado de Rondônia e estabelecer um projeto que faça com que, nós não somos o pior Estado da Federação em termos de resultado final para a população. Temos, por exemplo, dados para comemorar, que é a integridade da nossa Instituição. Talvez esteja faltando para a gente um pouco de a gente dar uma sacolejada e inovar em algumas ideias, em alguns projetos para a gente atingir melhores resultados.

No que diz respeito ao objetivo do trabalho proposto aqui pelo Deputado Jesuíno, eu vou sugerir, Deputado, o senhor pode contar comigo como parceiro do senhor, para a gente ajudar a Corporação. Não fujo das nossas responsabilidades, de forma alguma. Agora, é óbvio, assim como na minha casa muitas vezes as minhas filhas me pedem coisas que eu infelizmente não tenho condições de conceder, tanto o Governador quanto eu, mais ele do que eu, até porque a responsabilidade maior é dele, a minha é de coadjuvar, é de ajudar, é de colaborar, às vezes a gente é obrigado a dizer não, para coisas que a gente gostaria de dizer sim.

Então fica aqui o nosso compromisso. O senhor está de parabéns. A Polícia Militar, não poderia ter mandado para cá uma pessoa mais certa e mais correta para fazer esse trabalho. E eu tenho uma leitura de 08 anos que eu passei aqui nesta Casa. Tem parlamentares, infelizmente que vêm para cá para resolver as causas dele. E têm parlamentares que vêm aqui para resolver as causas dos outros. E só vim aqui para esta Audiência Pública porque eu reconheço no Deputado Jesuíno alguém que está aqui para ajudar a resolver e encaminhar as questões dos outros, então, é em respeito a ele e

em respeito à Corporação. E vamos trabalhar juntos, vamos debruçar sobre a nossa legislação e vamos, cada dia que passa, tentar construir melhores condições de trabalho para os nossos servidores públicos de uma maneira geral, para os nossos policiais militares no particular, até porque, Coronel Kisner, a gente tem algumas questões que precisam ser discutidas. Por exemplo, o policial que vai lá para o Nacional à noite, que vai lá para o Mocambo, que vai lá para o Pantanal da vida, a possibilidade de ele responder um procedimento administrativo e não ter uma justa condecoração é muito maior do que aquele que às vezes só faz serviço administrativo. Então, a gente tem que fazer essa ponderação e a gente sabe que infelizmente, há muito tempo que a gente ouve isso, que aqueles que mais se arriscam na Corporação, às vezes são aqueles mais penalizados. Por isso até que a gente está pedindo ao Governador que faça uma condecoração, que a nossa Polícia Militar faça uma maneira de a gente valorizar e de a gente reconhecer cada ato de bravura, cada ato de heroísmo dos nossos policiais militares.

Então, eu termino aqui me colocando à disposição. Nós não fugimos, de forma alguma, às nossas responsabilidades, até porque nós estamos juntos no mesmo barco. Ou a gente atravessa o mar de dificuldades e chegamos juntos ao destino final, ou a gente afunda, todo mundo junto. E nós não queremos afundar de forma alguma. E se todo mundo remar do mesmo lado, com certeza a gente vai chegar junto ao nosso destino final. Portanto, obrigado pela oportunidade de estar aqui e me coloco inteiramente à disposição. Está aqui o coronel Kisner, está aqui o Coronel Rodrigues, está aqui o Coronel Adilson, vamos sentar, vamos discutir, vamos analisar, e podem contar comigo como um colaborador dos senhores, vamos dizer assim, junto ao Governador, até porque o Governador um dia já foi Sargento da Polícia Militar, tem muito mais conhecimento da Corporação do que eu. Eu, humildemente, me coloco à disposição dos senhores para ajudar em tudo aquilo que for possível. Obrigado pela oportunidade.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu quero pedir a compreensão, até porque o Vice-Governador tem que cumprir uma agenda e o próximo que eu vou dar a fala, é o Coronel Nunes. Passar a palavra para ele, mas antes de, até porque essa questão da agenda, tenho muito respeito ao senhor, desde o início que nós estivemos aqui, o senhor sempre participou das nossas Audiências Públicas, sempre ponderado, sempre prudente, mas quanto ao Termo Circunstanciado, que foi falado aqui.

Termo Circunstanciado, como diz, é um ato meramente administrativo, não tem tanta discussão quanto. O Delegado faz a instrução do inquérito, não é um inquérito propriamente dito. É um documento que é emitido para os juizados especiais, e acontecem aquelas ações, como o senhor bem colocou. Mas não é o ponto primordial disso. O senhor falou sobre a questão sobre a questão do serviço voluntário, o pagamento que foi o parcelamento do aumento, na verdade foi a equiparação salarial. Só para conhecimento, Vice-Governador, os policiais militares que tiveram seu prejuízo, que foi o valor de cerca de um milhão e oitocentos, aproximadamente, com serviço voluntário que foi extinto, que puderam fazer o realinhamento salarial. Até porque a informação, na época das

discussões, era apenas 100 servidores que eram transpostos. Então, a verba da transposição não foi utilizada, conforme argumentos. Aí, hoje, como Deputado eu posso rever, oficializar agora ao Estado, para me encaminhar como foi pago realmente esses valores. Eu posso, isso é um direito meu e é uma das minhas prerrogativas. Então não foi a verba da transposição. Outro ponto, a LRF, no seu artigo 22, salvo engano, quando se trata de promoções, não atinge o teto, não discute a questão, 'ah, isso aí vai atingir o teto prudencial', também não.

Falou também sobre o Estado de Rondônia. O Estado de Rondônia é um Estado forte, temos 03 usinas, temos um rebanho de 12 milhões de bovinos, então temos, minérios. É um Estado forte, que falta também a gente prover ações, o Estado, para tentar arrecadar ou fazer outro tipo de situação. Aí compete, eu não vou entrar nesse mérito. A gente tem ali para acompanhar e fiscalizar. Então, o Estado de Rondônia, com certeza, até por se tratar de um Estado de grande volume, porque Rio Grande do Sul é um Estado totalmente diferente, até por volume populacional, a questão do tamanho geográfico, não se discute. Agora, Rondônia não é Rio Grande do Sul. Então, com certeza, não vamos nem discutir esse mérito quanto à questão de orçamento, que tem condições sim do Estado dar. E quando eu digo, e agora, como foi uma proposta do Comandante do governo, e o senhor representa o governo do Estado de Rondônia, há inclusive a fala já, um indicativo de formação de Cabo, 400 Cabos por antiguidade, que isso deve se cumprir até porque já estão na iminência, mas também tem outra situação, 160, aproximadamente, Cabos aptos a sair Sargento.

Então, eu peço aqui, que já é um encaminhamento, enquanto não houver uma discussão e a batida do martelo, que suspenda a questão do Curso de Sargento porque, até que haja a definição, 100% por antiguidade. É um pedido meu. Até porque eu quero voltar, que o antecessor, Comandante Geral da Polícia, Coronel Pretz, ele noticiou que tinham três frentes, todo mundo tem ciência disso, três frentes de trabalhos, era alteração do estatuto, lei de promoção e tinha mais uma. Estudo, meu irmão, estou cansado de estudar. Só para título de conhecimento, eu peguei três matérias, estudei em duas horas, consegui até elaborar um projeto de emenda constitucional. Então, quando quer fazer, faz, quando quer fazer faz, então a gente tem que fazer uma coisa certa.

Então, a gente pede que haja esse consenso que até, nós temos que sair com datas aqui, até a discussão final que é o entendimento meu, se essa matéria vir diferente, chegar nessa Casa, vai ser mantido, eu vou deixar claro é 100% por antiguidade. Isso aí eu vou buscar junto aos meus pares, 100% por antiguidade. Por isso que eu peço, de forma respeitosa aos senhores, que haja essa sensibilidade, o policial militar, não só o policial, o bombeiro militar, ele tem que ter uma ascensão funcional, então a gente pede que todos respeitem. Eu vou dar o exemplo do meu irmão que é agente de Polícia Civil. Ele está na penúltima classe, já está chegando à classe especial com nove anos, ele é mais moderno que eu, eu sou de 2002 e ele de 2004, vejam a diferença e, no caso, o irmão dele, se tivesse ainda na Polícia, nas fileiras da Polícia Militar seria Cabo, quantas graduações ele ascendeu, totalmente diferente. E há um motivo primordial, que isso acontece dentro das Polícias Militares, é por conta da vedação condicional, direito de manifestação de pensamento é vedado aos policiais militares, é direito que nós

não temos de greve, então uma série de vedações e pelo sistema castrense que é rígido.

Outra coisa que eu quero deixar, quem vai fazer o Termo Circunstanciado, Governador, são os Praças, com certeza são os Praças também, a maioria é os Praças, e defendo também o Termo Circunstanciado. E digo mais além, que um dia, uma discussão, eu suscitei, o delegado, ele é juiz em algum momento? Não, o oficial, ele é, ele é juiz, ele é juiz militar por conta da Lei Militar. Veja a diferença, ele instrui inquérito militar, ele instrui inquérito, ele faz auto de prisão, ele é realmente, isso foi discutida a questão de carreira jurídica, teve uma discussão, e aí eu comecei a explicar para os meus companheiros aqui e para alguns, eu falei: veja a diferença, o delegado, ele é instrução, ele faz instrução criminal, ele tem que remeter o processo ao Ministério Público para o autor da ação, que é o Ministério Público, fazer ou não, quem vai postular é o MP, então tem uma diferença aí. Então eu respeito, cada um é importante, como bem disse aqui o Deputado Léo Moraes que defende aqui a classe dos policiais civis de forma assídua, os delegados também, votou a favor a PEC deles também, que eu acho importante, mas também não abro mão também. Mas eu queria e quero, até o final do meu mandato, que oficiais e Praças, eu falo mais oficiais principalmente de forma única, isso é o meu sonho. Se o oficial vai ser valorizado, o Praça tem que ser valorizado, respeitado. É isso que eu penso. E aí sim, Governador, porque eu digo de uma forma bem tranquila, a única instituição que fez Rondônia parar desde o início, aonde eu adentrei a Polícia Militar, em 2008, teve uma greve da PM, na época Governo Cassol, ele falava desse jeito: 'Ferro, Ferro para servidor', e era Ferro mesmo, ele não deu nada de aumento para ninguém. E a única instituição que fez aquele Governador abaixar um pouco a cabeça foi a Polícia Militar que conseguiu 23.75, me recordo muito bem, que eu estava aqui, e na época era a Ada, junto com algumas mulheres à frente dos movimentos, que até os oficiais não aguentavam mais, o salário era indigno até de sobreviver. E quando veio 2011, novamente mostrou para a sociedade que a Polícia Militar é essencial para manutenção das demais, seja as demais questões da máquina mesmo gerir. Então é preciso, eu defendo isso. Quero dizer que vou estar junto nesses debates da questão do Termo Circunstanciado, não viola o direito de ninguém, nem dos delegados, é uma coisa totalmente distinta, que apenas vai abreviar um trabalho que até acumula junto com os delegados, não têm delegados suficiente. Eu tenho documentação provando que não tem delegado suficiente. Têm locais que têm 180 inquéritos que não foram nem redigidos, ou seja, estão tramitando ainda e olha que é um tempo. Então, isso não tem, acho que não vai ter nenhum problema para a gente discutir de forma ampla e geral essa questão do Termo. Mas eu peço aqui nesta tarde, que fique registrado o intuito maior é valorização, como bem disse, o respeito e que nós saíamos daqui de um apontamento. Então, eu peço Comandante Geral, o senhor e o Comandante Rodrigues, ele já está fazendo, e lá não tem nem problema, lá está faltando é gente para promover, eu acredito é isso. Mas aqui, aqui é diferente. Eu peço para o senhor, neste exato momento, através do governo também, que enquanto não houver essa finalização, não abra o Curso de Sargento, e se abrir, então, por antiguidade, então que abra por antiguidade, se for para

abrir, abra por antiguidade. Porque não existe, se alguém me provar, nesta tarde, que eu estou errado, mas com argumentos plausíveis, eu volto atrás e acredito que os senhores também, porque não tem, não tem nenhuma resposta. Porque todos são níveis de segundo grau, a maioria, a maioria não, desde a minha época ou antes, 98, é segundo grau, formação tem pelo menos na questão do ensino médio ou a mais. A questão de formação superior, a maioria também está se formando ou está buscando a formação, qual é a valorização? O militar quer entrar na Polícia, ele quer ter ciência que daqui a cinco anos, no dia 21 de abril, ou seja, a data que é dele, ele vai ser promovido. É isso que ele quer, o novinho quer isso, daqui a mais cinco anos, ele vai ser é Sargento e assim sucessivamente. Sei que vai chegar o momento que nem todo mundo vai chegar a subtenente, pode ser assim, até porque não tem condições, cada um tem um tempo de caserna e aí vai. Eu, exemplo, se eu tivesse continuado, eu ia puxar 29 anos e 02 meses, porque eu tinha 02 meses registrados na minha carteira só. Eu nem ia colocar aquilo para fazer valer como INSS ou a previdência, não ia nem contar, eu ia puxar os trinta anos de serviço ou mais, então vamos fazer. Hoje tem o Coronel aqui, o Coronel Bonfim que foi Soldado, hoje é Comandante da Polícia, fez o concurso. Ascensão funcional para mim ou para muitos é quando você, e aí eu defendo, eu vou propor isso aqui, gente, eu ia propor nessa tarde isso, qual é a proposta de emenda? Para ser Oficial da Polícia, ter no mínimo três anos de formação de Soldado, certo? Concurso interno, nível superior em qualquer área. E outra coisa, aí sim você está ascendendo uma função diferenciada para oficial, aí eu digo. Agora, dentro da nossa mesma graduação que quando eu li o edital diz: “a ascensão funcional é até subtenente”, infelizmente a maioria vai ser frustrada, assim como muitos aqui, é isso que ninguém quer.

Outra coisa se for evoluir mais, quantos policiais militares estão doentes, se agravam por questão das escalas. Aqui no Bombeiro, por conta que nós temos legislações especiais que são de dedicação exclusiva, tem outra situação pertinente, vai ter que abaixar a escala de setenta e duas para quarenta e oito, por conta das queimadas. Vai ser custeada alguma coisa? Não, não vai ser. E agora, Governador, quem vai? Então é isso, eu sei qual é a problemática, a gente quer sair. Outra pergunta que a gente, vai, vai. Então para o senhor ouvir isso. Então, junto, interceda junto ao Governador do Estado de Rondônia, fale para ele que o senhor assistiu ao vídeo junto com os demais, o que a tropa quer hoje, como bem disse, se eu fizer uma pergunta agora, quem é a favor, essa é a melhor pergunta, quem é a favor que a promoção para Soldado, Cabo, Sargento seja 100% por antiguidade, levante a mão, por favor? Ali está à pergunta que todos queriam. Um dia eu falei: “Coronel Prettz, se o senhor um dia for à tropa e perguntar para a tropa se a tropa está satisfeita, se a tropa quer uma promoção PSI e ela falar, eu volto atrás”, mas aí o senhor viu agora, o senhor presenciou, Coronel Kisner. A tropa não quer 50%, 50, a tropa quer 100% por antiguidade. Eu sei que o senhor tem uma agenda a cumprir, não sei se o senhor vai manter. Mas eu queria que as demais autoridades permanecessem aqui, que tem outras discussões de ordem até para a gente traçar e discutir.

E agora, o senhor quer falar?

O SR. DANIEL PEREIRA – Não, eu fico inteiramente a tua disposição e vamos discutir isso, a gente respeita as ideias e vamos trabalhar.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)- Certo, então, o Vice-Governador tem que sair e o compromisso dele é discutir as ideias e vai levar essa proposta.

Eu vou passar a palavra agora para o Coronel Nunes, Coronel Nunes para se manifestar.

O SR. NUNES – Gostaria de cumprimentar o Excelentíssimo Jesuíno Boabaid, Presidente da Mesa; cumprimentar o senhor Daniel Pereira, Vice-Governador do Estado de Rondônia; Doutor Pedro Mancebo, Diretor Geral da Polícia Civil; Senhor Comandante Geral Coronel Nilton Gonçalves Kisner, Comandante Geral da Polícia Militar; Senhor Coronel Adilson, Secretário Adjunto da SESDEC; Senhora Ada Dantas, Presidente da ASSFAPOM; senhor Coronel Rodrigues, Comandante do Corpo de Bombeiro, demais companheiros.

Eu gostaria somente de vir aqui para dar um pequeno depoimento porque é impossível, a gente já mesmo na reserva, muita gente deve estar perguntado, por que é que o Coronel Nunes está aí se ele já está na reserva? Mas é porque é impossível a gente tratar de melhoria para a tropa e eu não querer estar presente. Porque a tropa sempre foi a minha vida. Desde que eu comecei a carreira na Polícia Militar, no 6º Batalhão de Polícia Militar, vivi junto à tropa e nesses 26 anos de Polícia Militar, os senhores podem ter certeza que vinte, foram de tropa; ombreado com meu Soldado, ombreado com meu Cabo, ombreado com o meu Sargento, conversando com ele, indo a casa dele e sabendo das suas aflições. Eu não vi aqui somente para falar sobre interstício, porque eu acho que essa matéria, é uma matéria muito espinhosa porque ela tem que ser debatida, ela tem que ser conversada, o governo do Estado tem as suas limitações, a Polícia Militar, o seu efetivo tem os seus anseios, mas eu gostaria de falar sobre a valorização profissional.

Por que falar da valorização profissional? Quando eu entrei na Polícia Militar eu fiz um curso chamado CADOF, sai tenente; fui até capitão, fiz o meu curso chamado CAO - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Depois, devido à lei, eu não cheguei a fazer o Curso Superior de Polícia para sair Coronel, fui para reserva como Coronel. Sai de oficial subalterno, oficial intermediário, oficial superior com dois cursos.

O meu Soldado faz um curso de formação, primeiro curso; curso de formação de Cabo, segundo curso; curso de formação de Sargento, terceiro curso; Curso de Adaptação de Sargento que é o CAS, quarto curso; depois o CHOA, para sair oficial; cinco cursos para sair da categoria de Praça para oficial.

Eu vejo que é o momento de nós montarmos uma comissão, seja ela composta por oficiais da Polícia Militar, Praças da Polícia Militar e visitar as outras Polícias e saber o que ela fez, o que deu certo, e o que deu errado. Porque muitas Polícias cresceram quando reviram o seu quadro. Vamos lá, vou dar um exemplo. Hoje nós temos Soldado da Polícia Militar que faz a função de Cabo; temos Cabo que faz a função de Sargento e, dentro do batalhão, temos muitos Sargentos que fazem a função de oficial. Qual é a diferença? É uma estrela no ombro? É o macarrão no braço? O serviço está sendo feito. Se

o serviço está sendo feito, o Praça tem condições de fazer e se ele tem condições de fazer por que é que ele não pode ser valorizado a esse ponto? Se hoje eu perguntar para um Soldado da Polícia Militar, Comandante, isso nós conversamos muito na época em que eu era Comandante do 1º Batalhão, eu sou diretor de pessoal, policial militar hoje, ele ingressa, pergunta assim: “tu vais para onde, meu irmão?” Ele, ‘não sei’. Porque ele não sabe, simplesmente ele não sabe quando ele vai ter uma promoção, quando ele vai poder fazer um curso, ele não sabe. Ele não sabe nem se vai voltar para casa vivo, gente.

Então, eu acho que chegou a hora de nós darmos uma olhada nas outras coirmãs, vamos aqui citar aqui o Exército Brasileiros, que criou a Escola de Administração do Exército, onde os Praças saem oficiais e eles aproveitam esses Praças para ocupar seus claros. Há mais ou menos quinze anos, eu li uma matéria que 23% da tropa da Polícia Militar do Estado de Rondônia, tinham nível superior, hoje aumentou bastante. Da última vez que eu vi já estava quase na faixa de 50% e o que nós fazemos com esse policial militar? Quando ele vai para dentro de um batalhão, eu proveito que ele é formado em administração, e o coloco dentro de uma P4, mas eu não o ajudei a tirar o canudo dele. Às vezes, eu nem liberei ele, para ele fazer uma prova, mas depois de formado eu vou utilizar o que ele sabe dentro da Polícia Militar para extrair aquilo que eu preciso. Então, por que não, nós não damos um pulinho no Exército e verificar o que eles fizeram. Será que a Escola de Administração só serve lá? Será que a gente não poderia ter aqui uma escola de administração da Polícia Militar? Será que não estaria na hora de nós dividirmos o nosso efetivo? Para quê? Para que o Praça possa chegar a oficial. Alguém pode falar isso para mim, já falaram isso para mim, inclusive, uma vez, “Nunes, você é um romântico”. Eu não sou um romântico, eu simplesmente conheço a tropa que eu tenho. E é por conhecer a tropa que eu tenho, é que eu sei que muitos policiais militares têm condições de ser um oficial da Polícia Militar, porque muitos têm doutorado, mestrado, têm quatro formações e o que eu faço com esse policial? Não o valorizo. Aí, depois que ele fizer um concurso fora e o efetivo da Polícia Militar ficar defasado, eu o chamo de mercenário, que ele estava na Polícia Militar apenas como um cabide de emprego.

Senhores, dentro da minha casa, eu sou o Estado. Se eu não puder, pelo menos, resolver o problema financeiro da minha família, eu vou resolver o problema financeiro de quem? O Estado sou eu lá dentro, e sou que tem que resolver quando meu filho pede uma roupa, quando meu filho pede uma escola, quando a minha esposa pede uma roupa, sou eu que tenho que estar lá e sou eu que tenho que resolver esse problema. O policial militar do Estado de Rondônia, não fui eu quem disse, foi a Veja, ocupa, mais ou menos, eu acho entre os três últimos com relação à propina, é o terceiro, não é isso? Então, quer dizer, nós temos uma tropa honesta e honrada. Problema, nós vamos ter em todos os locais, toda tropa, seja da Polícia Militar, seja dentro da Polícia Civil, seja agente penitenciário, sempre vai ter aquele que não vai realmente trabalhar dentro da Lei, mas para isso existem as nossas Corregedorias, para que encaminhe para esse servidor o que ele realmente merece. Mas o nosso policial militar tem sim condições de ser muito mais valorizado do que hoje é, e não é difícil. Eu vou dar aqui um exemplo muito rápido. Alguns anos atrás, nós tínha-

mos o Batalhão de Polícia Feminino, aonde existiam as vagas das policiais femininas, eu mesmo fui promovido em uma delas a capitão, porque simplesmente transformou-se a vaga das oficiais femininas para os masculinos, eu fui promovido a capitão. Por que não, nós transformamos as vagas dos oficiais e dos Sargentos que estão dentro das unidades administrativas e passar para nossos policiais militares para que eles possam chegar até um Coronel? Coronel vindo de Praça? Sim, porque eles estão seguindo a carreira, eles começaram de baixo, Coronel da Coordenadoria Administrativa, o próprio nome já diz; Coordenadoria Administrativa, isso não onera o Estado, isso não vai, de maneira nenhuma, mexer em quadro, porque você só vai transformar uma vaga e você vai poder colocar o policial militar que está formado, desempenhando a sua função para trabalhar para a Polícia Militar. Hoje se fala muito da função de Cabo. Eu pergunto aos senhores, alguém lembra quais eram as funções do Cabo? Motorista, auxiliar do Comandante da Guarda, auxiliar do Sargento adjunto, plantão de alojamento. Ora, não temos mais rancho, não temos mais alojamentos, era o Cabo corneteiro, hoje é músico que é Sargento. Então, por que não fazer como a Polícia da Bahia, se eu não me engano, que extinguiu? E promoveu direto, mas aí vão falar assim: “Coronel, o senhor está maluco”. Não, não estou não, porque o Soldado já está na função de Cabo, ele já está executando. O Sargento já está na função do tenente, ele já está executando. Por que a gente não pode, em vez de um CAS e depois um CHOA, fazer um CAS com currículo de CHOA? Por que não, na formação do policial militar, já habilitar ele às funções de um Cabo? E quando chegar a época simplesmente promove sem ter que fazer um novo curso, e aí, a Polícia Militar andar como ela tem que andar. O policial militar vai saber que, se ele entrar na Polícia Militar hoje e ele for correto, ele trabalhar direitinho, exercer todas as suas funções, ele com cinco, seis anos, ele tem condições de fazer uma prova para oficial. Vai incentivar ele até terminar o nível superior dele. Gente, o Exército fez e funciona.

Será que não está na hora de nós montarmos uma comissão, Comandante, e visitar outras Polícias e saber o que eles fizeram de bom, saber o que deu certo, o que deu errado, ir ao Exército verificar como foi criada a Escola de Administração e aí aproveitar? E nós precisamos desses militares, nós temos Diretoria de Saúde, temos Diretoria Administrativa, temos Colégio Tiradentes, não é verdade?

Então, gente a minha fala foi só essa. Porque seria impossível participar de uma Audiência Pública, e dizer para os senhores, a tropa é maravilhosa, Comandante, é maravilhosa! Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu quero agradecer a fala do Coronel Nunes, grande Comandante do 1º Batalhão. Terminou sua carreira ali no 1º Batalhão, teve aqui nesta Casa também atuante, fico muito orgulhoso em vê-lo, o senhor novamente, as palavras dele aqui realmente são verdadeiras. Quem foi comandado por ele sabe como é uma pessoa grande e respeitosa, estava sempre participando de eventos nas ruas, perguntavam, ‘rapaz, é o Coronel? Eu falei: ‘é o Coronel que está na rua lá’. Então é uma coisa assim que, fico feliz, Coronel, com suas palavras mesmo e fortalecer, deixar

claro que temos que valorizar a Polícia Militar. Muito obrigado mesmo, pela sua fala.

Eu tenho algumas perguntas, Coronel Kisner, que foram faladas e agora é a hora das discussões, tem algumas falas aqui, aí foi pedido desistência, vou ver aqui se já chamei todos. Faltou só o Coronel Bonfim e o Elton.

Passar a palavra para o Coronel Bonfim, então, para fazer uso da palavra.

O SR. BONFIM – Primeiramente, então, agradecer a Deus, por que graças a ele, estamos tendo a oportunidade de colocar em prática o salmo 133 “Que bom que os irmãos se entendam, busquem a comunhão, busquem a união”, e para termos isso precisamos nos comunicar. Então o senhor Soldado Deputado Jesuíno, aqui neste momento está o Soldado Coronel Bonfim, já que é o único Soldado a estar no oficialato superior, no último posto da corporação, isso é uma honra, senhor Comandante Coronel Kisner, aqui está o vosso escudeiro, que para um bom Comandante é sempre bom ter um escudeiro, estou aqui como vosso escudeiro para lhe auxiliar e lhe ajudar na árdua missão que o senhor tem pela frente; Comandante Rodrigues, Comandante do Corpo de Bombeiro, parabéns pela tropa que o senhor tem que com certeza, que como o senhor diz, foi oriunda primeiramente da Casa Policial Militar, então vou dizer um irmão nosso, o senhor continua sendo irmão. Doutor Pedro Mancebo, Diretor Geral da Polícia Militar, opa, perdão, já quero colocar uma farda no senhor, da Polícia Civil, e aqui, passar a estrela para ele, ele vai aceitar. Eu quero dizer desde já que a Polícia Civil sempre foi minha parceira, os delegados da velha guarda, alguns papai do céu recolheu, mas outros nós temos espalhados pelo interior. Polícia que já cedeu vaga para que eu pudesse fazer curso e especialização. Então, eu tenho um grande carinho por essa Polícia Civil, defendo; tenho amigos delegados, tenho amigos agentes e somos parceiros, Doutor Mancebo, o interior que o diga. Falamos, graças a Deus, a mesma língua e creio também que estamos falando na capital. Nobre Coronel Adilson, que por 11 anos também ficou marcando passo na condição de Tenente-Coronel, já estava apto a ser Coronel desde 2004, junto comigo, mas nós tivemos que marcar passo. Então, 11 anos para o senhor e 12 anos para mim foi um tempo longo. Esperamos e Deus nos deu a oportunidade. Aqui meu companheiro de Ji-Paraná, nosso Presidente da Associação lá, o Cabo Amorim e a Ada, Presidente da ASSFAPOM, uma mulher representando também aqui junto, bem-aventurada sois vós entre os homens, Ada, seja bem-vinda ao rol das autoridades masculinas. E a minha tropa se faz presente, bem como os senhores delegados.

Trazer um dado histórico, já que falamos de história, eu só passei a ser um cidadão de fato e de direito aos 24 anos, após a Constituição de 1988 entrar em vigor, eu assim em 1989 ter terminado a minha faculdade, já como aspirante, tive a oportunidade de votar pela primeira vez, que foi para Presidente da República, naquela época nós elegemos o Presidente Collor. Porque até então, Cabo e Soldado não existia. Cabo e Soldado só era ‘sim, senhor’ e ‘não, senhor’. Isso tanto dos militares federais como militares estaduais, Soldado, na minha época, não podia ser inteligente. Eu fui penalizado porque Deus me deu uma capacidade de ser inteligente. Então, senhores Cabos e Soldados, nós só começamos a existir como

cidadão e cidadã, a partir da Constituição de 1988 porque até aquela época nós não existíamos para o Brasil e nem para o mundo. Eu queria que alguém dissesse que eu estou mentindo. Mas senhor Deputado Jesuíno, até 1988, o Cabo e o Soldado não existiam como cidadão. Vocês vão dizer: ‘mas como?’ Nós não tínhamos o direito de voto, as mulheres já tinham direito de voto, o semianalfabeto ou semialfabetizado ou não alfabetizado podia votar, mas o Soldado que defendia a pátria, o Cabo que defendia a pátria, não tinha direito a voto, ou seja, não existia. Nós não existíamos porque era um Soldado inteligente, tinham o meu segundo grau, mas eu não tinha o direito ao voto. Eu podia arriscar a minha vida em prol da sociedade, mas eu não existia para a sociedade porque era um Cabo ou era um Soldado e eu não poderia votar, e graças a Deus, a Constituição de 1988 já nos levou, então, Cabo e Soldado à condição de cidadão, porque até então, só de Sargento para cima, só Sargento para cima que era cidadão até 1988. Falei isso para o Cabo Botelho, ele disse: ‘Coronel...’ Eu disse, ‘sim, meu irmão, eu só passei a existir depois de 24 anos de idade, já pai de família, com uma faculdade que eu passei a ser então, como aspirante, passei a ser cidadão’. Então, o senhor vê que até recentemente Cabo e Soldado não existiam. Talvez uma situação de escravo porque até ser inteligente era punido e hoje não tem nenhum comando de graduado de oficial que não queira um Sargento inteligente ao seu lado. Hoje briga pelo Soldado e pelo Cabo que é inteligente porque ele ajuda a tua administração, mas na minha época não. E se eu pensasse, eu estava errado, porque eu pensava, essa é uma verdade do Cabo e do Soldado. E hoje, Comandante, quero ombrear junto ao senhor, junto ao Deputado para que a gente comece a corrigir as injustiças do passado. É isso mesmo, eu fui punido porque era inteligente, não foi porque eu fui mal educado, porque eu desrespeitei as autoridades, porque eu era Soldado inteligente. Essa era a minha culpa naquela época, porque eu nasci inteligente, porque Deus me deu capacidade, já tinha o segundo grau, pré-universitário e essa era a minha culpa porque eu era um Soldado inteligente. E graças a Deus, fiquei contente depois que voltei a ser oficial, vários Praças que eu ajudei a se formar se tornaram oficiais superiores, hoje na Corporação e são oficiais do quadro da administração. Mas a minha tristeza é ver que alguns foram embora para a reserva na situação de 3º Sargento e ainda têm outros que ainda estão brigando para fazer um curso de Sargento. Lembro-me, Comandante, me falaram, eu fiquei um bom tempo no interior, que com o nosso Curso Básico de Formação de Soldado estava habilitando a ele a seguir a carreira para ser Sargento e quando fosse o 2º, logo fazer o CAS. Não precisava fazer curso de Cabo, foi isso que me passaram quando eu estava no interior. Teríamos um curso bom de Formação Básica, e a Básica tem que ser bem feita, e aí, longo em seguida, com o tempo, não sei qual seria o tempo, também a Sargento, 2º Sargento, logo em seguida o CAS. Então, condições de nós valorizarmos nossos policiais, nós podemos encontrar.

Eu quero até aproveitar a fala do Coronel Nunes, não precisamos ir para fora, nós somos uma das melhores Polícias do país, por quê? Porque hoje o Soldado vai e fala com o Coronel. Em algumas Polícias, o Soldado para chegar até ao coronel, ele não vai chegar nunca, ainda mais se ele for um Cabo ou se for um Soldado. Hoje tem Polícia, um Cabo ou um

Soldado chegar até ao seu Comandante Geral, ele não chega nunca, e hoje nós temos acesso, Comandante, ao senhor. A porta lá está aberta, o Soldado pode ir marcou um horário ele pode falar com o senhor. Então, nós já avançamos muito em relação a outras Polícias, como diz aí, pré-históricas, quinhentos, duzentos não sei quantos anos, nós só temos quarenta, e nós já melhoramos o nosso relacionamento.

Então, Comandante e Deputado Jesuíno, nós só precisamos sentar, começar a pensar já que, se o Comandante permite, parece que tem uma comissão que já está vendo isso, uma comissão criada por oficiais, quer dizer, composta pelos oficiais e Praças para estudar os nossos problemas. E aí Deputado Jesuíno, está mais fácil para o senhor agora ombrear junto ao nosso Comandante, ombrear junto a essas comissões e realmente trazermos o que já existe no mundo jurídico, me desculpe, eu já falei no meu nobre Coronel Adilson, representando aqui a nossa SESDEC, estamos ombreando juntos.

Hoje eu tive a oportunidade de conversar com um funcionário que trabalha na SESEF, ele disse: “olha, eu estou aproveitando o que já existe na lei civil para ajudar vocês policiais militares”. Falei para ele: ‘como é?’ Ele disse: “pois é, estou falando como um elogio, que já tem na legislação civil, eu estou aproveitando para beneficiar vocês também policiais”.

Então, Comandante, hoje nós temos a oportunidade de ter um parlamento que é favorável a nós. Espero nunca que o Deputado Jesuíno, fazer o que aconteceu no passado, uma dificuldade de se aproximar Deputado da Casa, Polícia Militar com o nosso Comando, e eu fico contente do senhor estar do lado de um Deputado que até então, um tempo atrás, não era bem quisto, mas hoje graças a Deus é um parlamentar, está brigando pela instituição, não só pela instituição, mas pela causa da segurança pública, estamos do lado do Secretário de Segurança, o Comandante do Corpo de Bombeiro, o Comandante mor da Polícia Civil na mesma Mesa para nos ajudarmos.

Então, senhores e meus companheiros, o paradigma está sendo quebrado. E hoje, Comandante, nós estamos em quase cem localidades. Hoje nós temos o Soldado que é o Comandante Geral da localidade, o Cabo e quando chegamos o governo só contava com a Polícia Militar, não existia Polícia Civil, não existia um Judiciário, não existia um MP e era a Polícia Militar que era responsável por tudo. Era o Cabo que era delegado do interior; quando a cidade era maior, o tenente era o delegado, era o comandante da Polícia, era o delegado, era tudo. Hoje, graças a Deus, temos o delegado e têm as suas funções, vamos tirar isso não, Doutor, é só para trazer um legado histórico que a Polícia Militar tem. E quem construiu tudo isso? O Soldado e o Cabo, quem é os pés do comando? É o Soldado, é o Cabo. Então, eu estou dizendo para os senhores, porque hoje eu sou um Soldado, o único Soldado que é Coronel na Corporação, e eu quero que mais Soldados venham e um dia seja. Nós temos a esperança de uma turma de cinquenta, quase, dez capitães hoje, que logo nós teremos cinquenta, futuramente capitães, que poderão ser coronéis. Mas até ele chegar, vai demorar e nós vamos esperar eles chegarem a ser coronéis? Se nós podemos fazer hoje, se nós temos um comandante que é favorável, nós temos um Deputado que é favorável, vamos aproveitar hoje. Isso, senhores, só depende de nós. Temos um representante que vai falar por nós, temos o Comando que está unido, se é 100%... Agora, nós

precisamos sim trabalhar com inteligência para que quando o Soldado adentrar na Corporação, como disse o Coronel Nunes, ele já sabe o que vai acontecer na vida profissional dele. Ele só não se torna graduado se ele não quiser, mas ele deve saber que entrando na Corporação hoje, ele já tem uma carreira a ser seguida. Nós só precisamos definir isso, Deputado Jesuíno, e nunca mais nós vamos estar aqui brigando porque não completou vagas. É a oportunidade de nós resolvermos, o policial começa e como é que ele vai seguir? Nós sabemos como começa a carreira do oficial, nós precisamos agora só materializar como é que começa a carreira do Soldado e como é que ela pode terminar. Meu muito obrigado, e um abraço a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – São 17h12 horas, eu vou, o Cabo Elton, até para a gente ser mais..., porque agora que vai, o povo quer vir para ouvir essa discussão. E aí, eu vou passar depois a palavra para a Ada, e vai começar algumas situações aqui.

Então, passar a palavra para o Elton.

O SR. ELTON – Boa tarde a todos. Cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Jesuíno; nosso Comandante Geral, que desde quando assumiu, nós já sentimos uma diferença na proximidade com o nosso representante. E quero dizer que é uma alegria para nós, porque nós estamos percebendo que com essa proximidade, a nossa voz, ela está sendo ouvida, Comandante. Porque todos que vieram aqui, eu sou de Ji-Paraná, Coordenador do pólo da ASSFAPOM de Ji-Paraná, e quero dizer que tem policiais aqui que estão saindo do serviço, viajaram mais de quatrocentos quilômetros para estar aqui hoje. Porque nós sabemos da importância desse diálogo aqui com o senhor. Porque na história, eu sou do curso de 2002, nós nunca tivemos essa harmonia, esse contato. E eu creio que a partir de hoje, que hoje, que desta Audiência vai sair o pontapé inicial para um Soldado, ele vai entrar no curso e vai saber que ele vai chegar a sua carreira vai chegar até subtenente, vai ter uma ascensão, eu, com 13 anos, eu sou Cabo da Polícia Militar. Nós cremos que nós vamos ter o nosso Plano de Carreira, nós vimos aqui que um oficial 12 anos; um Praça, se ele conseguir vai chegar com mais de vinte anos, se for bem sucedido, se não for, muitos companheiros aposentaram-se como Soldado. Mas eu creio que o senhor nosso Deus, concedeu a oportunidade de nós elegermos um representante, de termos um Comandante que está aberto. Eu creio que hoje todos os que vieram aqui estão pensando exatamente na lei de promoção, todos que estão aqui querem uma promoção justa, nós queremos uma promoção justa. Nós não, quando o Vice-Governador falou aqui que nós temos que caminhar, senão o barco vai afundar, mas, infelizmente, se a voz da tropa não for ouvida, o barco vai afundar. O barco vai afundar porque a tropa quer promoção, a tropa quer valorização, nós queremos isso.

Eu agradeço a oportunidade e creio que desta Audiência vai sair o pontapé, e nós vamos conseguir que o senhor, com o nosso representante e com os demais componentes da Mesa, eu agradeço a oportunidade.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Aqui eu tenho muito respeito, quando o Cabo Elton fala, eu credito, em afundar, é isso que ele deve falar é porque a tropa está desmotivada, está desmotivada. Exemplo, hoje a questão de equipamento, hoje não tem efetivo, mas tem viaturas. Olha a diferença, tem localidade que só tem um representante que é o policial militar e as condições são mínimas. Eu quero dizer para vocês também, só para título de conhecimento, desde que o Comando da Polícia, desde que o novo Comandante da Polícia assumiu, eu já destinei um milhão, cerca de setenta e seis mil reais para a Polícia Militar, para aquisição de quatro caminhões, compra de três consultórios aproximadamente, mais quatro caminhões guinchos, para quê? Para a questão do fundo, para reaparelhar as condições do trabalho do policial militar. Então foram essas as condições também que a gente fala em questão de harmonia. Fiz também destinação para a Polícia Civil, de emendas parlamentares quanto à questão de identificação. Então, estamos aqui para lutar e buscar melhorias, não só para Polícia Militar, para Segurança Pública, e como eu digo, sou Presidente da Comissão de Segurança Pública.

Agora vamos lá para o que interesse, eu vou abrir a palavra para Ada, ela quer fazer uma pergunta, um questionamento aqui.

A SRA. ADA DANTAS – Bom, eu gostaria de fazer um questionamento ao Coronel Kisner, Comandante Geral da Polícia Militar, e relembrar um fato que aconteceu, em 2008, durante as greves. Em reunião com a Coronel Angelina, Comandante Geral da época, nós perguntamos a ela e questionamos a questão do processo seletivo interno, o motivo da existência deste. Ela simplesmente nos respondeu que 'os policiais militares não tinham inteligência suficiente para poder ser promovido por antiguidade, não tinham,' Coronel Bonfim, 'estudo suficiente para ser promovido 100% por antiguidade'. Ou seja, este era o levantamento que eles tinham para não acabar com o processo seletivo interno.

E eu gostaria de fazer este questionamento ao Coronel Kisner, Comandante Geral da Polícia Militar. Qual o pensamento dele em relação ao processo seletivo interno. E deixar claro que o Comandante Geral do Bombeiro, à época, que nós fomos levar esse Projeto de Lei de Promoção 100% por Antiguidade, Coronel Caetano, ele já havia se posicionado a favor, ele disse: "Ada, nós aqui do Corpo de Bombeiro já seguimos esta Lei e somos a favor 100% por Antiguidade, porque isso não está trazendo malefício aos Bombeiros, está trazendo benefício porque os Bombeiros estão motivados." Tenente Coronel Rodrigues, salvo engano, estava presente nesta reunião, que hoje é Coronel, Coronel Rodrigues, mas ele sim, ele era a favor. E eu só queria fazer este questionamento ao senhor, e eu gostaria muito que você pudesse contribuir com a resposta nesta discussão.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER - Posso falar? Bom, quanto essa situação da falta de capacidade para que haja a promoção por antiguidade, eu discordo veementemente. Não sou favorável a esse entendimento. Acho até porque para ser policial militar, para entrar na Corporação precisa ter um conhecimento.

A questão de alteração de 100%, para de 50% e 50%, para 100%, é algo que daí eu entendo que deva ser um pouco discutido, porque o principal, no momento em que. Vou dar um exemplo, a turma de 1998, a turma de 98 foi prejudicada por uma alteração de Lei em 2002, ela foi prejudicada. E isso é uma das bandeiras que eu quero corrigir, porque o pessoal de 98, entraram em março, foram formados em dezembro e deveriam ter alçado à situação de primeira classe já em 2000, ou seja, dois anos após a formação. E lá houve alteração da Lei 229, de 31 de março, onde criou as três categorias. Então, criou a terceira, segunda e primeira categoria. Isso saiu daqui dessa Assembleia de Leis, saiu daqui, e isso prejudicou porque aqueles que deveriam ser promovidos, em 31 de dezembro de 2000, à primeira classe, como a Lei foi alterada em março, eles tiveram que aguardar ainda o período de mais um ano, mais um ano, para depois, mais dois anos, para conseguirem. Então, essa alteração de lei, essa é a minha preocupação, precisa ser bem discutida, porque a gente pode estar atendendo a um grupo da Corporação e, às vezes está tolhendo o direito de outro. Então, precisamos, isto precisa ser um fórum maior, porque a gente não pode estar, essa alteração de legislação pode criar problemas.

Exemplo, essa Lei de Promoção foi alterada, era tudo antiguidade, 20 e 80%. Aí teve, por questões até de processo eleitoral, já o Governador Confúcio Moura, ela foi alterada 50/50, mas a Lei foi feita rapidamente, rapidamente, tanto que ela foi, o Deputado Jesuíno sabe, que questionou, que ela tinha em seu artigo 8º e depois no artigo 12 falava outra diferença. E nós tivemos os cursos de 2011, 2012 e parte de 2013, só por antiguidade. Então, essa situação precisa sim ser ouvida, e é essa é até o motivo de estar aqui. A gente tem que ouvir o todo porque, desculpa à expressão, fazer só lá no gabinete sem ouvir a tropa, a gente pode estar cometendo uma injustiça.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Coronel, o senhor falou quanto à questão de corrigir a situação de 1998. Mas eu lhe pergunto, correção 50/50, não tem como corrigir. Porque, a partir do momento se eu tenho 300 homens a ser formado e ainda existe gente remanescente de 1992 a ser promovido, 1992, 1994 salvo engano, a ser promovido a Sargento, 1998, quando é que esse curso vai ser promovido a Sargento?

Então, não tem como, a Polícia Militar 50/50, ela hoje. Agora, se houver uma alteração, eu tenho várias propostas de leis aqui, eu tenho aqui do Mato Grosso, eu tenho uma própria de Santa Catarina que é excelente, tenho a do Acre. Então é discutível. Até terceiro Sargento não tinha que ter essa discussão. Até porque no artigo, a Lei que ainda rege hoje é a Lei 2449, e está aqui. Ela diz, onde que está o entrave aqui, artigo 10: "A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro, anualmente disponibilizará", anualmente, senhores, anualmente, "o número de vagas para o Curso previsto nesta Lei, respeitando o quantitativo de vagas, disponíveis no Quadro Organizacional da Polícia Militar e no Corpo de Bombeiro Militar e a disponibilidade orçamentária". Vejam, tem que ter o quê? Disponibilidade orçamentária e vagas.

Hoje, salvo engano, tem números claros em aberto, 400 vagas para Cabo, e cento e pouco, aí você pode me falar com clareza, quantas vagas tem realmente para Sargento. Eu ve-

nho e coloquei recentemente o curso que teve para Sargento, 80/80, quando é, nessa matemática, que o curso de 2002 chegará a Sargento? 2035, e aí vão embora e nunca vai chegar. Eu vou ficar gagá e todo mundo vai embora.

Então assim, é nessa visão, é nessa concepção, esse Governo fez esse compromisso, não há nenhum prejuízo se ele promover hoje todos os cargos, não tem nenhum impacto orçamentário de forma extraordinário, de forma grandiosa, volumosa. Até, porque já existem ações judiciais que já reconhecem o direito dos militares até 1991. Então, a maioria vai ser transposta para o quadro da União, vão sobrar ainda mais esses valores. Então, é questão realmente de, eu sei que é uma condição difícil, o senhor assumiu aqui agora, que é um cargo, que nós sabemos que é um cargo de indicação, de confiança do Governo. Mas aqui é o momento realmente da gente ouvir e debater. Mas dizer que vai prejudicar, que vai prejudicar, vai prejudicar se mantiver 50/50 o processo seletivo interno.

Então, vamos, o que eu queria perguntar para o senhor. O Senhor vai manter a Comissão que está, as três comissões que estão formadas, ou o senhor você vai formar uma nova Comissão? Quanto ao estudo, tem essa disponibilidade? Como é que, a gente tem que sair com aquele povo que está ali, com alguma resposta, alguma resposta realmente que traga o sossego para eles e a ideia que eles vão ter hoje um norte, um caminho na sua promoção.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Quanto às três Comissões, continua. Tem uma Comissão que é de atualização do Estatuto, o nosso Estatuto é de 1982, têm situações que não foram recepcionadas pela própria Constituição Federal de 1988, bem como alguns vícios que criam, sim, algumas distorções. Exemplo aí, quando falou da Lei de Promoções, só citar novamente, eu não lembro o número, acho que é o Decreto

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – A 2449, a Lei.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Não, essa aí é de antiguidade, estou falando da outra.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – A 150, está aqui.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Não, a 150 é CHOA, as outras duas.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Ah, o Decreto que fala é o 11, o Decreto 11, e o 493, e 4.293 e o Decreto 54.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER - De que ano que eles são?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Dois de 1992 e um de 1990.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER - Não, de 1982 de e um de 1990. Então de 1982, acho que dá uma diferença enorme. Em 1982, o Coronel Bonfim não estava ainda na Corporação. Mas só aproveitando aquela fala sobre isso, tinham as reuniões da ASTIR, a Associação Tiradentes, que a Polícia está fa-

zendo 40 anos, e ela tem história. As reuniões, Deputado Jesuíno, eram lá no Cláudio Coutinho, todos sentados, porque todos faziam parte, e o Comandante Geral acumulava como Presidente da Associação. Então, imagine uma Associação, na época era desse jeito, a Associação, todo mundo sentado, o Comandante mostrava a prestação de contas e dizia: “Quem levantar-se é contra”. Ninguém levantava.

Então, precisa sim de modernizar essas avaliações. Exemplo, a gente, quem foi que citou, o próprio Vice-Governador Daniel Pereira, a questão de promoção, quem esteja respondendo processo. Nós temos, às vezes, o terceiro Sargento se envolve em uma ocorrência, vai para questão de promoção que lá é antiguidade e merecimento, ele não pode por merecimento porque está respondendo a inquérito. Hoje, o princípio da Constituição é o princípio da inocência, até que seja transitado e julgado. Então, não é uma só ação, são várias ações que a gente precisa tirar desse estudo, o apoio de todos para que a gente possa mudar e fazer sim um crescimento, com a maior valorização do servidor.

Então, a legislação é antiga, então onde entra a Comissão de Modernização do Estatuto, essa Comissão está com a participação inclusive do Corpo de Bombeiro, e hoje não está só em nível de oficiais, foram chamados Praças para dar a sua opinião. Essas reuniões são feitas lá, periodicamente, nas sextas-feiras, e a ideia é que a gente venha e faça uma melhor situação.

A outra é a Comissão que fala sobre a Reorganização da Polícia Militar. Que o que é que acontece? Nós temos aí Polícia de 1993, que o Quadro Organizacional previsto, nós tínhamos 25 municípios, e hoje nós estamos em 96 localidades.

O que aconteceu? Foram abrindo localidades, localidades, sem ter um cálculo correto, nós temos previsto no nosso QO, o menor espaço, que é o grupamento, com 9 policiais; 09 policiais não se consegue nem fazer uma escala decente de serviço. É uma inadequação que fica, e o que acontece? Nós sofremos e o senhor aqui, como representante do povo, deve receber aqui, porque ninguém quer tirar, ninguém quer que feche. Nós estamos com problema em Pacarana. Pacarana tinha uns 06 policiais, 02 entraram de férias, recolheu. Está lá o quartel parado e a população está reclamando com toda a certeza. Então, essas necessidades.

E a outra, é a que cria a aplicação de um fluxo gradual e sucessivo na carreira, não só visando a questão de promoções pelo critério antiguidade ou merecimento, mas sim o fluxo da carreira policial militar. E ela é composta por pessoas, inclusive do interior. Eu só gostaria de citar porque são representantes que podem ser contatados para que isto ande. Então, tem o Capitão Arruda que está no CRH; o 1º Tenente Carvalho, que é de Colorado do Oeste; o 1º Tenente Rodney que é de Vilhena; o 2º Tenente Jota Santos de Machadinho; o Subtenente Williams que é da Corregedoria; o 1º Sargento Brito que é de Cacoal; o 2º Sargento Laerte, que está no FUNRESPOM; o 3º Sargento Jair de Cabixi; o Cabo Pedro, de Rolim de Moura; Cabo Santos, de Ariquemes; Soldado Viviane do CRP2, e Soldado Daiane, do BPA de Jaci-Paraná. Então, são pessoas que estão nessas Comissões e podem ser procuradas, para que a gente possa ter maiores elementos, maiores valores.

Quando falou o Deputado Jean Oliveira da questão do CHOA, é que dentro desse processo aqui é uma dessas é que o CHOA, a possibilidade do pessoal do CHOA ir até o nível oficial superior que é o posto de Major.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, tem a Comissão, mas ela começou na gestão, no caso, no Comando do Coronel Pretz. Mas já tem alguma coisa de base? O senhor já conversou com essa Comissão?

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER - Marquei para semana que vem a apresentação desses trabalhos do jeito que está, o re-fechamento de relatório para poder saber o que foi feito até agora e poder tomar uma decisão.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, eu queria fazer um encaminhamento com o Senhor, no caso, que enquanto não houver essa promoção... O senhor falou na rádio que tinha uma previsão, esse ano, de já uma formação de 400, que tem vagas para 400 Cabos, não é isso?

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER - Quase 400 para Cabo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Se tivesse o início desse curso, não sei como vai ser, se vai ser até o final do Curso de Cabo, que agora tudo é EAD. Agora de Sargento, aí eu queria pedir essa questão, que ficasse sobrestada esta questão do PSI, até a gente traçar, finalizar e fechar está questão aqui. É um pedido aqui, um encaminhamento que eu peço para o senhor, para gente ver, 'não, o entendimento foi esse' e aí a gente. Tem que sair com uma resposta, porque aqui eu quero deixar presente, já vou deixar que tudo o que é falado aqui é registrado em Atas, vídeo e taquigrafia. Aqui é tudo registrado, eu vou encaminhar essa Ata daqui para o Governo, falando para ele: "Olha, agora vou puxar..." Falar também para o Presidente desta Casa, que também é sensível a esta discussão, é um Presidente muito, que sempre deixou: "Olha, Deputado, o senhor aqui, quando se fala em Segurança Pública eu me retrato ao senhor". Não só ele, aos demais pares, que sabe do conhecimento que eu tive e o tanto que eu busco também, buscar sanar essa problemática.

Então eu peço para que haja a discussão final, para gente finalizar, que suspenda o PSI até a decisão final. Esse é um pedido que eu faço agora até para, acho que é isso que todo mundo quer ouvir, todo mundo quer, se é o contrário, vou perguntar para vocês. Quem é a favor que quer que o PSI continue, no caso, se for aberto as 160 vagas, levante a mão? Quem é a favor do PSI, por favor levante a mão. Ninguém. Quem é a favor que suspenda, por favor, levante a mão. Então, é como o senhor falou, o senhor queria ouvir e ver, está aí, 100%.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER - Deputado, não perdendo a linha de raciocínio, quando usei a Tribuna. A melhor forma e motivo de estarmos aqui é que haja harmonia, que exista um equilíbrio, e que, principalmente, a gente possa ouvir a manifestação da tropa.

Porém, a minha posição dentro da estrutura Governo, eu não posso responder sozinho, eu faço parte de um proces-

so. Mas tenho, junto aqui, que estar o Coronel Adilson, então, o momento que a gente está junto, e na segunda-feira nós teremos uma reunião com o Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o George Braga, sobre a situação de mantermos aquilo que já tínhamos planejado, que é a previsão de um Curso de Cabo, que dá próximo a 400 vagas. A gente está fazendo isto porque têm alguns processos que estão, o IPERON fechando de promoções, então deve dar próximo a isto na questão de EAD, Ensino a Distância. Então, para que a gente possa fechar, iniciando ainda nesse semestre.

A continuação dos 440 do Curso de Formação Básico, na qual eu já aproveito o seu empenho, parabenizá-lo e agradecer o seu empenho junto lá à Superintendência de Assuntos de Administração e Recursos Humanos, a Superintendente Dra. Helena, e no que tange à desocupação da Diretoria de Ensino, voltando àquilo que era, e nós estamos em um trabalho para acertar a questão de orçamento.

E também a previsão dessas 160 vagas do Curso de Sargentos, que conforme legislação atual é 50/50. Mas daí eu perguntaria ao Coronel Adilson aqui, já que está em um processo ainda de discussão, e dentro dessa harmonia que a gente está pregando, se a gente poderia deixar que esse processo de CFS ficasse suspenso até que resolvesse o caso de se é 50 ou 100, para que a gente não tivesse problema nenhum, não sei.

O SR. ADILSON - Referente a esta situação, nós temos que deixar claro a questão orçamentária, financeira, e o que nós temos planejado para 2015. Na mesma forma que foram citadas as legislações vigentes hoje, existem pessoas que, no futuro, podem requerer judicialmente porque não foram atendidas se existia na época tal legislação.

Então, dentro do que foi colocado, tanto em nível de legislação por parte do Deputado, por parte do Comandante Geral, nós vamos analisar isso aí. Temos que analisar também essas Comissões, independente da troca de Comando da Polícia Militar, as Comissões não deixaram de executar os seus trabalhos, elas estão agindo conforme cronograma já pré-estabelecido na nomeação desta Comissão. Então, é outra coisa que deve ser analisado.

Então, nesta Audiência Pública fica inviável fazer esta colocação, deixar, botar um ponto final, 'não, vai ser assim' ou se vai ser diferente.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Secretário, só para fechar. Mas daí, Deputado, já que pede um compromisso, e daí, na qualidade de Comandante, deixada à tratativa da não realização do CFS, essa eu tenho que tocar para frente. Agora, durante este processo, nós abrimos um diálogo, porque existe uma Lei, nós não podemos deixar de cumprir, e o senhor, como parte do Legislativo, até como, junto ao Governador, nós vamos para gente ver sobre esta situação. Eu acho que não há problema nenhum que a gente discuta quanto esta aplicação de 50/50 ou 100% antiguidade, mas o Curso continua, porque a gente tem que ver questão de orçamento, mas aguardando esta posição e também o apoio do senhor.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Só para, o que eu ouvi aqui do Coronel, dos dois Coronéis e aqui é responsável. Eu mostrei o vídeo aquilo ali, e Lei Coronel, a Lei, a norma administrativa, a qualquer momento ela pode ser revogada. E você pode socorrer o Judiciário que ele vai falar: 'Olha, o direito administrativo é o Administrador que rege'. Naquela época era dessa forma, prova tanto que o auxílio, no caso, desculpa, a Insalubridade dos Agentes são três valores distintos.

Então, se amanhã vier um Projeto de Lei e ficar desta forma 100%, quem é que vai ser prejudicado? Ninguém. É isso que eu estou falando. Agora, continuar. E o que eu estou pedindo aqui na Audiência, até uma questão de forma, eu sei que vocês têm as limitações de vocês, mas a partir de hoje é um outro cenário. Aí compete a mim como Deputado ir atuar de forma política. Aí eu vou buscar agora o Governador, aí eu vou buscar o Presidente desta Casa, vou buscar todas as autoridades e agora, pode ter certeza, todo o meu discurso é, se não tiver o consenso, e eu espero aqui, que eu estou vendo o bom senso de vocês em querer abraçar esta causa. Se o Governo tentar, 'não, eu vou continuar com isso', que eu acredito que o Governo do Confúcio Moura não vá fazer isso jamais, que ele não quer ter uma indisposição aqui perante o parlamentar. Porque, senhores, quando eu faço uso desta palavra, vou até repetir, que tem uma imagem de mim, quando eu faço uso desta palavra, incomoda, dói, machuca, pode ter certeza que todo o *staff* do Governo está sabendo. Porque tem o *WhatsApp*, tem o *Facebook*, tem o *YouTube*, tem tudo. E têm as pessoas dele aqui dentro mesmo que levam, 'olha, o Deputado lá, ele é tinhoso'. E tem uma diferença, eu nunca o agredi verbalmente, nunca agredi ele de forma, com xingamentos, mas eu sei onde dói, onde o calo aperta. Todos os meus documentos são respondidos, todos. Porque eu aplico o dispositivo regimental e sei aplicar, sob pena de ele responder, e ele sabe quais são as sanções plausíveis. Então a gente sabe como conduzir. Então, Coronel, é a tropa está aclamando aqui, que aja. E quando eu falo a minha palavra, eu vim de uma origem, a minha origem, para que não tem conhecimento eu sou portovelhense, rondoniense, mas minha origem é árabe, é árabe. Meu nome Boabaid, muitos perguntam: "Esse Boabaid, é de onde esse nome?" É lá da Arábia Saudita, da Líbia. Mas eu venho, a minha palavra eu não preciso de um cheque não, o que eu falar eu cumpro. Só se tiver uma coisa que não estiver dentro do meu alcance, mas eu sempre primo pela minha palavra.

Então, o Governador fala pode acreditar, é a minha palavra, eu vou cumprir. Então, ele deve cumprir, ele é o Chefe do Estado. Então, a gente pede, é isso, Secretário, o senhor respondendo aí, e vi aqui, se não tem orçamento, e eu vou buscar agora a informação do orçamento, que haja esse bom senso. Por que até agora não me responderem, quando é que também finaliza a Comissão? Qual o prazo de validade dessa Comissão? E quando é que ela vai trazer uma resposta para gente sair daqui, olha foram 90 dias prorrogável por 90 dias, são 180, são seis meses, a gente vai passar o Governo todinho esperando fazer esses trabalhos? Então, eu acho que é isso, o senhor conversar com ele, 'olha, eu preciso disso, vocês já vieram de 30 dias, 60 dias', a equipe pode até tramitar, mas sobrestar essa questão do processo seletivo interno. Aí eu vou pedir e vou conversar agora a questão política que já não depende mais de vocês aqui. É a minha, que eu vou agora atuar

de uma forma mais aguerrida, junto com os senhores. Que hoje ficou registrado, ninguém é a favor do processo seletivo interno. Se alguém é a favor pode manifestar, que aqui é o momento oportuno para gente ouvir, debater como disse o Coronel. 'Não, eu sou a favor, eu sou de 2012', o curso mais recente é de 2012, ele já vai fazer o quê? Cinco anos de caserna daqui um pouco. Mas ele pode sim ter aquela vontade de ascender ao Curso de Sargento. Mas eu pergunto, é vantajoso ver um Sargento que está na rádio-patrolha, um Sargento não, um Soldado, um Soldado comandar a viatura, comandar a viatura, dias e noites sem sono, ali vindo de uma escala exaustiva, vir a questão de cumprimento de ir para ofício de justiça, ter que responder inquérito, ele vai ter condições de concorrer com um menino que chegou agora, que tem tempo para estudar, que veio com a cabeça fresquinha? Não vem. Isso é valorização? Jamais. Então, o que a gente pede é isto. Eu passei isto na pele. Eu passei isto na pele.

Então, o Governador está sensível a isso sim, ele está sensível. Se eu chegar hoje e conversar com ele: 'Governador, o senhor cumpriu, o que Senhor falou, o Senhor tem que cumprir', ele vai cumprir. Com certeza ele vai cumprir, não tem porque, entendeu? Então, é essa a discussão, para o Senhor Coronel, pode ter certeza que o senhor vai ter uma tropa muito mais contente, motivada, isto é fato, motivada, motivada que se falar assim: 'Olha, vai cumprir 48'. Se o cara souber que está sendo promovido, está sendo valorizado, respeitado, meu amigo, cumpria até 24 por 24, se fosse possível. É, é verdade, é verdade, é fácil de resolver isso aqui, é fácil. E a sociedade tem como resolver.

Agora, esses embates, eu como Deputado aqui, era para estar discutindo coisa maior. Não estou dizendo que isso aqui é uma coisa menor, jamais. Mas a gente tem coisas muito piores que estão acontecendo aqui, que é para soluções que foi, inclusive que eu quero registrar, que apagaram, que conseguiram aqui, matar de morte uma CPI que poderia trazer até retorno, que é o meu entendimento. Então, são coisas que acontecem aqui que poderiam ser, que é a questão de pagamento de um bilhão de impostos. Vou dar exemplos aqui do que acontece aqui, sobre a questão das Usinas para trazer recursos para este Estado. Mas eu fico assim pensando, como Governador um dia, meu amigo a tropa do meu lado, satisfação total, eu queria, 'o que precisa Comandante? É isso?', canetava. Porque eu digo sempre: A guarda leal de um Governante é a Polícia Militar. A lealdade ali está presente com o senhor, e com o Bombeiro também. Mas a guarda leal que dá sustentabilidade, sustentabilidade para o seu Governo é a Polícia, por que a Polícia? Porque na hora que tem uma greve, quem é que está lá no confronto? Quem que cumpre o mandado de prisão? Quem é que cumpre mandado de reintegração? Quem é que está fazendo o papel do Judiciário lá no lugar onde não existe nada? É a Polícia Militar, é onde representa o Estado. E eu tenho muito orgulho de falar e representá-los, senhores. Porque eu sei do valor que os senhores têm perante a sociedade, não só rondoniense, brasileira. Somos 795 mil homens armados, vejam só, e a Força Federal, 295 mil. E ao contrário, como diz o entendimento de alguns Ministros do STF, uns entendem que a Polícia pode fazer a greve. E um dia eu vi um Magistrado falando, ele jamais, o Estado deveria era valorizá-los, porque eles não podem fazer greve,

eles jamais poderiam... Exemplo, o salário deveria ser justo digno, agora. Ora, por que ele não pode fazer greve. É ao contrário. Aqui são massacrados, são execrados, certo?

Então, eu sei que vocês estão sob uma situação até difícil, mas eu quero dizer, eu vou até o final deste mandato cobrar aquilo que é de direito. E buscar, não só para os Praças, que fique registrado aqui, para os oficiais, para os oficiais. Então, é para todo mundo, gente. Essa Polícia não vai ser minha, não vai ser sua, ela é uma continuidade. Existem outras coisas que querem acabar, inclusive querem acabar com a Polícia Militar, existe cogitação, formar um ciclo único. Então, tem muitas discussões em nível federal, aí alguém me perguntou: "Jesuino, a questão da insalubridade, periculosidade, tem risco de vida", somos forças auxiliares do Exército, não temos as mesmas garantias constitucionais que os servidores civis, isto é fato. Então, não tem como ter esse recebimento, ou temos outras garantias que o civil não tem, está entendendo? São situações distintas.

Aí o senhor falou também a questão do efetivo. Tem uma previsão de quando vai iniciar o curso? O senhor falou que iniciaria em 15 de agosto. Aí eu posso perguntar para o senhor, Coronel Adilson, até quando? Até para dar um alívio para algumas localidades, inicia o curso.

O SR. ADILSON – Essa semana nós estivemos lá no Gabinete do Comandante Geral, e verificamos a questão do plano desse curso, e a previsão é 15 de setembro o início do curso, com término no mês de março.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, seis meses de formação. Então, já dá um alívio para a tropa também. Então, eu falei sobre isso.

Comandante, o interstício, foi falado sobre o interstício. Nesse projeto, nesse cronograma, vai discutir também o interstício? Você viu que eu fiz uns apontamentos dos Decretos Leis que são diferentes, não é?

O SR. ADILSON – Não, é parte dessa discussão, até mesmo o que falaram e não deixa de ser, relação de carreira de Soldado a subtenente, essa possibilidade de fluxo de carreira dentro da própria Corporação, isto tem que ser, não pode deixar de passar, porque é melhor valorizar a prata da casa do que estar abrindo as portas para receber mais gente.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, foi a questão do interstício. Outra pergunta, eu fui indagado sobre a questão, e aí tem uma Lei que rege sobre a questão da altura e o limite de idade. Para você ser Capelão o limite de idade é de 35 anos e a altura 1,65m, homens e 1,60m, mulher. Aí eu fui buscar um apanhado e vi, há, exemplo, qual é o entendimento dos Bombeiros e da PM quanto à questão da idade. Lá no Rio de Janeiro aumentou para 35 anos, se nós aqui da Casa, é uma propositura que pode nascer do Governo ou eu posso fazer uma Emenda Constitucional. Para Polícia Militar, na sua visão, há um prejuízo se nós aumentássemos o limite de idade para 35 anos e reduzisse a questão do, exemplo, 1,60m para homens e 1,55m para mulheres? Tem alguma, assim, qual a sua visão sobre isso? Porque isso eu fui perguntado.

O SR. ADILSON – A questão da idade eu entendi, esse dos 35 anos interno, que está falando?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, não, é para adentrar, para Capelão tem um limite de idade até 35 anos, eu vi lá. A Lei está inclusive lá na minha mesa. E para Soldado 28 anos.

O SR. ADILSON – Mas para entrada na Corporação.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Isso, para entrar na Corporação.

O SR. ADILSON – Eu vou explicar tecnicamente a questão, o porquê 28 anos a idade para entrar nos quadros da Polícia Militar, deixar bem claro, que quem já quem está dentro, o fluxo entre os quadros pode ser até 35. Essa questão é porque a gente vai entrar num cálculo que é lá depois, quando a gente já vai para reserva, que a gente precisa valorizar mesmo estando. Está aqui o Geraldo agora, está recebendo lá do IPERON. Então, o que acontece? Se a pessoa entra muito tarde, ele vai acontecer dele contribuir pouco na nossa, no nosso regimento. Nós como, por ser Policial Militar nós temos a questão da paridade, diferente do funcionário civil. Funcionário civil precisa ter 35 anos de contribuição e uma idade mínima, os militares têm que ter 30 anos de serviço, 30 anos de serviço. Então, alguém que... Esta idade aí, de 28, foi discutida junto com o Instituto de Previdência, porque passar essa idade de 35 anos, ele vai entrar com na Corporação já sem contribuição do IPERON, ele não contribuiu. E quando ele vai para reserva ele leva a paridade, ou seja, ele recebe igual a quem está na ativa. Por isso essa idade de 28, que dá um fluxo de carreira, de crescimento, que ele possa sim passar os 30 anos contribuindo para o IPERON. Então, esse cálculo de idade é relativo à questão previdenciária.

Quanto à altura mínima estabelecida para feminino e para masculino, isso é um estudo do próprio IBGE aonde prevê a estatura média da região Norte. Se nós formos fazer lá no Rio de Janeiro, vai ter outro estudo, que é o da região Sudeste. Então esse número, quando começou a se organizar a questão de entrada, é uma Lei com base, é por Lei Estadual essa altura mínima, foi com base, está lá a justificativa da Lei, com base nesse estudo do Instituto Brasileiro, o IBGE.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Assim, então é algo que possa ser discutido na nossa visão. Por que a gente é muito indagado, 35 até foi o Rio de Janeiro que alterou agora a Lei, e eu vi essa abertura também para o Oficial dentro da nossa própria Lei, Capelão. Então, foi aonde eu vi uma margem para gente tentar atuar perante o Parlamento também sobre essa alteração.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Eu sei que é pergunta, mas aí a gente é muito tempo. Veja tivemos uma situação, nós abrimos para o quadro de saúde, o quadro de Formação de Saúde agora. O quadro de Formação de Saúde ele tem que ser formado em medicina. Medicina hoje, a formação de Medicina é 8 a 9 anos. Então, é difícil encontrar alguém que aos 28 anos já esteja formado em Medicina. Então, nós perdemos pessoas que teriam condições de entrar, mas por causa da

idade já não poderia. Então, volto a falar, é uma situação questionável porque entrar na Faculdade de Medicina hoje, que entre com 20 anos, ele está terminando a Faculdade daí vai fazer concurso para Polícia Militar? Então, poderia ter uma idade maior por causa dessa necessidade de formação. Então, é algo discutível sim para que a gente possa até melhorar a qualidade da prestação de serviço.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Entendi.

O SR. SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA - Deputado o senhor tinha perguntado para o Kisner, eu também, como a gente nesse ponto engloba a opinião da gente também, essa questão do trabalho do tempo de serviço. O senhor comentou umas peculiaridades que nós temos e essa é uma peculiaridade que nos faz sermos militares, ou seja, nós temos 30 anos de serviços, não é como um cidadão comum que ele trabalha às vezes, ele assina a carteira. Eu por exemplo, tenho carteira assinada com 14 anos de trabalho, fosse eu um cidadão comum, eu teria que trabalhar até os 65, ou seja, eu teria que trabalhar 49 anos, 51, entendeu? Então nós não temos esse, nós temos 30 anos de trabalho e é isso que nos torna militar e é porque nós não temos FGTS, eles possuem, nós temos dedicação exclusiva, o regido pela CLT não tem, então essas diferenciações que nos aproxima do exército é que possibilita que a gente... O Geraldo com uma boa idade, eu inclusive já poderia estar na reserva, que nós próximos dos 50, 52 anos, podemos ainda com muita saúde exercer, inclusive depois do término do trabalho nosso, muitos anos de trabalho, por quê? Porque há uma probabilidade, probabilidade não, os números dizem isso o brasileiro está vivendo cada vez mais. Então o próprio Estado do Espírito Santo, ele já mudou a questão previdenciária já, o Espírito Santo não é mais 30 anos, o Espírito Santo é 35, e alguns destes jovens que estão entrando, hoje, nas corporações, eu digo com certeza, eles não vão trabalhar 30 anos. Então essa questão de entrada aos 28, eu penso que ela possa ser repensada porque mais na frente isso vai ocorrer, queiramos nós, gostamos ou não, provavelmente, obviamente que faltando um ano para a pessoas se aposentar aumentou em mais cinco, não é que ele vai trabalhar mais cinco, ele vai trabalhar mais alguns meses, ele vai trabalhar, talvez, mais um ano, não sei, mas isso deve ocorrer num futuro, a gente não sabe quando, mas os Estados tem se manifestado já nesse sentido. Então eu penso que, talvez, essa questão da idade realmente de entrada ela possa ser repensada também, eu penso isso. Na questão da altura, por isso que nós há alguns anos nos vinculamos da Polícia porque nós temos algumas peculiaridades que, por exemplo, para mim ter um baixinho às vezes é bom, para entrar no espaço confinado, uma pessoa presa em ferragem ou acesso a um local para mim, às vezes um cara de um e cinquenta seria o ideal, dependendo da situação. Então a gente tem essas peculiaridades, enquanto que um policial militar, ele emblematisa o Estado, o policiamento ostensivo, preventivo, fardado feito pela autoridade constituída, ou seja, então eu vejo o Estado ali na frente, então eu vejo o Estado é alto, ele é grande, ele é encorpado, ele é forte, ele tem uma arma do seu lado, se houver um anão, poxa que Estado é este? Então é isso que é a coisa, mas até isso hoje, judicialmente já tem julgado que diz: olha, se você trabalha e trabalha bem, não é isso que vai ser a sua dificuldade. Então assim, eu acho pelo menos na

concepção do exercício da nossa profissão eu acho que a idade pode ser repensada, estudada, e esse é o local de estudar e a altura também, que para nós, no exercício nosso diferente do exercício do policial militar, mas para o exercício meu às vezes, o baixinho pode ajudar e ajudar bastante, o mais baixo, não vou dizer o baixinho, o mais baixo. O senhor está fora do bombeiro, vai jogar basquete.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) – Então assim, vi que tem entendimentos diversos, então é interessante mesmo. Agora, Comandante, foi feita a pergunta pela Ada para o Comandante Geral, na época era o Comandante Caetano, sempre tive um bom diálogo com ele, não só com ele, com o senhor também. Quanto à questão lá de 100%, na sua visão e na sua concepção 100% no bombeiro, qual é a sua visão quanto à questão de 100% no bombeiro?

O SR. SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA – Eu entendo obviamente que eu não vou dizer uma visão da corporação porque a visão da corporação, eu pego sempre uma visão pelo menos do Estado maior, ou pelo menos como a gente é a corporação menor esse tipo de coisa assim. Eu até comentei com o Kisner aqui já. Kisner faz uma votação. É o público interno, todo mundo quer, se todo mundo quer, você diz; olha Governador ou quem quer que seja. Olha os meus seis mil homens, cinco mil querem isso. Isso é o pensamento de cinco mil. Então você está argumentando, você está embasado já. Então é fácil de fazer, é fácil dizer assim: mas, poxa por quê? E daí até para você argumentar depois, eu sempre penso assim: se você tem que dizer sim por quê? E não, por quê. Então dizer: olha, nós fizemos 100% por quê? Porque eu fiz uma eleição e dos cinco mil que eu tenho três mil e oitocentos disseram que eram favoráveis a isso, então eu estou bem. Aqueles outros mil e duzentos lamento, vivemos num movimento democrático e pronto. Obviamente que dando uma visão assim muito estreita porque quê existe isso? Por que a gente usa esses 50/50? Porque hoje o jovem que entra hoje, ele entra hoje e ele sabe de quantos tem a frente dele, ele sabe que não é todo mundo que vai daqui a cinco anos sair, por quê? Porque tem uma fila longa a frente dele e esses outros sairão primeiro. Então o jovem que entra hoje, porque quê nós hoje tivemos essa dificuldade já? O Coronel Adilson comentou aí no tocante a começar o concurso de soldado e vou ter dos bombeiros também, porque o edital diz o seguinte: 'eu só posso chamar o pessoal na quantidade exata de vagas', então eu tenho 440 eu chamo 440, se um deles não vier eu vou ter que abrir 20 dias pra ele, para chamar um novo, entregar todos os exames, fazer tudo. Eu não posso chamar já 450, 460 eu não posso. Dizer assim: olha, não vai dá os 440, e o que ocorre nesse meio tempo? Outros concursos, outras coisas que você ter um salário melhor são chamados, e a menina, por exemplo, que entra no concurso da gente, proporcionalmente ela tem capacidade de entrar na UNIR em medicina, então eu perco para a UNIR em medicina, a menina deveria vir. Nós tínhamos, por exemplo, nove vagas, hoje eu assinei chamando já 18 e eu não consigo fechar uma turma de 88, por que? Porque o salário a gente sabe que por melhor que ele foi não é atrativo. Então aquele jovem que entra hoje, que ele sabe que ele via ter que esperar ainda

muitos anos para isso a primeira oportunidade que ele tiver, ele sai. Por isso dos 50/50 entendeu? Então essa é uma argumentação que eu tenho também e eu vejo que os senhores estão atentos e prestando a atenção para isso. É isso, a gente pensa assim: poxa, aquele que está lá, que já trabalhou, que já deu o sangue merece? Merece de fato, agora como manter esse que está entrando agora? Como segurar esse que está entrando agora com um salário que realmente é difícil de ficar, entendeu? Então por isso é que ocorre, por isso que demandou, antes era 80/20, veio para 50/50 e agora a gente está nessa discussão, agora nós estamos aqui como eu já disse, e todos disseram para ouvir, para discutir e eu já disse e deixo bem claro isso, se o consenso for nesse sentido não vai ser nós que vamos ser contra, não vai ser nós que vamos ser contra, de maneira nenhuma. Então, assim, como eu já falei antes, Coronel Adilson trabalha de portas abertas, eu sei da característica peculiar do Kisner, eu não gosto de fechar a minha porta para nada nem para nada, às vezes você tem que fechar por questão mais pessoal ou às vezes a pessoa se constrange, mas a gente não tem isso. E se isso surgir de um consenso, gente não vai ser eu que vou ser contra o consenso, eu não tem por que. É isso que o deputado falou, ele disse: olha, não tem coisa melhor do que você comandar uma tropa que ela se sente motivada, que ela goste de fazer o que faz. E eu tenho certeza que se eu já tenho dificuldade para comandar os meus às vezes, mesmo com essa folga que a gente tem do efetivo, eu imagino vocês que não tem isso, que estão há 12 anos, 13 anos nessa função de cabo. Então eu não estou dizendo que eu sou contra, eu estou dando uma explicação do porque o 50/50 ocorre e é isso, essa é uma questão bem clara e vocês devem saber disso que muitos dos jovens que entram ele fica um ano, dois anos, isso aqui é um degrau da vida dele e ele sai para um outro concurso melhor assim que ele pode. E a base vai diminuindo, vai diminuindo e até para contratar isso demora, isso demora muito. Era isso.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) – Então a indicação do Comandante aqui que ele falou foi bem salutar e aí gente pode até discutir isso Coronel Kisner, levar para a tropa e aí o senhor fazer igual a Pilatos, lavo minhas mãos e o entendimento seria da tropa. Mas eu pergunto quem é de 2012 aqui, pode levantar a mão, do curso de 2012 levanta a mão? Não tem. 2010? 2007? 2006? Aí vem 2004? 2002 que a maioria é cabo. Então está mesclado aqui, só faltaram 2012. Comandante se tiver, se tiver não, aí é compromisso meu nos quatro anos, eu já tenho um compromisso aqui, as minhas emendas é destinada tanto para a polícia, tanto para os bombeiros se for necessário, sempre eu vou dá prioridade para a Segurança Pública. E tem um plus a mais, tem o compromisso do Presidente Maurão de Carvalho junto com a ASSFAPOM, na próxima discussão que vai ter que vai ser da questão da LDO, já teve a LDO, agora vem a LOA, ele vai para a gente majorar os valores para a Segurança Pública. Então tudo isso o empenho tanto para a SESDEC dá condições para a formação, quanto à questão dos valores percebidos na promoção, eu vou está empenhado para resolver isso. Isso daí vocês podem ter certeza nós ombreamos isso juntos para que tudo seja valorizado. Isso aí não vai ter problema não de o Governo, Ah, não.

Está aqui a posição da gente é essa e o um Deputado aqui faz um efeito muito viu gente, faz e como faz!

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Só uma palavrinha deputado? Senhores quando se discute a LDB e a LOA aqui já está calculando as promoções no ano que vem. Então o que está se discutindo aqui de orçamento nesse período agora é para os próximos quatro anos, já é o fluxo de carreira 2016, 2017, 2018 e 2019. Então precisamos muito do Deputado aqui para que aja esse fluxo natural de carreira nossa. E não é só a promoção para cabo ou para sargento é o fluxo, inclusive vem junto no projeto de 3º, 2º e 1º e também dos oficiais tudo vai junto nesse orçamento.

O SR. ADILSON – Senhores estou participando da parte administrativa de um governo pela primeira vez, eu sempre fui da tropa, sempre trabalhei no interior e tudo mais, e pude observar a dificuldade que é, está o Major Padilha que está acompanhando, o Tenente Coronel do Bombeiro que era nosso assessor lá na Secretaria, a dificuldade que é essa questão de orçamento, tudo que a gente tenta fazer de novo esbarra nisso que o Coronel Kisner citou agora. E muitas vezes o Secretário tem que chegar para o Planejamento, Financeiro, e tal, o próprio Procurador Geral do Estado com o processo embaixo do braço e justificar da onde pode sair o recurso para tentar um plus a mais em algumas situações, é complicado. Então isso que foi colocado pelo Comandante Geral é importantíssimo que aja essa participação também com a liderança do deputado, mas que outros possam também reforçar esse processo para que a gente possa ter no futuro recursos para essas inovações.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) – E isso aí pode ter certeza Comandante que a gente vai abraçar e está abraçando já, porque como diz o cenário político, mas tem outras coisas, tem outras forças ocultas que pode no decurso interromper, salvo engano, a PM irá entrar no déficit, terá que vir um remanejamento, até agora estou aguardando, de sete milhões para dá sustentação até o final do ano, em setembro, questão de combustível, até agora não chegou, eu estou esperando. Teve o remanejamento aqui de cinquenta e oito milhões, eu já esperava que viesse da Polícia Militar para dá condições. Então eu peço até para vocês, vou cobrar do Governo, do líder do Governo que encaminhe esse remanejamento em caráter de urgência, é isso que eu, eu estou aqui preocupado também com a nossa Corporação, que tem a questão de pagamento de combustível, tem a questão de condições dos alugueis, aí vem uma série para movimentar as máquinas no caso da PM. O Bombeiro eu até falei para o Coronel, falei o primo rico não, ele tem um fundo, é bem trabalhado o fundo deles, é totalmente diferente, tem um oxigênio, a situação financeira diferenciada, tem uma gordurinha para queimar ainda.

O SR. ADILSON – Deputado, chegou até nós essa informação, inclusive nós estamos cobrando da Polícia Militar são nove emendas lá, são duas no Bombeiro e duas na Polícia Civil, nós já estamos tomando essa providência de fiscalizar para que o procedimento seja rápido.

O SR. JESUINO BOABAI (Presidente) – Então está aí, senhores alguém no plenário quer fazer alguma pergunta? Eu vou passar aqui para o Botelho para ficar registrado.

O SR. BOTELHO – Agradecer aí pela oportunidade e perguntar ao Comando e mesmo ao senhor. Existe a possibilidade de se criar dentro da Polícia Militar um quadro de especialistas onde possa abraçar esses policiais que tem formação acadêmica num quadro que vai caber ali, engenheiros, engenheiros civis, florestais, psicólogos dentro da polícia, arquiteto, contadores e assessores jurídicos que são os policiais bacharéis em direito? Será que há essa possibilidade desse..., o próprio Coronel Nunes agora a pouco citou que mais de 20% da nossa categoria tem nível superior? Mais de 50% já tem nível superior há essa possibilidade de lançarmos aqui a ideia e pensar nessa possibilidade para o quadro de especialista? Onde o policial possa ascender de uma forma tão rápido quanto se tivesse na forma salarial, ascender salarial? Na questão salarial como se ele fosse para outra atividade, não precisasse sair da Polícia? Por que eu sou policial já houve alguns concursos e até com um salário melhor, mas eu sempre quis ser polícia. Então se tivesse essa possibilidade de ser pensado no quadro de especialistas eu acho que seria muito interessante para o próprio policial e para a Polícia Militar nessa questão, pois a grande massa que somos nós da Corporação nós temos capacidade sim de contribuir de várias formas, inclusive desta sendo especialista dentro da Polícia.

O SR. NILTON KISNER – Quando assumi e convidei o Coronel Clériston para assumir o subcomando, que a ideia dele, já vinha lutando e diz que é uma das bandeiras na qual a gente se compromete de trabalhar para que consiga essa valorização, essa valorização de que o policial militar comungando com o tempo de serviço ele possa ascender esse quadro complementar, o quadro de especialista. Então hoje já é um projeto e tem um grande defensor que é o coronel Clériston que antes estava na DR e agora é o subcomandante.

O SR. SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA – Deputado só para esclarecer, a gente fez, a gente tentou um concurso para engenheiros no Bombeiro porque a gente precisa para análise de projeto, só que o engenheiro nós colocamos três vagas, eram uma experiência nossa, nós colocamos três vagas, dois aprovaram, não, um só aprovou, das três vagas que nós colocamos só um aprovou. Primeiro, por quê? Por que o financeiro de um 2º Tenente perto de um engenheiro é ruim demais, o engenheiro trabalha muito pouco, se ele trabalhar uma semana como engenheiro sério ele ganha o que ganha o 2º Tenente, ele ganha. Então o que a gente já observou já? Que se a gente fizer. Essa ideia do Botelho é muito boa, mas a gente está pensando até num paliativo enquanto isso, é eu criar um quadro com CDS, uma coisa assim e eu puder para esse meu servidor com vínculo, porque eu tenho engenheiros na Corporação e eles são, tem um arquiteto, isso na capital, tem um arquiteto, dois engenheiros civis, tem mais um se formando em engenheiro civil, ou seja, quatro, que eu não tenho no meu dia a dia quatro. Então hoje se eu conseguisse arrumar um CDS, um exemplo, de dois mil reais acrescidos ao salário que ele ganha, ele continuaria com todos os benefícios dele da

ativa, então ele não precisaria estar buscando aí fora um salário de sete, oito mil que é o que o engenheiro ganha, porque ele teria os benefícios de continuar militar, seria um sargento ou a graduação que fosse, eu necessito, principalmente da formação dele de curso superior e para a gente isso seria excelente. Por que a gente já observou, primeiro da seriedade porque ele continua servidor, ele continua militar, ele continua respeitando cumprindo horário, cumprindo tudo e eu ganho, por que ele pode discutir frente a frente com o outro engenheiro que é o civil ali do dia a dia que vem discutir o projeto com ele. Então para a gente se nós conseguíssemos formar um quadro interno, pegando o público interno, criando uma gratificação com vínculo para ele, porque ele diz assim: não, eu vou sair da engenharia, por exemplo, o Botelho se formou quer sair engenheiro por quê? Ah, porque eu como engenheiro florestal posso ganhar seis, sete mil aí fora. Ou eu fico onde eu estou, ganho um salário de quatro e mais uma gratificação de dois e meio, poxa para eu ficar aí fora brigando por causa de quinhentos reais, eu fico na Corporação que eu gosto, faço um trabalho que profissionalmente me valoriza. Então é bom para os dois lados, é muito bom para os dois lados. Então eu quero, inclusive, pedir ao senhor já, se o senhor conseguir alguma coisa, os bombeiros precisam, eu preciso de engenheiro, preciso de psicólogo, preciso de assistente social, preciso de advogado, de administrador, contadores ou pelo menos dois contadores, eu tenho contador, inclusive na SESDEC, a gente tem essa necessidade sim e criar com vínculo, cria, nomeia um CDS com vínculo, ou seja, que é já servidor e para a gente é o ideal. Nem com o fundo, se eu conseguisse pagar com o fundo, já tentei e não consigo, se não o fundo pagaria quinze, vinte mil que daria isso eu pagaria com o fundo e eles trabalhariam e eu teria essa facilidade também de relação com eles. Por que civil mesmo, esse engenheiro meu que é formado, eu tenho certeza e vocês ouçam o que eu estou dizendo ele não vai ficar cinco anos comigo, por que ele vai ver que vai ter que começar a cumprir horário, ele vai ter que fazer tudo que ele estava fazendo. Se depois o projeto que ele sabe fazer em uma semana que ele trabalha aí fora, ele vai tirar muito mais do que ele ganharia como 2º Tenente, por que, quê ele vai ficar? Daí ele não vai, não vai querer.

O SR. JESUINO BOABAI (Presidente) – Passar a palavra para o Enoque.

O SR. ENOQUE – Boa noite a todos, com a permissão do Comandante Geral aí eu queria, eu faço administração na São Lucas pelo PROUNI, e analisando assim de forma na área que eu estudo, eu percebi que o Coronel Adilson, ele meio que não aceitou a situação do PSI por questão orçamentária. Eu tive dificuldade em entender o que o PSI vai onerar mais o Estado com relação a antiguidade sem que antiguidade não ia existir a questão do concurso interno, então o gasto seria menos. E, além disso, eu queria ressaltar o seguinte, que o praça quando ele entra como soldado e ele vai fazer o curso depois de 10, 12 anos de cabo, ele ainda reprova, não é só ele fazer o curso, ele pode ser reprovado e voltar a ser soldado como outros voltaram. Então eu queria entender qual é a dificuldade orçamentária de deixar de ter o PSI e ser 100% por antiguidade?

O SR. ADILSON – Todo gasto público ele vem de um planejamento, tu tens que fazer um planejamento para gastar aquele recurso não é? Vem desde a parte do planejamento orçamentário aí depois tu tens que ver a questão financeira para aquela atividade. Tanto que o curso de formação básica de soldado que vai ser feita agora esse curso de soldado, ele é não é um curso desse ano 2015, ele já vem do processo 2014 tudo mais, a autorização dele para se executar foi assinada essa semana, autorizando a execução pelo ordenador de despesa para se fazer o curso. Por que aí sim estava lá a previsão. Em relação a 50% ou 100% eu me referir na questão legal, hoje a legislação vigente que nós temos é essa, de 50/50. Então da mesma forma que os senhores estão cobrando para que seja de 100% existem aqueles policiais que podem cobrar porque que não está se executando o curso 50%? Por que quê o curso foi sobrestado, por quê? Pode haver este questionamento também. Então essa necessidade de esperar a conclusão dos trabalhos feitos pela comissão do que foi sugerido aqui, de uma análise melhor por parte do efetivo da Polícia Militar, vem nos dar uma garantia do emprego do recurso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Foi isso que ele falou Coutinho, ele falou que vai fazer, ele vai, a Segurança Jurídica que haja primeiro a questão do estudo, o entendimento da tropa para depois aplicar o curso, entendeu?

O SR. CÉSAR NILDO – Boa tarde Senhores, eu sou o Cabo César Nildo, de Guajará-Mirim, 6º BPM. O foco aqui da questão, observa-se que é a questão da promoção e a questão do interstício. Percebe-se que, a promoção ela está ligada a questão do orçamento e a questão da vaga. Quando se abre o processo seletivo, abre determinadas vagas e observa-se que não preenche todas as vagas disponíveis. Dá para entender que o motivo é o orçamento, certo? Eu acredito que seja o principal motivo de não se promover, de não se abrir as vagas que nós temos, é a questão do orçamento. Eu espero que seja apenas o orçamento. Então, como fazer isso? O Deputado agorinha ele comentou sobre a Lei Orçamentária para o ano 2016, 2017 e etc.. Então, eu vejo que nós deveríamos fazer, tomar, vamos dizer assim, atenção nesta questão da Lei Orçamentária justamente para poder corrigir o prejuízo que nós tivemos durante esse longos tempos. Por quê? Eu sou um cabo de 98, hoje apareceu um cabo aí: não, eu sou de 2012, sou de 2013, ainda sou cabo. Eu sou de 98 e ainda sou cabo. Agora, porque isso? Será que não foi que eu não me interessei em estudar, eu não tive a questão, vamos dizer assim, as oportunidades que alguns colegas nossos tiveram. Então, eu queria e gostaria muito que fosse reparado esse prejuízo. Quando se repara esse prejuízo, está entendendo. Estará beneficiando quem? Toda a classe policial militar, hoje eu tenho 17 anos de polícia e sou cabo, se eu for esperar o tempo conforme a nossa legislação, corre o risco de eu não sair 3º sargento, porque sempre o problema é orçamento, é orçamento, é orçamento. Então, eu vejo que a Polícia Militar, existe. Eu quero saber do Deputado: se a questão é orçamento, o senhor tem o conhecimento da questão econômica do Estado. O Senhor teria condições de promover aqueles policiais que já tem um tempo, eu queria saber quanto a questão econômica do Estado. O senhor esse conhecimento, poderia promover sem nenhum prejuízo?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Cabo, a questão do orçamento, o senhor bem frisou. Eu sou membro da CCJ, mas não sou membro da Comissão de Orçamento, quem preside é o Deputado Cleiton Roque. Mas, eu posso ter acesso. A LOA, a LDO quando vem, infelizmente não tramita na CCJ, tramita só na Comissão, no caso de Finanças. Mas, é uma pergunta que eu posso deixar para vocês bem claro. Tem uma diferença muito grande que quando não havia o parlamentar, e o motivo de ter um deputado é quando... Eu vou requisitar informações para a SESDEC, para os órgãos, os demais. Cadê a LDO do ano da continuidade da questão dos cursos? Aí tem previsão orçamentária, tem orçamento, mas porque que não promoveu na época os 400? Isso eu até já comentei sobre isso. Eu vou pedir sim, porque até através da comissão de, eu sou Presidente da Comissão de Segurança Pública; diz lá no último dispositivo, fiscalização das leis também é um dispositivo garantido por mim, até por ser deputado também. Mas, eu vou requisitar essas informações. Lhe, responder agora de plano, se há orçamento? A própria SESDEC está informando que tem 440 já previsão orçamentária, 160 para sargento e a questão dos 440 para soldado. Então, tem orçamento. Então, o QO hoje está sendo preenchido quanto a questão dos números claros, hoje está sendo preenchido. Quero deixar mais claro ainda, que quem foi, o Governo que mais penalizou a Polícia Militar foi do Governador Cassol, vocês sabem, nós sabemos que foram 08 anos sem nenhuma promoção, só ferro, igual ele falava: ferro. Isso aqui vai ficar sempre marcado e é verdade, a Coronel Angelina, ela não deu a devida tratativa, era sim, sim, sim, pronto e acabou. Agora, dizer também que eu vou viver de passado, não posso, a gente tem que continuar no presente e vou buscar, como eu digo, vou acompanhar junto ao Deputado Cleiton Roque. A LDO já foi votada, teve veto, vai ter que vir discutir a derrubada do veto aqui, vem agora a LOA e aí sim, salvo engano, quer reduzir de dezessete para quatorze milhões; eu já estou pensando em vinte e seis milhões para o ano que vem, como é que vai reduzir alguma coisa. E eu fico mais, pasmo assim, que tem instituições que chega o nível de não sei quantos milhões e a Polícia Militar quatorze milhões, é uma vergonha, é uma vergonha para manter uma polícia, eu estou falando do ano tá, em um ano quatorze milhões. Então, pode ter certeza quanto a questão do orçamento, vou está fiscalizando, vou está acompanhando questão de curso, questão de condições de melhorias para os quartéis, tudo, tudo aqui, eu vou ser atuante e preciso também de informações, aí eu não posso agir sozinho, que essas informações técnicas tem que nascer de onde? Da Polícia Militar, do Bombeiro, da própria SESDEC que pode me subsidiar com documentos: olha Deputado, é isso aqui que eu preciso. E aqui todo dia, sabe que eu fico aqui, às vezes. Já foram embora os delegados. Eu não sei se tem algum delegado? Eles vêm; ah, tem o Dr. Pedro Mancebo. Eles vêm até eu buscando também articulação para aprovação dos Projetos deles e a Polícia Militar nunca usou isso. Aí, vem, não só os delegados, vem os motoristas do Ministério Público, vem os próprios Promotores que tiveram um ganho aqui nesta Casa, nas paridades de igualdade com os juizes e assim sucessivamente, a gente é procurado constantemente. Mas, a minha Corporação nunca tinha procurado, nunca tinha feito esse elo de informação, de ligação, que eu acho que isso que é importante; para Polícia ser forte.

Eu não sou o dono da verdade, eu tenho que ter o conhecimento técnico minucioso e ali eu estou olhando toda hora para o Major Padilha, ele é uma pessoa, que o senhor quiser se manifestar também major, eu acho importante; técnico lá da SESDEC que tem vários projetos, não só o Major Padilha, tem lá o Major Gustavo, tem muitas pessoas qualificadas que tentaram; Deputado, a gente tem tudo para fazer, mas se esbarra onde? No recurso financeiro, isso é fato. Passo a palavra para o Coronel Adilson.

O SR. ADILSON – Como eu falei anteriormente, nós tivemos um passado conturbado, nós tivemos por questões, brios, muita coisa não aconteceu. Deixaram de chegar no Deputado, deixaram de apresentar a proposta, mas hoje o Deputado, se eu estiver mentindo ele pode me corrigir. Hoje está diferente, eu acredito que esteja diferente. Então, a ideia nossa é trabalhar em cima de um planejamento de segurança pública, em cima de eixos, de propostas e essas propostas estão sendo discutidas em nível das instituições e da sociedade. O Plano Estadual de Segurança, nós estamos reformulando vai chegar às mãos do Legislativo para conhecimento também disso aí. Então, nós estamos vivendo essa mudança e nós temos que abrir as portas para o melhor, para as instituições e também para sociedade.

O SR. JESUÍNO BOABID (Presidente) – Passo a palavra para o Cabo Denilson.

O SR. DENILSON – Olá Deputado, boa noite. Com licença Comandante Geral. Eu não vou fazer uma pergunta não, quero somente fazer um adendo em relação a tudo que foi colocado aqui. Eu acho que a gente vive um momento impar dentro da história da Polícia Militar, como eu estava lembrando aqui a situação do vice-governador Daniel Pereira e quando ele era deputado, uma época que ele vinha aqui conosco verificar a situação da Polícia Militar e dos funcionários públicos em si, ele sempre teve uma sensibilidade muito grande. Mas, hoje ele falou de uma maneira ali que eu não gostei muito não, entendeu; não ficou em cima do muro, ele ficou para lá do muro, do lado de lá. Nós temos ali o Coronel Kisner, que é o, sinceramente, eu falo francamente, ele trabalhou muito tempo ali no DP e é um oficial assim que no caso, não tem nada que desabone a conduta dele perante o período que ele trabalhou tanto na companhia de trânsito, na época que eu trabalhei lá e na diretoria pessoal. É uma pessoa íntegra e tenho certeza que ele tem uma sensibilidade muito grande na questão do ser humano em si e posteriormente, conseqüentemente como profissional. Então, a gente tem uma oportunidade assim, enorme, uma oportunidade grande de mudar tudo e de corrigir esses oito anos de atraso aí, que na verdade o Governador Cassol, ele acabou, ele acabou realmente com a Polícia Militar durante esses anos. Nós, do curso de 98, a gente foi muito prejudicado, eu sinceramente que não gosto de fazer bico de segurança, fui estudar para poder dá aula para poder complementar a renda em casa, por que não dava não. E hoje o deputado fez uma pergunta para o Coronel para essa questão de sobre está, de parar a questão do curso de sargento até resolver essa situação. Coronel pelo amor de Deus isso tem que ser feito urgentemente porque senão, esses 400 que vão entrar agora

vão entrar na minha frente, esses 400 agora vão se formar e vão sair sargento na minha frente ainda, porque eu tenho que trabalhar de alguma outra forma pra ganhar dinheiro, entendeu? Então, Coronel Adilson, Coronel Kisner, Deputado, o Coronel do Bombeiro falou uma situação que eu até concordo em parte com ele, mas quando eu entrei na Polícia em 1998, que ele falou, 'não, quando a tropa entra a pessoa tem que estar motivada e ficar'. Comandante, não tem mais nenhum novinho na PM, não. No Bombeiro, o senhor fala isso porque a sua tropa está satisfeita, entendeu? Se hoje eu estou no Bombeiro, eu completei 5 anos de BM, amanhã sou Cabo. Eu, na Polícia Militar, não. Tenho que esperar 10 anos. Então é somente este desabafo que eu quero fazer, entendeu? E tenho certeza que o Coronel Kisner e com o Deputado Jesuíno aqui, a coisa vai ser diferente. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar a palavra para o Cabo.

O SR. ALÉCIO – Deputado, boa noite a todos vocês, meu nome é Alécio, sou Cabo da Polícia Militar, fiz dois cursos de PM em Cacoal, entrei na PM em 91, saí da Polícia três anos depois, em relação a salário, um picolezeiro ganhava mais que a gente, fiquei três anos fora, prestei concurso, passei novamente, fiz um segundo curso em Cacoal, um segundo curso em Cacoal também em 98 e tenho 49 anos de idade e ainda Cabo. Trabalho de manhã, a tarde, faço palestra a noite, e a nossa atividade é de manhã e a tarde, na realidade eu sou formado em nível superior, mas ainda permanecemos como Cabo. Já desenvolvi muitas atividades, na Polícia Militar, de Sargento e até, sei lá, de Oficial talvez, ao longo desses anos, mas ainda permanecemos Cabo e temos orgulho disso. Mas o que eu gostaria de dizer para vocês, e todos nós já sabemos, a turma de 98 foi a mais prejudicada. Quando nós entramos, 5 anos para ascender à 1ª Classe. Nós retroagimos, fizeram uma lei lá e retroagiu 2 anos, aí tivemos que esperar de novo. Nós não podemos ser promovidos a Cabo porque não tinha 5 anos. Quando nós completamos 5 anos 'ah não, agora vai ser por antiguidade', nós não podíamos fazer prova porque não é da 1ª Classe, ascendemos 1ª Classe, 'não, agora vai ser por antiguidade', nós não fomos porque não tínhamos tempo. E quando nós adquirimos o tempo o Ex-Governador Ivo Cassol cortou por 7, 8 anos, aí também não teve condições. O Governador Confúcio Moura foi a pessoa que realmente foi um pai para nós enquanto policiais militares nesse sentido, que ele resgatou primeiramente aqueles de 2ª Classe, 3ª Classe ele ascendeu à 1ª Classe, assim que assumiu o mandato. E dali para cá as coisas foram acontecendo. Então o que nós pretendemos? A turma de 98 e demais é justamente essa, nós queremos a oportunidade de sermos Sargentos. Porque o que o Cabo falou aqui é verdade, vai acontecer que todos os novos Cabos continuarão e a gente permanece na mesma situação. Isso não nos desmotiva a sermos policiais militares porque isso está no nosso coração, nós temos nossas esposas, nossas filhas, filhos, eles estão estudando também buscando algo mais. Graças a Deus que hoje nós vivemos um outro momento que não é mais aquele de 20 anos atrás. Quando que nós tínhamos a oportunidade de estar numa Casa como

esta conversando com os senhores de igual para igual? E hoje, graças a Deus, nós temos este momento.

Eu gosto muito de assistir a TV Câmara, a Senado, Câmara Federal, todos os dias e acompanhar o que está acontecendo e nós estamos vendo mudanças em nível federal também, mesmo pouquinho, mas já está acontecendo. E aqui, em nível de Estado, graças a Deus, hoje nós temos o Deputado Jesuíno que é a favor da Polícia Militar, já tivemos dois Deputados aqui, mas que pensaram muito em si mesmos e pouco na classe policial militar. Então aquele apelo que o nosso companheiro fez, eu também gostaria de fazer aos senhores. Nós temos vários policiais que têm tempo para ser, mas nós não tivemos a oportunidade. A lei é feita do anseio popular, não é isso? É o povo, a voz do povo é a voz de Deus, é o que as pessoas falam por aí afora, e os nossos representantes foram eleitos para falar em nosso nome. Então, se o que impede é uma legislação, se é a lei que impede e havendo consenso na Casa, os 24 deputados, se a maioria absoluta concordar, por que não fazer isso? Eu acho que a oportunidade está sendo colocada. Eu acredito que o Estado de Rondônia não vai falir por causa dessa situação e a tropa 100% a favor do Estado de Rondônia, a favor da Polícia Militar e a favor do nosso povo que é quem usufrui desse serviço que nós estamos prestando a sociedade.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu vou passar a palavra para a Ada, mas eu vou fazer um retrocesso aqui. A Lei 903 era como? 100% por antiguidade, confere? A Lei 1944 veio e tornou 80/20; e a Lei 2449, 50/50. Senhores, aqui não tem, é o bastamente Estado, o Governador falar 'eu vou resolver o problema da Polícia hoje', como ele disse no vídeo 'vou fazer o acordão', ele ainda fala 'vou fazer o acórdão', a tropa e as associações, aqui têm duas, era para estarem todas, que são em torno de 18 associações estarem aqui unidas, mas quem é a associação? Representa quem? São os senhores, então que a voz dos associados, dos legítimos, estão aqui também hoje podendo falar e aqui é 100%, o entendimento é único, é 100% por antiguidade. A lei não vai trazer nenhum prejuízo, vai trazer é benefício para o Estado de Rondônia, benefício para a categoria. Então é isso.

Outra coisa, quando falou no tocante da situação da lei federal, foi aprovada a PEC agora essa questão da reforma política era uma coisa que é um absurdo, policial civil, qualquer servidor público, se ele assumisse uma cadeira de parlamentar, uma cadeira política, ele pode retornar se ele perder, por exemplo, o mandato dele e nós militares, não. Agora, foi aprovada ontem e o militar vai poder voltar para a sua origem. Isso é uma vitória para a gente, é algo que está mudando no decurso do tempo.

Têm outras PECs que estão tramitando que é de interesse da caserna, que é de interesse da Polícia. O Coronel Rodrigues falou sobre a questão da aposentadoria. Já há entendimento pacificado no STF que não só os militares, mas também a Polícia Civil já tem entendimento, 25 anos é o entendimento do STF para a questão do trabalho que exercemos, da aposentadoria especial, se não me engano é isso também, são entendimentos que vão se conquistando. A única força policial, que eu participei na época do ENERPE – Encontro Nacional das Entidades Representativas de Praças, é

Minas Gerais. Mas por que Minas Gerais que eles não, de forma alguma querem acabar com a questão do militarismo, ou seja, ser forças auxiliares ainda do Exército? Porque eles têm previdência própria, diferente de nós que estamos dentro do IPERON. Lá não, lá eles não defendem isso, a extinção da separação. E aí eu fiz uma proposta, na época, de uma PEC apenas para tirar essa questão de sermos, alterar o artigo 142, aí vem os parágrafos que dava uma garantia constitucional para a gente ter outros direitos. Então são coisas que vão discutindo, mas como é que vai chegar a essas discussões? É aqui gente, é no parlamento, no âmbito federal, âmbito estadual e municipal. É importante frisar, se não estiver aqui eu hoje, mas que tenha sempre aqui uma cadeira representando os senhores, porque como bem disse o Cabo ali, o poder emana do povo, então eu sou representante, nós somos representados, eu represento os senhores através do voto, do sufrágio, então é isso. Alguém mais quer falar?

Eu vou passar a palavra para a Ada.

A SRA. ADA DANTAS – Bom, eu só queria fazer um breve comentário sobre a questão que o Coronel Kisner colocou aqui, que o curso foi prejudicado, o curso de 98, salvo engano. Ele falou que o curso foi prejudicado e por isso que surgiu esse PSI, tem a meritocracia e tal e é um argumento que é utilizado. Existem também argumentos que são utilizados pelos Comandos de que, de repente, o policial pode entrar na Corporação e ficar acomodado. Hoje nós estamos procurando a reparação de um erro, assim como o Cabo colocou aqui. Qual é a melhor maneira de reparar o erro senão dando direito aqueles que têm o direito a antiguidade? Vão surgir aí 150 vagas, 75 é de quem acabou de entrar na Polícia porque ele vai estudar, ele está estudando, acabou de entrar, está com a mente fresca. A gente não está ferindo então o direito daquele que é mais antigo? Então a gente está cometendo erro, não é verdade, Coronel? Isso já é cometer um erro, já é ferir aquelas pessoas que já tem o direito. Então qual a melhor maneira hoje de se reparar aos poucos? É colocando essa situação 100% por antiguidade, não é verdade? Então, se houve um erro no passado vamos corrigir e essa é a oportunidade de corrigir. Não é questão de orçamento não, é a questão que existe lá na lei 50% processo seletivo interno. O mesmo orçamento que é utilizado para formar o do processo seletivo interno vai ser usado para formar o 100% por antiguidade. Então não é questão de orçamento, é questão somente de querer, de força de vontade de tirar esse simples artigo que existe lá e está prejudicando hoje quem tem direito a promoção.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Senhores, tem um coffee break, até já me informaram que está até frio, mas a gente vai comer mesmo assim, aqui ao lado, no final a gente tem aqui uma refeição, uns salgadinhos para a gente comer. Eu vou passar a palavra para o Cabo Garcia.

O SR. GARCIA – Eu quero dizer boa noite a todos, ao Comando Geral, ao Deputado Jesuíno, aos demais Coronéis, autoridades presentes. Eu sou do Curso de Soldado de 1992. Infelizmente a lei foi mudada, com 15 anos eu pude sair Cabo, estando no comportamento excepcional, sem nenhuma punição. Chegando esses 15 anos de Polícia, infelizmente quando fui sair Cabo,

saí em 2007, a minha turma foi dividida, uma turma em 2005, que vai estar saindo 2º Sargento agora, que é o Sargento Maurício do 5º Batalhão e outras turmas nossas foram divididas. Novamente eu fiquei perante esse novo curso que teve aí, eu fiquei de fora por causa de uma colocação só. Quando foram fazer o curso, não que eu tenha algo contra meus companheiros, no ano de 1998 foram incluídos, foram incluídos junto conosco do curso de 2007 oriundos de 92, eu perdi 6 anos da minha antiguidade. Hoje eu tenho 23 anos de Polícia Militar só de coturno, continuo Cabo e ainda existe, se o Coronel fizer 50/50%, Sr. Deputado, hoje tem 130 policiais militares oriundos do curso de 2007. Se fizer essa tal vai continuar trazendo danos aos demais policiais, últimos colocados do meu curso, novamente aí. Eu fiquei por uma só, se continuar com essa mesma lei, infelizmente, policiais militares que teve comprometimento durante 23 anos de Polícia Militar, onde diuturnamente deram sangue, vida, passaram noites atentos para guardar, não só a sociedade, mas também para manter o alimento dos seus filhos na sua casa, é nessa parte que eu toco o Comandante Geral, que já foi também dentro da possibilidade, que haja o curso 100% por antiguidade para reparar os erros feitos pela outra administração pública passada. Só isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu registro aqui, é gravado isso aí que eu quero até, mas o seu registro Cabo Garcia realmente é algo que mostra o tamanho do prejuízo que a Corporação está causando com ele. Então o Governo Confúcio Moura, ex-Sargento da Polícia Militar, ele deve ter a sensibilidade em fazer, por isso que eu digo que não vai ter nenhum prejuízo em não querer mandar esse projeto de alteração de lei.

Senhores, vou passar para as considerações finais aqui, mas tem que ter um encaminhamento aqui. Aí é uma questão de compromisso também da gente. Eu pediria ao Senhor Comandante Geral que encaminhasse para nós ali da Comissão de Segurança Pública como está o andamento dessas Comissões, informando para nós como está o andamento, em que pé está e ter uma meta de tempo para finalizar esses estudos. É um pedido que eu peço para o senhor, que seja antes do certame, no caso, se houver o certame. Ainda tem mais um, o Alderlan.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Deputado, me permita ainda, eu vou fazer uma pergunta. Alguém mais gostaria de fazer perguntas, de falar? Não. Então o nobre companheiro.

O SR. ALDERLAN - Boa noite, pessoal. Sou Cabo Alderlan. Eu só queria atentar para o seguinte, como vai ser redigida a lei, agora a LOA para os próximos 04 anos, de antemão, para não ter outra discussão o ano que vem, reparar o caso dos policiais de 2012. Se a gente parar para pensar no caso de interstício, vamos sair em 2018, 2019. Por mais que tenha vaga, por mais que tenha vaga, nós vamos ter que esperar ainda o interstício ainda. Então tem que já colocar em prática, abrir uma lei para

isso, para corrigir esse erro, senão vamos estar com 18 anos de Polícia como Cabo ainda. Então, como vai ser feita essa lei agora dos 04 anos, já corrigir já essa falha que houve nas administrações anteriores. Agradeço.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Você falou 2012? Cabo de 2012, ‘ah, Soldado’.

O SR. MUNIZ – Boa noite Senhores Coronel Adilson, Coronel Kisner, Deputado Jesuíno. Eu sou Sargento Muniz de Cacoal. Eu vim como Delegado para o Sargento Arilson, que é Presidente da PMC, devido à situação de estar tendo a exposição lá no município de Cacoal, e eles estão bastante atribulados com essa situação lá do serviço lá no local.

Na verdade eu quero fazer uma pergunta devido a essa colocação toda que foi feita quanto a questão do PSI de Sargento, mas não diretamente ao PSI, até porque está dependendo de uma outra coisa ainda, já foi discutido isso aí. Agora, a partir do momento, digamos que tivesse uma aprovação da tropa para que chegássemos a essa possibilidade de 100%, qual seria a ideia de poder ser quebrado esse interstício para essas graduações serem melhoradas para a tropa que ainda está? Porque para mim, praticamente, já não me serve, mas para quem vai ficar é necessário que se tenha uma previsão disso.

E tem outra coisa, somente mais uma observação, o interstício sendo colocado na lei, ele não resolve 100% até porque o poder é discricionário do Estado, continua sendo da mesma maneira, se não tiver orçamento, se não tiver vaga, na realidade não vai acontecer, mas já dá pelo menos da tropa ter uma previsão de como pode acontecer e de aproximadamente quando é que vai acontecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu abri aqui a discussão, eu falei a Lei de Promoção dos Oficiais e a dos Praças, e o Comandante me respondeu que ambas e, realmente, as duas são de 1982 e a outra de 90 e dentro dessa reforma, dentro dessa discussão dessa Comissão já existe a possibilidade em rever, o Coronel comentou aqui, o Coronel falou em rever essa questão do interstício. E aí ele vai trazer para discussão e nós iremos ver se realmente faz uma equiparação junto com os Oficiais, entendeu? A minha é que seja de forma paritária Oficiais e Praças, então quando vier nós traçamos. Lembrando, senhores, que uma discussão no ano de 2014, antes de eu ser Deputado, nós entramos numa briga sobre a questão da lei... Olha, a Polícia de Rondônia tem na sua peculiaridade, não só a Polícia, o Bombeiro, uma promoção por tempo de serviço, foi na época até era outro Secretário, o Secretário Bessa, ele encaminhou um projeto de lei onde garante, vou dar um exemplo, um militar que ser promovido a Sargento, ele é promovido a 3º Sargento ainda pode ter um plus e pagar a graduação em um posto acima. Isso está ainda em vigência, então, ou seja, você que foi promovido, não foi promovido a Sargento, ao final da sua função, da sua carreira, você vai como 3º, podendo receber

como 2º Sargento. Isso ainda está em vigência. Foi uma briga da gente, tinha uma ADIN para derrubar e a justificativa era a questão de IPERON, eu falei que não. Isso também é uma forma de valorizar, que foi a justificativa da lei, àqueles que não tiveram as suas promoções ao tempo, isso é fato. Por que eu digo isso? Eu vou dar uma diferença dos Oficiais. Os Oficiais não tem questão orçamentária, tem a questão de vaga, prova tanto deu a vaga, separou os quadros, abriu vaga, todo mundo foi promovido. Estava tendo barramentos por questões da separação dos quadros e aí veio para cá um projeto de lei onde separava o quadro do Território e do Estado. Abriu foi promovido, inclusive o Coronel Kisner é dessa turma que era Tenente-Coronel, foram promovidos cerca de 21 Tenentes-Coronéis e 09 Coronéis. Aí vem Major, abriu, veio, subiram. Já os policiais militares, falo os Praças, com essa Lei de Promoção, com essa separação dos quadros, tiveram benefício? Aí eu fiz uma pergunta, indaguei e até hoje ninguém me respondeu de forma técnica qual foi... E aí eu pergunto para o senhor, quantos foram promovidos com essa... Porque o que eu vi naquele dia foi promoção por ato de bravura, eu estava lá no Palácio das Artes, foi por ato de bravura, não vi um grupo de Sargentos, 2º Sargentos. O senhor poderia me responder quantos foram promovidos?

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – No quadro de Praças foi aplicado a mesma situação da transposição. Aí vagas de Subtenentes foram abertas em torno de 30 vagas no quadro de Subtenentes; de 1º Sargento foram 70, só que o que aconteceu, 2º Sargento foram 10 e 3º Sargento 1 ou 2, foram poucos. Agora, do fluxo aí voltamos àquele erro anterior, só que tem vaga, dos Subtenentes preencheu lá, os 21 foram promovido. Agora, para 1º Sargento não tinha 2º Sargento habilitado para promoção a 1º. Então, porque esse pessoal ficou muito tempo sem fazer curso. Então ele vai completar agora, digamos que aquilo que aconteceu em abril, a questão dos Oficiais, em agosto agora está acontecendo com os 2º Sargentos Praças porque não tinha pronto naquele ambiente para haver. Vai ter a promoção agora por antiguidade para 1º Sargento, eu acho que são em torno de 25 a 30 2º Sargentos que vão ser promovidos a 1º.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Certo. Mesmo assim é uma.

O SR. ADILSON – Só esclarecer mais uma coisa, talvez o Kisner possa complementar essa situação. Nós temos uma situação atípica dentro da Polícia Militar, que alguns Oficiais entraram na Justiça e passaram para o quadro Federal. Por exemplo, da minha turma, eu sou da turma de 90, eu tenho colegas federais, eu sou estadual, então no caso o Coronel Pretz era federal, Coronel Ataíde federal, Coronel Lara também, então eles passaram para o outro quadro, mas eles estavam numa situação de Justiça, eles não são de 87 como a maioria dos Praças, eles entraram na Justiça numa situação atípica.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Isso corrobora positivamente quando a gente fala da transposição até 91. Então, esse grupo de 45 na Polícia e 02 Bombeiros, que são 47 o total, corrobora de que até 91 tem o direito a transposição. Então essa ação é positiva para, na aplicação do pessoal, na ação da ASPOMETRON que está com pessoal até 91.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tem ASSFAPOM também, até 91. Até para não ficar cansativo, têm os encaminhamentos que a questão da Comissão o senhor vai oficializar a gente, informando. O senhor faz compromisso, então, em oficializar?

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Eu vou, fechando os relatórios eu mando cópia dos relatórios para cá já.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, eu quero saber, eu falei sobre a questão dos encaminhamentos, como estão traçando, o senhor me dar uma prévia, o senhor vai se reunir, não é?

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Sim.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É só uma 'olha, está traçando, já estamos na seguinte situação', não é o final, só para dar informação quanto já andou os estudos e como tem uma previsão de término, é isso. Tranquilo? Então é isso. Eu faço compromisso com todos vocês de semana que vem, é uma questão minha buscar o Governo, no caso aqui o líder do Governo, o próprio Presidente da Casa para a gente sobrestar o curso, tentar sobrestar ou até a discussão porque tem que ter este ano, a lei diz 'anualmente', então por isso tem que ser rápido. Eu também não posso, como bem disse aqui, postergar, aí está ferindo de morte a própria lei, que a lei diz que anualmente tem que ter a promoção e se tem orçamento tem que promover. Então é esse o meu pedido, que já estamos entrando no mês de agosto, setembro, outubro, novembro, daqui a pouco termina o ano, que façamos isso de uma forma até célere para ter uma resposta para trazer, contemplar a questão dos policiais militares.

O SR. ADILSON – Deputado, como está encerrando, eu queria fazer rapidamente um agradecimento. Primeiro parabenizar pela atividade, pela Audiência, parabenizar a todos que se manifestaram, aqueles que não se manifestaram, mas estão aqui até este momento presentes na Audiência. E eu tenho certeza que para os policiais civis é algo diferente, foi algo diferente uma Audiência Pública neste sentido, para as pessoas que não são do nosso meio e como neto, filho de militar, eu fico grato mesmo pela atitude, pelo comportamento e pela demonstração da busca de uma melhor qualidade de trabalho. Parabéns a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Coronel Rodrigues para suas considerações finais.

O SR. SÍLVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA – Deputado Jesuíno, o senhor é parceiro nosso já; a Ada, eu quero agradecer o convite e dizer que nos colocamos à disposição, estamos para somar juntos com a PM e junto com nossos amigos da Polícia Civil. E esse é um marco histórico, acho, de engrandecimento das instituições que representam a SESDEC. Muito obrigado, boa noite a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Coronel Kisner.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER – Deputado, antes de agradecer eu queria pedir só duas coisinhas, aproveitando, porque a gente sabe que o que está se conversando aqui isso vai passar por todos os rincões. O primeiro é pedir aos senhores, às senhoras que nós entendamos que a Polícia Militar não pode ser personificada em uma só pessoa, ela é todos nós, todos nós inclusive a sociedade. Segurança pública é um direito de todos e nós precisamos estar unidos. Então precisamos mudar essa cara de Polícia de diferente, a Polícia tem que ser unida. Unidos nós somos mais fortes, unidos nós conseguimos mais. Então levem para frente essa palavra de que estamos numa nova visão, a Polícia Militar precisa dos senhores todos juntos, unidos, e que o compromisso neste momento é de que nós, cada vez mais, lutemos, lutarmos para termos uma Polícia mais forte e mais aguerrida.

Queria agradecer ao Deputado não só por ter aberto este espaço para nós podermos falar e discutirmos os direitos dos servidores e os anseios, mas também pelo comprometimento com a instituição na abertura das emendas parlamentares que foram feitas em benefício da instituição e isso só tenho a agradecer. E corroboro com o Coronel Adilson, parabéns a todos que estiveram aqui representando, levem o nosso abraço, o nosso aperto de mão pelos diversos rincões do Estado e que saibam que estamos prontos para recebê-los e para conversarmos sempre em prol de uma instituição mais forte e uma instituição mais humana. A gente precisa humanizar mais a Corporação. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Dr. Pedro Mancebo.

O SR. PEDRO MANCEBO – Bom, eu só queria agradecer o convite, dizer que a gente permanece até o final aqui e a causa não é da Polícia Civil em si o que está se discutindo aqui, mas o Deputado Jesuíno tem demonstrado a sua preocupação com a segurança pública e a gente não podia, de forma nenhuma, deixar de estar aqui apoiando essa defesa, não é porque não é para a Polícia Civil, mas para a coirmã Polícia Militar, que eu estaria fora daqui.

Então fiz questão de permanecer justamente porque o Deputado Jesuíno já demonstrou o seu interesse na segurança pública, nos atendendo com uma emenda que revoluciona a Polícia Civil no aspecto de investigação lá em Colorado do Oeste, um laboratório de papiloscopia, e nós temos um outro projeto que apresentamos para ele aí com relação a um guincho que atenderia não só nós, mas à Polícia Militar também, para pegar

todos esses veículos que são encontrados abandonados, objetos de furto, de roubo, de furto de uso. Então, com essas ações, ele demonstra a motivação da sua eleição e está em pé e às ordens para a segurança pública. Então estamos aqui justamente para apoiar esse engajamento dele para com a sociedade, para com as Polícias. Obrigado pelo convite.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado. Inclusive quanto à questão dos valores, eu mandei duzentos e poucos mil, salvo engano, lá para, e também para o Dr. Shalimar para cá, duzentos mil também. Aí, a questão dos carros guinchos, quero dizer também aqui que o Comando da Polícia veio e trouxe através da DAL (Diretoria de Apoio Logístico) um pedido que também da Polícia Militar de quatro carros guinchos e aí vai ficar aqui em Porto Velho, salvo engano vai ficar um em Porto Velho. E pode ter, até o ano que vem, outras emendas aí posso destinar também um valor para a Polícia Civil que nada impede isso para a gente somar junto coma coirmã também, que é a Polícia Civil.

Passar a palavra o Presidente da CRAPOMJI.

O SR. AMORIM – Nós só queríamos agradecer ao Deputado pelo convite, agradecer a todos que estiveram presentes neste dia aqui, foi gratificante pela quantidade de policiais que vieram, porque geralmente os policiais é muito difícil de se juntar, já fizemos várias reuniões, tanto aqui em Porto Velho como em Ji-Paraná, e é minoria e só querem saber depois o que aconteceu pelo whatsapp. Hoje viemos de Ji-Paraná, uma quantidade de quase 20 policiais, vi pessoal de Rolim, vi pessoal de outras localidades, é muito importante para a gente. Peço a vocês que não desanimem, que continuem a frequentar essas reuniões, porque não deixem só para o Deputado que não é fácil, se ele não tiver o apoio nosso. Para as Associações também, só com seu representante é muito pouco, é necessário que vocês se façam presentes também nessas Audiências, tudo que tiver a respeito de alguma proposta para a Polícia Militar. Não desanimem, pela quantidade de gente que veio hoje aqui de policiais, foi demonstrado que estamos no caminho certo. Então não deixem só para o Deputado e Associações, continuem aparecendo que juntos vamos obter melhor êxito.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Por último agora a Presidente da ASSFAPOM, Ada.

A SRA. ADA DANTAS – Bom, como forma de somar e agradecendo a ideia que o Coronel Rodrigues, aqui dos Bombeiros, nos deu aqui, agora a Presidente da ASSFAPOM e toda minha diretoria está aqui presente, eu quero informar a todos que se for preciso um abaixo-assinado com o nome de todos os policiais que são a favor de 100% por antiguidade, declaro agora e quero que meus diretores levanten a mão para poder concordar comigo, que todos nós, se for preciso ir até Vilhena, Estrela de Rondônia e qualquer lugar desses municípios, nós vamos atrás para poder pegar todas essas

assinaturas. E aí já está concordando a diretoria, muito bom. Então, se for preciso nós vamos, está pessoal? Nós precisamos sim de uma força, de um aparato para que some essa luta, que eu acredito que o Coronel Kisner hoje vai, sensível aos nossos anseios, vai levar lá e discutindo junto com as Comissões. Então isso é para somar a sua luta, Coronel Kisner, em favor da nossa tropa, o alto comando em favor de nossa tropa e nós estamos aqui para poder somar. E esse abaixo-assinado vai chegar até o senhor. Muito obrigado e boa tarde a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Olha, eu estava aqui imaginando, olha que ideia. Por isso que eu digo, a Ada e o Jesuíno tem um... Mas assim, eu somo, comungo com essa ideia que o Coronel colocou em votação, site para mim é uma votação que não, pode ser que não existe, então abaixo-assinado de forma RE, CPF, lotação, uma coisa bem, esse encaminhamento... Então que fique encaminhado além do encaminhamento de como andam as Comissões, a ASSFAPOM através da Presidente e sua Diretoria, irá juntar e encaminhar ao Comando da Polícia e do Bombeiro também, viu Comandante. E aí, Ada eu quero que, só para somar, não só na Polícia Militar, mas também no Bombeiro passamos também para que haja aí essa assinatura. E com certeza vai ser levada de uma forma séria e juntada num prazo bem rápido, num prazo rápido até para a gente ter uma resposta.

Então fica assim o encaminhamento: respostas do Comando quanto a esse estudo, o abaixo-assinado, e aí o Comando também vai passar, aí têm outras matérias aqui que é Proposta de Emenda Constitucional, eu peço para o Senhor, Comandante, quando finalizar também, trazer essa discussão para a gente poder também não ser pego de surpresa que se a matéria for de ordem de lei, vir para cá e eu não querer alterá-la sem a sua anuência. Então eu precisava ter 'olha, ficou mais ou menos assim, Deputado' e a gente discutir antes para a gente tentar somar e quem sabe chegar num consenso, de uma forma que não haja interferência a mim aqui perante o parlamento, para a gente sair coeso mesmo.

Muito obrigado, de coração mesmo, um abraço para todos os policiais militares do interior, todos aqueles que realmente estiveram presentes, a paciência, tiraram o seu final de semana, numa sexta-feira para estar aqui ouvindo discussões. Lembrando, como eu digo, chegará o dia onde todos, chegará, todos os policiais militares, não todos, vou falar de uma forma bem grandiosa, chegará todos terão, virão e participarão, irão participar dessas discussões, que para mim é importante, que só assim chegaremos num consenso, uma Polícia melhor, numa Polícia mais valorizada, respeitada. Muito obrigado.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Convido a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre da Assembleia. Muito obrigado.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 19 horas e 10 minutos).**

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2015/PPP/ALE/RO

Processo Administrativo nº 2550/2015-61

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - CPP**, nomeada pelo **ATO Nº 2395/2015-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto nº 6.204/07 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93,

OBJETO: **Aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (NOTEBOOKS)**, a pedido do Departamento de Informática, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE**, conforme descrição detalhada no Termo de Referência-TR - Anexo I do Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 246.372,80 (Duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, conforme art. 6º do Dec. nº 6.204, de 5.09.07. ()
SIM (XX) NÃO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **25 de setembro de 2015**, Hora: **09:00:00 AM**

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: **25 de setembro de 2015**, Hora: **09:30:00 AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

- ✓ www.ale.ro.gov.br - (Licitações/2015);
- ✓ www.licitacoes-e.com.br
- ✓ Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br
- ✓ Telefone/FAX: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho, 31 de agosto de 2015.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200160382

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo 00005263/2015-26

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, com sede na Rua Major Amarantes, 390 – Bairro Arigolândia, na cidade de Porto Velho/RO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.794,681/0001-68, neste ato representada pelo seu Presidente, Deputado **MAURO DE CARVALHO**, brasileiro, casado portador da cédula de identidade nº 287.641 SSP/RO, CPF nº 220.095.402-63, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 004/2015/CPP/ALE/RO**, Processo Administrativo **00005263/2015-26**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão nº 004/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:	PIRES COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA
CNPJ:	05.686.972/0001-03
ENDEREÇO:	RUA OLIVEIRA VIANA Nº 671, HAUER/CURITIBA - PR CEP: 81.630-070
TELEFONE:	(41) 3284-2354 TELE/FAX (41) 3284-2294
PESSOA PARA CONTATO:	RENALDO PIRES DA SILVA
RG:	4.618.511-0 SESP- PR
CPF:	685.798.459-04
EMAIL:	luzecia.pires@gmail.com

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/MOD	VLR UNIT
	1	Cabo Isolado em PVC seção 2,5 mm² - 750 V - 70°C - flexível	MTS.	1.500	QUALYFLEX	0,71
	2	Cabo Isolado em PVC seção 4 mm² - 750 V - 70°C - flexível	MTS.	1.300	QUALYFLEX	1,30
	3	Cabo Isolado em PVC seção 6 mm² - 750 V - 70°C - flexível	MTS.	1.000	QUALYFLEX	1,71
	4	Cabo Isolado em PVC seção 10 mm² - 750 V - 70°C - flexível	MTS.	500	QUALYFLEX	3,00
	5	CABO ISOLADO em PVC seção 16 mm² - 750 V - 70°C - flexível	MTS.	500	QUALYFLEX	5,00
	6	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EM CHAPA DE AÇO DE EMBUTIR, ATÉ 28 DIVISÕES MODULARES, DIMENSÕES EXTERNAS 522 X 380 X 100 MM	UNID.	10	OLIFE	240,00
	7	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 10 AMPERES.	UNID.	50	SOPRANO	4,60
	8	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 16 AMPERES.	UNID.	60	SOPRANO	4,60
	9	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 20 AMPERES.	UNID.	100	SOPRANO	4,60
	10	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 25 AMPERES.	UNID.	100	SOPRANO	4,60

LOTE 5 - MATERIAL ELÉTRICO

11	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 40 AMPERES	UNID.	50	SOPRANO	5,20
12	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 50 AMPERES.	UNID.	50	SOPRANO	5,20
13	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 10 AMPERES.	UNID.	50	SOPRANO	18,00
14	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 16 AMPERES.	UNID.	50	SOPRANO	18,00
15	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 20 AMPERES.	UNID.	60	SOPRANO	18,00
16	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 25 AMPERES.	UNID.	60	SOPRANO	18,00
17	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 40 AMPERES.	UNID.	25	SOPRANO	25,00
18	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 50 AMPERES.	UNID.	25	SOPRANO	25,00
19	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 16 AMPERES.	UNID.	40	SOPRANO	24,00
20	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 20 AMPERES.	UNID.	30	SOPRANO	24,00
21	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 32 AMPERES.	UNID.	25	SOPRANO	24,00
22	INTERRUPTOR, DUAS TECLAS SIMPLES 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	100	VELTRA	4,20
23	INTERRUPTOR, UMA TECLA SIMPLES E DUAS TECLAS PARALELAS 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	100	VELTRA	5,50
24	INTERRUPTOR, UMA TECLA SIMPLES E UMA TECLA PARALELA 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	100	VELTRA	5,50
25	INTERRUPTOR, DUAS TECLAS SIMPLES E UMA TECLA PARALELA 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	100	VELTRA	5,00
26	INTERRUPTOR, DUAS TECLAS PARALELAS 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	100	VELTRA	6,00
27	INTERRUPTOR E TOMADA, DUAS TECLAS SIMPLES E UMA TOMADA DOIS POLOS 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	80	VELTRA	8,00
28	INTERRUPTOR E TOMADA, DUAS TECLAS PARALELO E UMA TOMADA DOIS POLOS 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	60	VELTRA	10,00
29	INTERRUPTOR E TOMADA, UMA TECLA PARALELO E UMA TOMADA DOIS POLOS UNIVERSAL 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	60	VELTRA	6,00
30	INTERRUPTOR E TOMADA, UMA TECLA SIMPLES E UMA TOMADA DOIS POLOS UNIVERSAL 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	60	VELTRA	8,00
31	LÂMPADA FLUORESCENTE, TIPO UNIVERSAL PARTIDA RÁPIDA, BASE COM BIPINO MÉDIO, COM COMPRIMENTO DE 1.210 mm E DIÂMETRO DE 38 mm, POTÊNCIA DE 40 WATS, ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, COM VIDA ÚTIL DE 10.000 HORAS EM MÉDIA, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	300	EMPALUX	4,00
32	LÂMPADA FLUORESCENTE, TIPO UNIVERSAL PARTIDA RÁPIDA, BASE COM BIPINO MÉDIO, COM COMPRIMENTO DE 590 mm E DIÂMETRO DE 38 mm, POTÊNCIA DE 20 WATS, ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, COM VIDA ÚTIL DE 10.000 HORAS EM MÉDIA, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	150	SYLVANIA	4,00
33	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO COMPACTA COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 20WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	300	EMPALUX	6,20
34	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO COMPACTA COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 59WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	200	EMPALUX	38,00
35	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO COMPACTA COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 25WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	150	EMPALUX	7,20

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/MOD	VLR UNIT
	36	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO COMPACTA COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 59WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 220 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	150	EMPALUX	38,00
	37	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO ASPIRAL COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 9 WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	100	EMPALUX	6,00
	38	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO COMPACTA COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 15 WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	200	EMPALUX	6,00
	39	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE DE 40 WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127/220 VOLTS, PARA 02 LÂMPADAS, ALTO FATOR DE POTÊNCIA	UND	100	ECP	12,00
	40	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE DE 20 WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127/220 VOLTS, PARA 02 LÂMPADAS, ALTO FATOR DE POTÊNCIA	UND	100	QUALYFLEX	10,00

LOTE 5 - MATERIAL ELÉTRICO	41	FITA ISOLANTE ELETRICA DE BORRACHA ETILENO-PROPILENO (EPR), COM RESISTÊNCIA A TENSÃO ATÉ 1.000 VOLTS, COR PRETA, CLASSE DE TEMPERATURA ATÉ 90°, ANTICHAMA, EM ROLO DE 20 METROS E LARGURA DE 19 mm	UND	150	PRYSMIAN	26,00
	42	CAIXA DE PASSAGEM, MATERIAL PVC, TIPO EMBUTIR, COMPRIMENTO 4", LARGURA 2"	UND	100	LEALPLASTIC	0,50
	43	FILTRO LINHA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/220, CORRENTE MÁXIMA 10, QUANTIDADE SAÍDA 8 TOMADAS COM 3 PINOS TIPO FÊMEA COM ATERRAMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INTERRUPTOR LIGA/DESLIGA, APLICAÇÃO EQUIPAMENTO INFORMÁTICA / ELÉTRICO, FREQUÊNCIA 50/60	UND	100	KITEC	14,90
	44	CANAleta MOLDURA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, SEÇÃO 20 X 10 MM, COMPRIMENTO 2,20 M, APLICAÇÃO PASSAGEM CABO/FIO.	UND	150	ILUMI	2,00
	45	REATOR LÂMPADA VAPOR SÓDIO/VAPOR METÁLICO, POTÊNCIA NOMINAL LÂMPADA 400 WATS, TENSÃO NOMINAL 220 VOLTS, FREQUÊNCIA NOMINAL 60 HZ, FATOR POTÊNCIA ALTO.	UND	40	QS	76,00
	46	LAMPADA VAPOR METÁLICO HQIE DE 400 WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 220 VOLTS, COM BASE E-40, PARA ILUMINAÇÃO EXTERNA	UND	40	QS	76,00
	47	TOMADA, TIPO MACHO, NÚMERO CONTATO 2, FORMATO CONTATO UNIVERSAL, COR CORPO CINZA, CORRENTE NOMINAL 10, TENSÃO NOMINAL 250, NÚMERO PÓLOS 2 P, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SAÍDA AXIAL E PINOS CILÍNDRICOS	UN	40	ILUMI	3,00
	48	RELE FOTO ELETRICO 220V	UND	40	MAPRETRON	11,20
	49	RELE FOTO ELETRICO 127V	UND	10	MAPRETRON	11,20
	50	BASE P/ RELÉ FOTOELÉTRICO ILUMINAÇÃO, TENSÃO NOMINAL 110/220.	UND	30	MAPRETRON	6,00
	51	CABO EXTENSOR DE 3 METROS	UND	20	ILUMI	12,00
	52	ADESIVO TRANSPARENTE INSTANTÂNEO UNIVERSAL, 3g COM BICO DASADOR ANTI-ENTUPIAMENTO	UND	100	SUPER BONDER	8,00

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico da ALE/RO, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1 por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento dos materiais, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho/RO, 25 de agosto de 2015.

Deputado Mauro de Carvalho
PRESIDENTE - ALE/RO

Arildo Lopes da Silva
SECRETÁRIO GERAL – ALE/RO

RENALDO PIRES DA SILVA
Representante Legal
PIRES COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo 00005263/2015-26

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, com sede na Rua Major Amarantes, 390 – Bairro Arigolândia, na cidade de Porto Velho/RO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.794,681/0001-68, neste ato representada pelo seu Presidente, Deputado **MAURO DE CARVALHO**, brasileiro, casado portador da cédula de identidade nº 287.641 SSP/RO, CPF nº 220.095.402-63, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 004/2015/CPP/ALE/RO**, Processo Administrativo **00005263/2015-26**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão nº 004/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME
CNPJ:	10.942.831/0001-36
ENDEREÇO:	RUA CARAMURU Nº 188 BAIRRO: SALTO , BLUMENAU-SC CEP: 89.031-030
TELEFONE:	TELEFONE (47) 3232-1221/FAX (47)3232-1221
PESSOA PARA CONTATO:	EDSON CAMILO
RG:	3.964.332-8 SSP-SC
CPF:	039.334.289-12
EMAIL:	edson@vanguardeira.com.br

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/MOD	VLR UNIT
LOTE 8 - EQUIPAMENTOS	1	LAVADORA DA ALTA PRESSÃO ELETRICA MONOFASICA 1900 LIBRAS 127 VOLTS	UND	4	LAVOR	1.645,00
	2	BOMBA CENTRIFUGA 1CV MONOFASICA 3500RPM(ELETROBOMBA)	UND	2	ELETROPLAS	304,00
	3	BOMBA SUBMERSA TRIFÁSICA 0,75CV(01 HO) MOTOR DE FERRO A ÁGUA COM BOBIADOR 09 ESTAGIOS (POÇO ARTESIANO)	UND	2	DANCOR	1.300,00
	4	LAVADORA ALTA PRESSÃO, TENSÃO 220V TRIFÁSICA PRESSÃO MÁXIMA 2755 LBS PRESSÃO MINIMA 240 LBS VAZÃO 1100 L/H – BOMBA RADIAL – CABEÇOTE LATÃO	UND	2	LAVOR	6.560,00

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico da ALE/RO, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1 por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento dos materiais, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho/RO, 25 de agosto de 2015.

Deputado Mauro de Carvalho
PRESIDENTE - ALE/RO

Arildo Lopes da Silva
SECRETÁRIO GERAL – ALE/RO

EDSON CAMILO
Representante Legal
COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME

SECRETARIA GERAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 7227/2015-15
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de copa e cozinha, a pedido do Departamento de Logística, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme quantidades e especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Em atendimento ao disposto no Art. 8º, inciso VI do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, HOMOLOGO o procedimento da licitação supracitada, em que as empresas abaixo relacionadas foram declaradas vencedoras, por estarem em conformidade com as normas legais, Lei Federal 10.520/02, Resolução ALE 152/2007, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 7.892/13 e Lei Federal nº 8.666/93, conforme descrição detalhada dos respectivos lotes acostadas nos autos, a saber:

Lote	Especificações	Und.	Qtd.	Marca Modelo	Valor Unt.	Empresa
2	Papel toalha com 2 (duas) dobras, (interfolhas) celulose 100% fibra virgem, não podendo conter nenhum percentual de material reciclado, na cor branca, alta capacidade de absorção, formato mínimo de 20x21cm² por folha, com variação admissível de 0,5cm nas medidas, pacote com 1.000 folhas.	PCT	3.000	Wester Paper	10,21	IMEISSEN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME CNPJ Nº 15.749.688/0001-84

1	Copo Descartável capacidade (50ml), fabricado em poliestireno, material atóxico e 100%reciclável, aplicação café, peso mínimo 0,75g, fabricado segundo as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)- NBR 14.865: 2002- Copos Plásticos Descartáveis (pacote com 100 unidades acondicionadas em caixa com no máximo 50 pacotes). <u>Tal norma deverá ser identificada nas embalagens dos copos plásticos.</u>	PCT	5.000	Totalplast	1,00	JRF DISTRIBUIDORA EIRELI - ME CNPJ Nº 19.616.604/0001-95
3	Açúcar Cristal Granulado, embalagem com 2kg, validade mínima de 01 ano, a partir do momento da entrega.	KG	6.000	Itamarati	1,96	

4	Café em pó torrado e moído, do tipo superior, de primeira qualidade, extraforte tipo exportação, embalado a vácuo puro, normas técnicas e laudo de classificação efetuado pela ABIC, com as seguintes características: 100% de café arábica; bebida (sabor) do tipo intenso; Embalagem tipo alto vácuo puro em pacote aluminizado, pacote com 500g, com selo ABIC. Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade, que deverá ser de no mínimo, 12 (doze) meses; No ato da entrega do produto, poderão ter transcorrido, no máximo 60 (sessenta) dias da data de sua fabricação.	KG	4.200	Caboclo	15,00	N. G. COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA CNPJ Nº 12.331.679/0001-80
5	Café cappuccino- mistura para preparo de cappuccino, composto de: açúcar, leite em pó integral, café solúvel, leite em pó desnatado, cacau em pó, em embalagem plástica, com no mínimo 400 grama/ peso líquido.	UND	200	3 Corações	16,00	R. B. MONTEIRO LTDA- ME CNPJ Nº 08.786.974/0001-54
6	Café solúvel em pó, 100% café, sem glúten, em sachê de no mínimo 50 gramas.	UND	270	Brasileiro	3,60	

Porto Velho-RO, 15 de setembro de 2015.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral – ALE/RO

ATO DE PENALIZAÇÃO Nº. 003/SG/2015

O Secretário Geral no uso de suas atribuições, conforme preceitua o **Ato nº 004/2014-MD/ALE, artigo 15, II, § 1º, III.**

Resolve:

Tornar pública a aplicação de **penalidade de advertência** junto a empresa **MAXMAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, por não apresentar a certidão de regularização fiscal exigida no edital de licitação nº 009/2014/CPP/ALE/RO, conforme parecer jurídico nº 283/2015/AG/ALE/RO, proferido nos autos do processo nº 222/2014, que julgou o recurso apresentado pela empresa penalizada, nos termos do art. 87, I, da Lei nº 8.666/93.

Publique-se,
Cumpra-se.

Porto Velho – RO, 10 de setembro de 2015.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral – ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 241/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/09/2015 aos servidores relacionados, para realizarem atividades pertinentes à Secretaria de Segurança Institucional da ALE, durante a realização da Audiência Pública no município de Guajará-Mirim - RO, conforme Processo nº. 11890/2015-00.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161923	Maria Aparecida Gomes do Carmo	Asses. Militar	Sec. de Seg. Institucional
200161727	Paulo Sergio Moura de Araujo	Asses. Técnico	Polícia Legislativa

Porto Velho - RO, 14 de Setembro de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº 242/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/09/2015 aos servidores relacionados, para coordenar o trabalho legislativo, assessorar a Mesa Diretora, preparar e equalizar o sistema de som e coordenar e auxiliar nos trabalhos taquígrafos, durante a realização da Audiência Pública no município de Guajará-Mirim - RO, conforme Processo nº. 11888/2015-98.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100001371	Maria Iris Dias de L. Diniz	Asses. Mesa Diretora	Assessoria da Mesa
100000505	Manoel Salustiano F. de Melo	Asses. Mesa Diretora	Assessoria da Mesa
200161681	Milson Alves da Guia	Asses. Técnico	Dep. Ap. Prod. Parl.
100008971	Glaucia Cavalcante da C. Ribeiro	Chefe de Divisão	Div. de Taquigrafia
100003244	Joanilce Terceiro dos Santos	Taquigrafo I	Divisão de Taquigrafia
100002410	Neide de Oliveira Franca	Taquigrafo I	Divisão de Taquigrafia
100007626	Carlos A Martins Manvailer	Secret. Legislativo	Gab. Sec. Legislat.
100002436	Neuzalice Brelaz Marinho	Taquigrafo I	Divisão de Taquigrafia
100011594	Elizete de Oliveira Costa Almeida	Taquigrafo I	Divisão de Taquigrafia
100010190	Mario Estelio Assis da Costa	Ast. Tec. Legislativo	Assessoria da Mesa

Porto Velho - RO, 14 de Setembro de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº 243/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/09/2015 aos servidores relacionados, para realizarem serviços na área de Cerimonial, durante a realização da Audiência Pública no município de Guajará-Mirim - RO, conforme Processo nº. 11885/2015-96.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100008616	Lenilson de Souza Guedes	Asses. Técnico	Dep. Cerimonial
200161738	Paulo Moreira Batista	Ast. Técnico	Dep. Cerimonial
100017807	Elineia Pereira da Silva	Aux. Administrativo	Dep. Cerimonial

Porto Velho - RO, 14 de Setembro de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO

Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral

ATO Nº 244/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/09/2015 aos servidores relacionados, para acompanhar e assessorar o Deputado Dr. Neidson, e realizar cobertura cinematográfica e jornalística, durante a realização da Audiência Pública no município de Guajará-Mirim - RO, conforme Processo nº. 11916/2015-18.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200162091	Ednei Ferreira de Carvalho	Asses. Técnico	Dep.Com.Social
200161389	Elenio De Nazare Nascimento	Chefe de Divisão	Dep.Com.Social
200162093	Geovani Berno	Assessor Técnico	Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 14 de Setembro de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO

Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral

ATO Nº 245/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 16 a 18/09/2015 a Deputada Estadual GLAUCIONE MARIA RODRIGUES, matrícula nº 200152618, para deslocar - se a cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar das Reuniões Ordinárias da Comissão Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados, conforme Processo nº. 11943/2015-38.

Porto Velho - RO, 14 de Setembro de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO

Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral

ATO Nº 246/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 23 a 25/09/2015 ao Deputado Estadual JOSÉ RIBAMAR ARAÚJO, matrícula nº200121898, para se deslocar ao município de Macapá - AP, com objetivo de participar da 2ª Reunião Ampliada do Parlamento Amazônico, que será realizada no dia 24/09/2015, na sede da Assembleia Legislativa do Amapá, conforme Processo nº. 11884/2015-95.

Porto Velho - RO, 14 de Setembro de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO

Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral

ATO Nº 247/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 16 a 18/09/2015 a servidora relacionada, para deslocar - se a cidade de Brasília - DF, com o objetivo de realizar assessoramento técnico a Deputada Glaucione Maria que participará das Reuniões Ordinárias da Comissão Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados, conforme Processo nº. 11943/2015-38.

Matricula Nome

200162209 Erika Cristina de L. Miranda

Cargo

Ast. Técnico

Lotação

Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 14 de Setembro de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO

Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral